

RENAN HENRIQUE DE OLIVEIRA RUSSO

**NOVOS RUMOS, VELHOS HÁBITOS:
debates acerca do trabalhador rural na Assembleia Constituinte
Portuguesa de 1911**

ASSIS

2015

RENAN HENRIQUE DE OLIVEIRA RUSSO

**NOVOS RUMOS, VELHOS HÁBITOS:
debates acerca do trabalhador rural na Assembleia Constituinte
Portuguesa de 1911**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador(a): Paulo Cesar Gonçalves

ASSIS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

R969n Russo, Renan Henrique de Oliveira
Novos rumos, velhos hábitos: debates acerca do trabalhador rural na Assembléia Nacional Constituinte portuguesa de 1911 / Renan Henrique de Oliveira Russo. Assis, 2015
113 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr Paulo César Gonçalves.

1. Portugal – História – Revolução – 1910. 2. Política de mão-de-obra agrícola. 3. Economia agrícola – Portugal. 4. Trabalhadores rurais. I. Título.

CDD 946.9

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves, por acreditar em meu trabalho e dispende de seu tempo e atenção a esta pesquisa ao longo dos últimos três anos.

Aos meus pais Araci Oliveira e Rosivaldo Russo pelo incondicional incentivo que sempre me foi dado, além do suporte psicológico e financeiro para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva e a Profa. Dra. Ana Luiza Marques Bastos pelas muito úteis correções, revisões e recomendações que atenciosamente fizeram em minha banca de qualificação.

A Renato Sérgio Costa da Silva, grande amigo, responsável por debates que primeiro me despertaram o interesse para a pesquisa em História e para a realidade portuguesa.

A Giovanna Romanholi Gallo, por todo o apoio e suporte dados nestes últimos e difíceis meses.

Aos professores e funcionários da UNESP/Assis, que contribuíram com minha formação profissional e pessoal.

A todas as pessoas que, de alguma forma, incentivaram e apoiaram a conclusão deste trabalho.

RUSSO, Renan Henrique de Oliveira. **Novos rumos, velhos hábitos: debates acerca do trabalhador rural na Assembleia Constituinte Portuguesa de 1911**. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

RESUMO

Portugal, em 1911, encontrava-se em meio a uma turbulenta mudança política. O recém-instalado governo republicano se pretendeu democrático, defensor do sufrágio universal e solucionador da crise do trabalho no país. Porém, algumas práticas não foram condizentes com a teoria. O reflexo disso veio na Assembleia Nacional Constituinte de 1911. Acreditamos que, ao analisar a instituição que legislava sobre os rumos da República, se deveriam encontrar debates que incluíssem a camada profissional majoritária do país: os trabalhadores rurais. Sublinhamos que esperar uma postura mais incisiva, por parte dos políticos, para com as causas do campo não é anacronismo. Autores como Leon Poincard, Basílio Teles, José Picão e outros contemporâneos já apontavam o melhor aproveitamento destas classes como chave para a economia nacional, já que eram a principal fonte de exportação do país, além de base para outras indústrias. É sobre esta questão que se debruça o presente trabalho.

Palavras-chave: Portugal – História – Revolução – 1910. Política de mão-de-obra agrícola. Economia Agrícola – Portugal. Trabalhadores Rurais.

RUSSO, Renan Henrique de Oliveira. **New directions, old habits: debates about the rural workers in the Portuguese Constituent Assembly of 1911.** 2015. 113 f. Dissertation (Master's Degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

ABSTRACT

Portugal, in 1911, was in the midst of a turbulent political change. The newly installed Republican government was intended to be democratic, supporter of universal suffrage and solver of the labor crisis in the country. However, some practices were not consistent with the theory. The reflections came in the National Constituent Assembly of 1911. We believe that by analyzing the institution that legislated on the directions of Republic, it should be founded discussions that included the country's majoritarian professional class: rural workers. We stress that expect a stronger stance, on the part of politicians, to the causes of that class is not anachronism. Authors like Leon Poincard, Basílio Teles, José Picão and other contemporaries, already indicated the best use of these classes as the key to the national economy, since they were the main source of export country, as well as basis for other industries. It is on this issue that focuses this work.

Keywords: Portugal - History - Revolution - 1910. Rural Workforce Policy. Rural Economy - Portugal. Rural Workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – PORTUGAL POLÍTICO: DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA	13
A VIRADA DO SÉCULO PORTUGUÊS: ROTATIVISMO E ULTIMATO (1890-1908)	13
ASCENSÃO REPUBLICANA NA MONARQUIA E O MANIFESTO-PROGRAMA.....	16
DECADÊNCIA E QUEDA DA MONARQUIA (1906-1910)	23
A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (1910-1913)	28
A HISTORIOGRAFIA SOBRE A I REPÚBLICA.....	36
CAPÍTULO 2 – PORTUGAL RURAL:	41
ESTRUTURA AGRÁRIA, POPULAÇÃO E MODOS DE VIDA	41
A ESTRUTURA DO CAMPO PORTUGUÊS	42
OS GRUPOS TRABALHADORES DO CAMPO PORTUGUÊS	47
O TRABALHO NO MUNDO RURAL	49
AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO PORTUGUÊS.....	54
MANIFESTAÇÕES DO CAMPO	57
PROPOSTAS DOS REPUBLICANOS PARA O PORTUGAL RURAL	59
CAPÍTULO 3 – A CONSTITUINTE E OS TRABALHADORES RURAIS.....	61
A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE.....	62
NOTA ACERCA DOS PRINCIPAIS DEBATES CONSTITUINTES	64
OS DEBATES E PROPOSTAS ACERCA DO TRABALHADOR RURAL.....	72
OS SILÊNCIOS E EXCLUSÕES NAS DISCUSSÕES	90
A REPÚBLICA DOS REPUBLICANOS: ENTRE O PROGRAMA DE 1891 E A LEGISLAÇÃO DE 1911	95
AS CONSEQUÊNCIAS DOS DEBATES	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
FONTES	108
AUTORES CONTEMPORÂNEOS	108
PUBLICAÇÕES OFICIAIS	108
BIBLIOGRAFIA	109

INTRODUÇÃO

O republicanismo em Portugal foi um movimento característico das grandes cidades. No interior rural do país, também chamado de província, o Partido Republicano Português (PRP), apesar de toda a propaganda, não demonstrou a mesma força política e influência, ficando dependente da aderência de antigos chefes locais (caciques) monárquicos ao novo regime. Os recém-instalados governantes, a par desse cenário, fizeram aprovar o novo regimento eleitoral para a primeira eleição republicana. Nele, descumpriram seu ideal anterior, explicitado no Manifesto Programa de 1891, e não levaram o sufrágio universal à prática. Através de seus mecanismos, restringiram os candidatos aptos à eleição, obrigando várias localidades a ter apenas uma possibilidade de voto. O recenseamento apresentou-se fraudulento, garantindo que fossem às urnas apenas os que interessavam ao PRP. Assim elegeram-se os deputados da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, responsáveis pela nova legislação nacional. Por diversos motivos que iremos analisar, estes demonstraram pouco interesse em debater as querelas referentes à população rural, camada majoritária no país. Tal postura era, também, oposta às propostas originais do partido.

A despeito da abordagem adotada pelo novo regime, a população de trabalhadores rurais tinha grande relevância em Portugal. O sociólogo Leon Poincard¹, que estudou os campos portugueses no período entre o fim da monarquia e o início da República, considerava esse preterido agrupamento como imprescindível para a compreensão do panorama geral português e para o pleno desenvolvimento do país². Foi capaz de apontar, já em 1912, que a nova constituição do país demonstrava falta de preocupação com as leis sociais, e que as fraudes clientelistas haviam permanecido intocados, o que resultaria em uma política “mesquinha, abusiva e tão estéril como a dos antigos partidos rotativos”³. Assinalava que “as mesmas causas produzirão, aqui como em toda a parte, os mesmos efeitos”⁴. Acreditava, assim, na existência de um “Portugal ignorado” e desorganizado, pouco visto pelos regimes políticos, que seria a chave para a resolução dos problemas econômicos e estruturais da nação.

¹ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

² Apesar de Poincard apresentar análises que vieram a se concretizar no panorama social, econômico e político português, não se dispõem muitos estudos sobre sua obra, tornando difícil até o momento um aprofundamento sobre seu trabalho.

³ POINSARD, Leon. *op. cit.* p. 279-280.

⁴ POINSARD, Leon. *op. cit.* p. 279-280.

Em pleno século XX, período de ascensão das massas por toda a Europa⁵, os governantes mostraram-se restritos geográfica e ideologicamente ao perímetro urbano. Tinham pouco ou nenhum contato com a província – residência da maioria da população e dos trabalhadores do setor primário, principal fonte das exportações do país. O novo regime teve problemas em cativar as massas rurais, o que resultaria em uma política pouco popular e excludente, tal qual a deposta monarquia.

Importante salientar que já no levantamento preliminar das fontes, nos atentamos para a dificuldade de se tratar de segmentos sociais que praticamente não tinham participação política naquela sociedade⁶. Acreditamos que, neste contexto, para que se entendam as posturas adotadas pela República, as discussões na Assembleia Constituinte de 1911 têm grande importância. Responsável por delinear as primeiras leis do regime, demonstrou-se ali quais das promessas do PRP – o partido dominante na política nacional – foram mantidas, debatidas ou ignoradas. Por conseguinte, o estudo das atas das reuniões desta histórica instituição, possibilita a análise dos projetos de inserção econômica e política dos trabalhadores rurais, segundo os deputados da República. O que restringe nosso recorte temporal ao triênio de 1910, 1911 e 1912, quando ocorreram as reuniões, e enquanto o PRP ainda estava unido em um único partido, possibilitando comparar sua atuação no governo com sua agenda política anterior.

Considerando que é na esfera política que se articula o social e sua representação⁷, analisar os projetos constituintes e suas discussões permite entender a forma como os problemas desta população foram debatidos pelos republicanos recém-chegados ao poder. Assim, esta pesquisa se justifica pela importância de se analisar a incidência das propostas legislativas sobre os trabalhadores rurais em primórdios do século XX para a compreensão da composição social e política da República em Portugal. Esta abordagem ampara-se na metodologia da história conceitual do político, proposta por Pierre Rosanvallon: “fazer história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema”⁸.

Em nossa pesquisa, portanto, a proposta é entender como o ambiente político republicano percebia a população rural de Portugal e elaborava, ou não, respostas sobre ela. Fazemos isso através da análise das atas reuniões da Assembleia Nacional Constituinte de

⁵ BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução a História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

⁶ George Rudé foi um dos primeiros historiadores a levantar as dificuldades metodológicas e documentais para o estudo das multidões. RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

⁷ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995.

⁸ ROSANVALLON, Pierre. *op. cit.* p. 16.

1911, nossa principal fonte. Ali podemos não apenas conhecer as propostas legislativas que entraram em vigor na época, mas também quais não foram aceitas, os argumentos dos deputados, o quanto se debateu sobre os temas e quais os pontos mais discutidos. Assim, ficam mais evidentes as ideias dos grupos, que formavam o PRP, acerca das questões do trabalhador rural, nosso objeto de estudo.

As atas das discussões se encontram on-line⁹. Sobre elas percebe-se a seguinte estrutura: cada ata principia por um sumário, seguida pela chamada dos presentes. A chamada apresentava, consecutivamente, quem presidia a reunião, quem eram os secretários, quais parlamentares estavam presentes, quais entraram em meio aos trabalhos e quais eram ausentes. Especificava os membros do governo provisório participaram daquela reunião. O documento passa para a leitura e aprovação da ata anterior, seguindo-se o “expediente” – no qual são lidos os sempre presentes telegramas vindos de diversas localidades do país e até de organizações internacionais, tendo em sua maioria caráter de exaltação do novo regime. Ainda no “expediente” há a segunda leitura de alguns projetos previamente apresentados. Então o documento a apresentação das propostas e discussões dos projetos de variados temas, sendo tal parte chamada de discussões “antes da ordem do dia”, que termina com o envio de requerimentos por parte dos deputados. Conclui-se a ata da reunião com a “ordem do dia”, na qual eram finalizadas e votadas as propostas de Constituição, as alterações de pontos constitucionais e a inclusão de propostas – como as debatidas na parte anterior da reunião.

Ainda na “ordem do dia” ocorriam as eleições de comissões e juntas de deputados que seriam responsáveis por determinados setores nacionais, como a Comissão de Legislação Operária, por exemplo. Ao final do documento, consta o nome do escrevente. Concluimos dizendo que vale ressaltar um detalhe sobre o documento: os comentários do escrevão. Em diversos momentos lê-se “(risos)”, “(apoiados)”, entre outros que tentam abranger as reações parlamentares e ajudam a compor o quadro das reuniões.

Como fonte, além das atas, utilizamos alguns autores contemporâneos ao período para dialogar com a historiografia e melhor compreender o panorama das populações rurais. O já citado francês Leon Poinard¹⁰, por exemplo, foi contratado por D. Manuel II, o último monarca português, para estudar a situação dos campos e das populações camponesas. Picão¹¹, outro autor da época, discorreu sobre a forma de organização do trabalho rural,

⁹ Página Debates Parlamentares: <http://debates.parlamento.pt/>

¹⁰ POINARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

¹¹ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*. 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

mostrando nuances da vida agrária e da lide dos camponeses. Esses estudos, junto aos de Basílio Teles¹², Jorge Coutinho¹³, João de Barros¹⁴, entre outros, fornecem informações valiosas sobre o meio rural e sua população, que podem ser confrontadas com dados estatísticos e documentos oficiais do governo para a construção do panorama de vida da província e de sua importância.

Entre os dados oficiais destacam-se os censos, que trazem informações demográficas, econômicas e sociais da sociedade portuguesa. Três recenseamentos foram levados a cabo nos anos de 1910, 1920 e 1930. O primeiro demonstrou qual era a situação da população lusa à época do advento da República. O segundo testemunhou os primeiros anos dos acontecimentos derradeiros do regime, registrando, assim, quais foram os resultados iniciais das mudanças que os republicanos promoveram durante a primeira década de governo. Por fim, o censo de 1930 pode ser entendido como um panorama geral para avaliação da República, considerando que foi elaborado alguns anos após o fim do regime. Demonstrou, assim, o alcance dos resultados obtidos pelo republicanismo em Portugal, além de tabelas comparativas envolvendo os dois outros censos. Documento, este, analisado com a ressalva de que o país já se encontrava em vias de implantação do regime do Estado Novo, no poder já havia quatro anos.

Para expor tais interpretações, o presente trabalho apresenta três capítulos, abrangendo os contextos de nossa discussão, além do tema em si. O primeiro capítulo traz um panorama político de Portugal, desde a queda da Monarquia, até a implantação da República. Nele demonstramos toda a crise de legitimidade que se abateu sobre os últimos governos monárquicos e como o PRP soube se utilizar deste cenário para sua ascensão. A importância desta parte da pesquisa reside em demonstrar o ambiente político onde se deu o nascimento do republicanismo em Portugal, quais os artifícios que usou para chegar ao poder e como se portaram quando governantes da nação. É também quando apresentamos as vertentes historiográficas sobre a Primeira República, mostrando quais os posicionamentos dos autores que utilizamos no decorrer da dissertação.

O segundo capítulo aborda a província portuguesa. Inicialmente, abordamos o campo em sua infraestrutura, produção e distribuição territorial. Diferenciam-se as grandes, medias e pequenas propriedades, cada uma com sua especificidade, características, além dos problemas que lhe eram próprios. Ainda neste capítulo tratamos sobre os trabalhadores rurais. Seguindo

¹² TELES, Basílio. *Carestia da vida nos campos : Cartas a um lavrador*. Porto; Edição Lello & Irmão, 1904.

¹³ COUTINHO, Jorge. In: BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.

¹⁴ BARROS, João de. *A República e a Escola*. s.e., Lisboa, 1914.

a abordagem de autores como Fernando Medeiros¹⁵, dividimos estas populações por suas atividades de produção e interesses. Podemos assim observar as várias dinâmicas presentes no campo. Em específico, no debruçamos sobre o proletariado e semiproletariado rural: classes majoritárias numericamente, mas inferiorizadas nas relações do campo. Através de pensadores contemporâneos ao período, nos foi possível apontar suas condições de vida, relações de trabalho, problemas recorrente e, até, como tentar agir perante os mesmos. Com base nestas informações, é possível compreender o cenário em que se encontrava o campo em Portugal e todas as questões que o envolviam, para que se tenha ideia das melhorias que se faziam necessárias para a região.

Por fim, o terceiro capítulo aponta os projetos de aproveitamento para estes rurais por parte da Assembleia Constituinte, comparando o que foi proposto com as promessas anteriores do PRP, levando em conta as reais necessidades dessa população. Apontamos, ainda, possíveis “silêncios” por parte dos deputados, em questões que interessariam àqueles trabalhadores. Por fim, resumimos os acontecimentos políticos e sociais, envolvendo os rurais, que se sucederam às reuniões. Estes se compõem de movimentos e contestações às medidas adotadas, ou à ausência delas, e aos resultados da legislação apresentada. Compilamos ainda alguns dados estatísticos que mostram a evolução da produção agrícola de Portugal com a implantação da República em comparação com os tempos da Monarquia.

Poderemos assim, compreender como o governo do PRP percebia ou desconhecia os problemas de sua população majoritária e economicamente relevante. Abordaremos, também, quais as propostas de solução para tais questões. Acreditamos que observando como ocorreu esta dinâmica, é possível o aprofundamento da compreensão sobre Portugal, seu povo e seus modos de governar.

¹⁵ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), n°. 2, p. 288-314, 1976.

CAPÍTULO 1 – PORTUGAL POLÍTICO: DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA

A I República Portuguesa ocupou dezesseis anos do quartel inicial do século XX. Proclamada em 5 de outubro de 1910, em Lisboa, durou até o pronunciamento de 28 de Maio de 1926. Foi analisada por diversos autores, mas podemos afirmar que a historiografia tende a caracterizar o período como uma intermitente instabilidade política, social e econômica. Para o presente trabalho, o contexto histórico estende-se desde os últimos anos da Monarquia até parte do período chamado “Jovem República”¹⁶. O recorte visa a compreensão das discussões feitas em 1911 acerca do trabalhador rural, esclarecendo os motivos e as promessas que levaram o Partido Republicano a ascender no cenário nacional. Por fim, utilizando da periodização proposta por Wheeler¹⁷, contextualizamos a mudança de regime até os primórdios da implantação em 1913, ano que tem início o governo Afonso Costa¹⁸.

A VIRADA DO SÉCULO PORTUGUÊS: ROTATIVISMO E ULTIMATO (1890-1908)

Portugal, desde a primeira metade do século XIX, já vivia sob “a Carta”, documento que o tornava uma Monarquia Liberal. As diretrizes políticas da época davam ao rei poderes dos quais não compartilhava nenhum outro monarca constitucional, podendo ser considerada a mais monárquica das constituições¹⁹. Esse poder, dito moderador, garantia, dentre outros pontos, a arbitrariedade para dissolver as Cortes, endossando uma instabilidade política que se mostrava a base de uma crise, indissociável da figura do rei. Quanto mais esse sistema ficava desacreditado mais a monarquia sofria, já que ambos se encontravam intimamente associados²⁰. A artificialidade do sistema era a sua falha mais séria. Com o poder centralizado em Lisboa, as zonas rurais não possuíam participação, com exceção da que emanava do clientelismo de chefes locais – chamados caciques²¹. Perante esquemas fraudulentos, as eleições eram forçadas a fim de dar manutenção aos governos²².

Para o presente trabalho, nos é pertinente observar esta conjuntura governamental a partir segunda metade do século XIX, em específico suas últimas décadas, até a primeira do

¹⁶ Nomenclatura proposta em: WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985.

¹⁷ WHEELER, Douglas. *op. cit.*

¹⁸ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1972.

¹⁹ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 42.

²⁰ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 40.

²¹ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

²² WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 40.

XX. O país tentou incorporar um sistema de estabilidade política, que se mostrou também pouco eficiente, conhecido como rotativismo, em que se alternavam Progressistas e Regeneradores no poder. No entanto, houve disputas entre ambos, rupturas internas e problemas diversos. O que seria a solução acabou melhor se descrevendo como “não um real *roulement* no Governo, mas apenas a possibilidade de uma alternativa pacífica ao presente gabinete, baseada na existência na oposição de um partido que, sendo candidato ao Poder, respeitaria a Constituição”²³. As recorrentes querelas e disputas não se colocavam por ideologias difusas. Na prática, ambos os partidos conduziam as mesmas políticas e revelavam os mesmos vícios, só não cabiam na mesma mesa orçamental²⁴. O sistema de rotação entre Progressistas e Regeneradores no cargo de primeiro ministro teve início em 1877, com a passagem de António Maria de Fontes Pereira de Melo, do Partido Regenerador que ocupava o cargo desde 1871, para o Marquês de Ávila, do Partido Progressista. Deste, até o último governo de Ernesto Hintze Ribeiro, com fim em 1906, somente dois políticos não pertenceram aos agrupamentos citados. Assim, sobre o rotativismo, se pode dizer que nele os partidos não passavam de pequenos grupos, fixados em Lisboa, com influencia clientelista na província. Fabricavam, assim, as maiorias necessárias para compor governo. A Coroa nomeava um ministro, que formava o seu gabinete entre os seus, dissolvia o parlamento e arranjava a maioria de deputados para formar coalizão. Quando não era mais interessante a manutenção de um grupo no poder, cabia ao rei nomear outro primeiro-ministro, que repetia o processo, tornando quase impossível manter uma política estável e coerente²⁵.

No entanto, o período que vai 1877 até 1906 teve mais turbulências para a nação lusitana do que a instabilidade rotativista. Ainda no âmbito político, houve a passagem de poder do monarca D. Luís I para seu filho D. Carlos I. Porém, o cenário nacional não era favorável. A emigração, um termômetro da situação socioeconômica²⁶, crescia em números já desde 1886²⁷. As condições de vida e trabalho para a população eram terríveis. Com extensas jornadas e baixas remunerações, o proletariado, tanto urbano quanto rural, sobrevivia com o mínimo, dependendo, muitas vezes, da caridade, para garantir o seu sustento²⁸. As greves e

²³ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 219.

²⁴ MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 300.

²⁵ MEDINA, João. *op. cit.* p. 300.

²⁶ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 55.

²⁷ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 55.

²⁸ “Uma rápida e intensa urbanização de Lisboa e do Porto tinha criado uma aglomeração, fome e terríveis condições de vida para o povo das cidades, por vezes acabado de chegar da província. Entre 1890 e 1911, a população de Lisboa e do Porto aumentou cerca de 50%. A depressão fez subir o custo da comida e do

conflitos laborais, especificamente nas cidades, também tiveram aumento e, por serem ilegais, levaram a confrontos sérios entre operários e a Guarda Nacional²⁹.

A crise nas estruturas internas do país, não encontrava melhor cenário nas relações exteriores. Em 1890 ocorreu grande abalo na soberania nacional, representado pelo Ultimato britânico. O fato consistiu em uma nota entregue ao ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo embaixador inglês em Lisboa, exigindo que Portugal ordenasse imediatamente a retirada de uma expedição militar que atacara alguns indígenas protegidos pela Inglaterra na África Oriental³⁰. O governo, vencido nesta tentativa para expandir a sua soberania colonial naquele setor, mandou retirar a expedição³¹. A questão, de ordem interna e externa, envolveu muito mais que uma afronta militar, era um golpe da então aliada, que feria a soberania lusitana e toda a ideologia colonial de “destino nacional”³². Foi um grande abalo em uma já estremecida aliança³³.

Houve verdadeira revolta, tanto por parte dos ministros quanto de um milhar de pessoas que, em Lisboa, apedrejaram a residência do ministro dos Negócios Estrangeiros em um episódio de insurgência popular contra um membro do governo, algo que não ocorria desde 1861³⁴. O gabinete, então Progressista, de José Luciano recebeu toda a pressão e prontamente demitiu-se em janeiro de 1890. O movimento não cessou tão cedo, sendo necessário lançar decretos por parte do governo proibindo as manifestações. O cenário de então apresentou-se quase insustentável: o tesouro nacional à beira da bancarrota; as aspirações coloniais interrompidas; ameaça de perda do império africano perante uma

alojamento, assim como trouxe uma incidência de doenças, tais como a pelagra, gastroenterite e tuberculose. Os salários dos operários urbanos não acompanhavam o aumento do custo de vida e o dia de trabalho era de 12 a 14 horas. [...] os camponeses trabalhavam durante 18 horas por dia, com salários de fome e, por vezes, tinham de adoptar princípios comunais, tais como a junção de bens, recursos e comida, ou apelar para a caridade dos patrões e proprietários mais caridosos. [...] o escritor Raul Brandão, profundo observador das condições urbanas, sugeriu que a agitação crescente das classes baixas de Lisboa estava diretamente ligada ao aumento do custo de vida.”. WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 55.

²⁹ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 56.

³⁰ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 40.

³¹ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 56.

³² TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. *Análise Social*, Vol. XXIII (4.º), n.º 98, p. 687-719, 1987.

³³ “Desde a década de 1830, pelo menos, que os conflitos com a Inglaterra por motivo das colónias eram pretexto para afirmações de patriotismo dos governantes. Havia, aliás, uma espécie de tradição anti-inglesa, alimentada por ressentimentos históricos, pela perda da Índia, pelo Tratado de Methuen, que, segundo os “patriotas”, roubara a indústria de Portugal, o enforcamento de Gomes Freire de Andrade e a independência do Brasil, e pela tese de que os ingleses só se moviam por dinheiro”. RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 40.

³⁴ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 40.

histórica aliada; tudo isto, aliado à situação caótica interna. Foi abalo o bastante para que se culpasse o fraudulento sistema rotativista e seus respectivos atores³⁵.

Em 30 de Março tiveram lugar novas eleições, com maioria do governo monárquico, como sempre ocorrera, porém, aconteceram algumas mudanças: a primeira foi o número de votantes que chegou a cerca de quatorze mil como resultado do “movimento de opinião que o levantamento patriótico fizera gerar”³⁶; a segunda foi a eleição dos deputados Manuel de Arriaga, Latino Coelho e José Elias Garcia, do até então inexpressivo Partido Republicano Português. Era a primeira expressão política a nível nacional desta agremiação, que surgiu em Portugal tempos antes, e soube se aproveitar do cenário conturbado, representado pelo rotativismo, para ascender ao Parlamento e se colocar como real oposição.

ASCENSÃO REPUBLICANA NA MONARQUIA E O MANIFESTO-PROGRAMA

O republicanismo fez suas primeiras aparições em Portugal ainda na primeira metade do século XIX, nomeadamente no decurso das lutas entre liberais e miguelistas³⁷. No entanto, foi na sequência da Patuleia e das revoluções europeias de 1848 que criou raízes, com algumas aparições em jornais da época³⁸. Entre 1840 e 1880 o movimento avançou pouco, acabando por ser quase ignorado no cenário nacional, sendo legado a um papel secundário. Foi apenas a partir da década de 1880 que o republicanismo se tornou um grande movimento e, enfim, um partido³⁹. Soube colocar-se como contrário a tudo que estava em voga na política nacional do período, sabendo se usar da ideologia e das massas⁴⁰. Assim podemos sintetizar

³⁵ “O *déficit* do tesouro, já de si muitíssimo preocupante, fazia pairar no começo da década de 1890 o espectro muito real da bancarrota; a esta somava-se, com a crise colonial de que resultara a afronta do *Ultimatum* inglês, o perigo da perda do nosso império africano, esse “terceiro império” cuja preservação patriótica se tornara um mito nacional de incalculáveis conseqüências: a dupla derrocada do sistema regenerador (ou seja, por um lado, o desmoronamento do liberalismo enquanto tal, e, por outro, a ameaça da bancarrota complicada com a ameaça da perda do império africano em proveito da nossa “Fiel Aliada” agudizaria a mentalidade messiânica lusa, despertando em alguns setores políticos e culturais a mitologia do “endireita” e o ditador ou salvador capaz, ao mesmo tempo, de aniquilar o crescente perigo republicano e, por outro, de vencer os dois demônios mais instantes, a bancarrota e a ameaça imperial vinda da Grã-Bretanha. Destes pânico e aspirações saiu verdadeiramente o fim do sistema liberal, desacreditado na política e na vida prática efetiva dos portugueses, tornando afinal sinónimo de burlas eleitorais na administração, compadrios gritantes e incúria económico-financeira.”. MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 302.

³⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. *Análise Social*, Vol. XXIII (4.º), n.º 98, p. 687-719, 1987. p. 701.

³⁷ MARTINS, Fernando. O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 105.

³⁸ MARTINS, Fernando. *op. cit.* p. 105.

³⁹ MARTINS, Fernando. *op. cit.*

⁴⁰ “Foi durante a Regeneração, período de pacificação da vida política e de expansão económica, mas a prazo geradora de impasses e de profundas crises, que o republicanismo português entrou numa nova fase de crescimento e maturação. Depois de 1851 o republicanismo era identificado como uma “tendência” ou sensibilidade de “esquerda” que ia ganhando espaço entre a “família demoliberal”. Defendia não apenas uma

as origens do Partido de oposição que elegia três deputados em plena Monarquia. Seus primeiros passos foram inflamados pelas experiências republicanas de França⁴¹ e Espanha, considerados “laboratórios sociais” que demonstravam o futuro. Mas isso não seria o bastante para que se fixassem no panorama nacional. É o que aponta Rui Ramos ao observar que o republicanismo revolucionário que o Partido Republicano representava estava em declínio por toda a Europa⁴².

Tudo indicava que o movimento republicano parecia mais um dos sinais do atraso de Portugal em relação a seus vizinhos, estando então destinado a dissipar-se à medida que os portugueses se educassem. Primeiro, passou por um período de desorganização e oscilação entre bons e maus momentos. Depois, chegou a eleger deputados com a campanha que fizeram baseados na crítica ao episódio do Ultimato. Contudo, nos primeiros anos do século XX, o partido declinou a tal ponto que, ao se interessar em abrir um centro republicano, um partidário de Figueira da Foz não sabia a que líder republicano escrever⁴³. A ascensão do partido veio mesmo por um tanto de *virtú* e muito de *fortuna*. No contexto internacional houve o ressurgimento do anticlericalismo, uma das bases do Partido Republicano, dando-lhe algum embasamento⁴⁴. No contexto nacional a instabilidade do rotativismo e a consequente ditadura de João Franco, agravaram os ânimos já há muito exaltados contra os monárquicos, aumentando a força institucional do partido. Contam-se, também, outros fatores negativos como a estagnação econômica, a emigração crescente, a dependência externa e os abalos do Ultimato. Perante este cenário os republicanos acharam espaço político para sua ascensão⁴⁵:

República por oposição a uma Monarquia, mas ainda o “progresso” em vez da “ordem”, a “justiça” e a “ciência”, propondo-se a combater ferozmente o “obscurantismo” e o “ultramontanismo”, Isto significa que, mais tarde, na década de 1870 quando lançou “as suas bases”, ou já na década de 1880 quando conheceu alguma notoriedade, o republicanismo se afirmou do ponto de vista político e social enquanto movimento no seio do qual a “ideologia” exercia “um tal peso que acabou por sobredeterminar o sentido e a identidade da própria luta a favor [da instauração] de um novo regime”. Sendo e pretendendo ser um movimento (e também um partido) contrário à ordem social e política vigente, foi igualmente, e sobretudo na sua génese e na sua estrutura, “um partido de uma *ideologia* e de *massas*”. Ou seja, um partido novo no contexto político e ideológico português, acompanhando padrões ocidentais e aparentemente vocacionado para mudar radicalmente a forma de fazer política em Portugal, tanto em Monarquia como em República, caso esta chegasse um dia”. MARTINS, Fernando. O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 105-106.

⁴¹ “[...] a verdade foi que a progressiva consolidação da III República não apenas serviu de inspiração a muitos republicanos em Portugal, como, sobretudo, permitiu apreender e compreender aquela que se transformou na primeira experiência política republicana duradoura na Europa.”. MARTINS, Fernando. *op. cit.* p. 106.

⁴² “Nos países do Norte da Europa já nem existia. No sul da Europa recuava todos os dias. Em Espanha, os defensores da proclamação revolucionária de uma república haviam desanimado, tal como em Itália”. RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 296.

⁴³ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 296.

⁴⁴ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 297.

⁴⁵ “O endividamento externo, a emigração crescente, a estagnação econômica interna, o predomínio da burguesia mercantil e financeira, bancária, a dependência externa em vários setores, desde o tecnológico aos demais, o erro de uma opção livre – cambista num país onde a produção fabril era fruste, o defeituoso funcionamento do

Há que se apontar, ainda, a questão do messianismo que surgiu em torno dos republicanos. Esse aspecto, em específico, foi muito bem utilizado pelos adeptos do novo regime através da propaganda. Para compreender a fundo a questão quase mítica que se formou sobre os republicanos, recorremos à mitologia política. Raoul Girardet em seu livro “Mitos e Mitologias Políticas”⁴⁶ aponta que a legitimidade de um governo se dá quando há “reconhecimento espontâneo da ordem estabelecida, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam”⁴⁷. Assim podemos afirmar que havia entre 1890 e 1910 uma intermitente crise de legitimidade da monarquia constitucional. Então, “é precisamente nesses períodos de intermitência da legitimidade, nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados os apelos mais veementes a intervenção do herói salvador”⁴⁸. No caso, como veiculado pela propaganda republicana, o “herói” seria a República⁴⁹. Tal ideia encontrou campo fértil em Portugal, visto que o sebastianismo e o culto ao panteão de heróis nacionais estavam em voga, graças às comemorações do tricentenário da morte de Luís de Camões⁵⁰, e se via refletido em obras como as de Sampaio Bruno e Fernando Pessoa⁵¹.

Não haveria, no entanto, possibilidade da população, por si, identificar os republicanos como responsáveis por mudanças no cenário instável que se encontrava a nação. Já havendo especificado o contexto fortuito para a implantação de uma ideia alternativa de governo em Portugal, a propaganda seria o mérito dos aspirantes à mudança de regime para seu subsequente sucesso na tomada do poder. Os propagandistas republicanos conquistaram apoio popular para a causa com fortes ataques à Monarquia, muitos deles ridículos e desleais, mas

sistema liberal parlamentar, todos estes problemas se agravaram de modo dramático nos começos da década de 1890, sobretudo na gravíssima crise de 1891-1892, gerada pelas flutuações cambiais na América do Sul, com o nefasto reflexo na remessa das poupanças dos emigrantes, sem esquecer a simultânea trepidação interna trazida pelo *Ultimatum* inglês de janeiro de 1890, momento de verdadeira humilhação coletiva nacional que havia de despertar para a ação um incipiente Partido Republicano”. MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 301-302.

⁴⁶ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.

⁴⁷ GIRARDET, Raoul. *op. cit.* p. 81.

⁴⁸ GIRARDET, Raoul. *op. cit.* p. 89.

⁴⁹ “[O] Partido Republicano, [surgiu] naquele período de angústia e cólera como uma espécie de Sebastianismo vermelho que transformava a idéia da República num mito de tipo messiânico – ela era, ao mesmo tempo, D. Sebastião e a Virgem Maria à qual se reza pela salvação –, como aliás o suspeitaram, com bastante apreensão, as figuras mais lúcidas do clã antimonárquico”. MEDINA, João. *op. cit.* p. 302.

⁵⁰ DOMINGUES, Joaquim. Visão Messiânica do Advento da República. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga: Faculdade de Filosofia, Tomo XLVI, Fasc. 4, out. / nov. 1990, p. 479-512.

⁵¹ DOMINGUES, Joaquim. *op. cit.*

muito bem estudados⁵². A imprensa entre 1890 e 1910 passou a aderir em massa à causa do partido, sendo que às vésperas do 5 de outubro, a maior parte dos jornais portugueses apoiava a causa ou se mantinha neutro. Por isso, o período é também conhecido como “era da propaganda”, em alusão ao articulado, e bem sucedido, processo de inserção da ideia republicana no imaginário nacional⁵³.

Os republicanos, portanto, usaram a propaganda para aumentar sua popularidade em um contexto político que se mostrou propício a tal aspiração. Mesmo com diferenças ideológicas internas – como as personalidades conflituosas de Brito Camacho, Afonso Costa, António José de Almeida, entre outros – o partido conseguiu o apoio de boa parte da imprensa e de algumas camadas da população por se apresentar como única solução possível para os problemas nacionais. O rotativismo de Regeneradores e Progressistas no poder se mostrava cada vez mais ineficaz perante as turbulências que se abatiam sobre Portugal, já que nenhum dos dois se apresentava como uma opção de mudança verdadeira no cenário cada vez mais instável. Até mesmo porque os dois principais nomes destes partidos – Hintze Ribeiro, pelos Progressistas, e José Luciano, pelos Regeneradores – se revezaram no poder de 1893 até 1906, demonstrando que nada havia de mudar. A nomeação de João Franco para o cargo de primeiro ministro determinou o fim da rotação dos poderes, mas como veremos mais adiante, só acabou por agravar a situação.

Graças a esse conjunto de fatores – contexto histórico e político e ação propagandista – os descontentes com a crise confluíram para o lado dos republicanos, formando um bloco heterogêneo, mas unido como oposição. A junção de alguns políticos, populares, mídias e instituições ocorreu mesmo quando não havia necessariamente uma identificação com o programa do partido. Os partidários do movimento se definiam mais pelo que não eram, do que por um programa comum⁵⁴.

⁵² “As invectivas dos jornais republicanos, panfletos, caricaturas políticas, poemas, canções, conferências públicas e comícios, foram imensos e o seu volume prodigioso para um país pequeno, de elevado analfabetismo (cerca de 79% em 1906), pobre e atrasado em relação à maioria dos países da Europa ocidental. Mais curioso foi ainda o gênero de argumentos que ajudaram a minar a Monarquia tão rapidamente. Foi uma das campanhas políticas mais indignas, mais ridículas, mais desleais, se bem que das mais inteligentes e bem estudadas, que alguma vez se fizeram para mover a opinião pública da Europa ocidental”. WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 53-56.

⁵³ “Repletos de nacionalismo, os apelos republicanos faziam parte dos sentimentos do ressurgimento de todo o povo. Para muitos, a República era o remédio para um país doente, uma nação de quarta classe que aspirava a um lugar mais alto entre os outros países. Para aqueles que pensavam no progresso era um *salto em frente* numa era de desilusão geral”. WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 53-56.

⁵⁴ “Importa, todavia, acentuar que muito republicano jamais lera o programa ou os manifestos do seu partido. Sobre a futura República, não tinha idéias definidas. Ser republicano, por 1890, 1900 e 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas. Subsistia, como objetivo preciso, a descentralização. Mas, quanto ao resto, a tendência geral era antes para se conceder à palavra “República” algo de carismático e

Outro ponto chave a ser especificado é justamente o Manifesto e Programa do Partido Republicano de 1891. O que se pode afirmar é o caráter modernizador e social do documento⁵⁵. Em suas primeiras páginas, que representavam o “manifesto”, identificava-se a imagem que se pretendia impugnar à monarquia e ao próprio movimento republicano. Compunha-se de uma descrição, com tintas da ideologia republicana, dos acontecimentos decorridos desde o Ultimato, considerando este a síntese da falência de todo o sistema monárquico-constitucional e do rotativismo⁵⁶. Apontava, ainda, a necessidade de a nação tinha até então de um partido seu, que promovesse a modernização das instituições e a reorganização da política. Quanto aos monárquicos, relegava-os ao obscurantismo, a um passado pré-científico, um quase absolutismo de caráter antinacional⁵⁷.

O documento esclarecia, também, os conceitos básicos que deveriam ser apregoados pelos membros e seguidores do movimento. Ainda no “manifesto”, definia-se “República” como “uma nacionalidade exercendo por si mesmo a própria soberania, intervindo no exercício normal das suas funções e magistratura”⁵⁸. Já na segunda parte, nomeada “indicações para o Programa do Partido Republicano Português”⁵⁹, explicavam-se também os ideais democráticos do movimento. Principiava-se dando grande enfoque à “Liberdade”, considerando esta como a “independência e coexistência harmônica do indivíduo e do Estado”⁶⁰. Como síntese de todas as liberdades, o Estado republicano realizaria a “isonomia”, que consistia na: “igualdade perante a lei (responsabilidade dos indivíduos)”, “igualdade na formação da lei (sufrágio universal)” e “igualdade na execução da lei (delegação temporária irrevogável)”⁶¹. Somente assim se garantiria a “autonomia individual”, que seria a “liberdade em todas as manifestações ativas, especulativas e afetivas”⁶².

Seguia-se o programa indicando os apontamentos para a “organização dos poderes do Estado” e a “fixação das garantias individuais”. Esta última, em específico, dividia-se em

místico, e para acreditar que bastaria a sua proclamação para libertar o país de toda a injustiça e de todos os males. “Eu, meu senhor”, dizia no tribunal um dos soldados implicados na revolta de 31 de janeiro de 1891, “não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na igreja senti um calafrio assim”. MARQUES, A. H. de Oliveira. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 290.

⁵⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 290.

⁵⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

⁵⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

⁵⁸ LEAL, Ernesto Castro. *Partidos e programas- o campo partidário português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁵⁹ LEAL, Ernesto Castro. *op. cit.*

⁶⁰ LEAL, Ernesto Castro. *op. cit.*

⁶¹ LEAL, Ernesto Castro. *op. cit.*

⁶² LEAL, Ernesto Castro. *op. cit.*

“liberdades essenciais”, “liberdades políticas” e “liberdades civis”⁶³. Aqui, propagam-se, principalmente, tópicos de cunho social tais quais: o sufrágio universal; liberdade de associação, reunião e representação; direito de resistência aos atos ofensivos das leis; extinção das últimas formas senhoriais de propriedade; arroteamento obrigatório dos terrenos incultos; desenvolvimento de associações cooperativas de associações cooperativas de consumo, produção, edificação e crédito, mediante adiantamento de fundo inicial pelo Estado; auxílio às câmaras sindicais; bolsas de trabalho; entre outros diversos⁶⁴.

Estas postulações foram levadas a cabo pelos partidários na propaganda política. O programa, na prática, pôde polarizar o cenário nacional como uma disputa entre o progresso, a ciência e a razão – representados pelo republicanismo – contra o atraso e o obscurantismo que beirava o antinacional – na figura da Monarquia. Independente se houve sucesso em personalizar a ideia de progresso, essa dicotomia serviu para que se pudesse incutir à população a noção de que a política nacional não mais era composta por Progressistas contra Regeneradores, e sim, de Monárquicos e Republicanos⁶⁵.

Ao compreender o documento e as análises sobre o mesmo, podemos destacar a pretensão de um regime democrático e ciente de diversas questões sociais. O que há de se destacar, ainda, é como os republicanos souberam atacar justamente as fraquezas da Monarquia e se definirem como a única oposição. Também relevante foi a ascensão de outros grupos em conjunto ao Partido Republicano. Como já afirmado, o Partido Republicano, apesar de formar uma frente de oposição com um projeto único, mostrava-se em suas

⁶³ “A segunda parte, ou parágrafo, do *Manifesto e Programa* continha as chamadas “liberdades essenciais”, as “liberdades políticas” e as “liberdades civis”. Nas primeiras incluíam-se, além das tradicionais liberdade de consciência, liberdade de imprensa e liberdade de discussão, certas aspirações muito caras aos republicanos, tais como a igualdade entre todos os cultos, a abolição do juramento religioso, o registro civil obrigatório, o ensino elementar secular e a secularização dos cemitérios, além de outras bastante originais, como a divisão do professorado em docente e examinante, a educação progressiva da mulher, a abolição dos graus e da frequência obrigatória no ensino superior e a harmonização e simplificação dos vários códigos. Nas liberdades políticas entravam, como novidades, o sufrágio universal, a autonomia municipal e a descentralização (e administração civil) das colônias, a abolição dos monopólios particulares, a abolição do corpo diplomático e a transformação do corpo consular numa magistratura para as relações internacionais e, por fim, a abolição do serviço militar obrigatório (com o Exército reduzido a quadros e milícias), além das tradicionais liberdades de associação, reunião e representação, liberdade de trabalho e indústria, autonomia da Nação etc. Finalmente, no âmbito das liberdades civis, entravam a extinção das derradeiras formas senhoriais de propriedade (foros, laudêmios, lutosas etc.), a obrigatoriedade do cultivo da terra sob pena de expropriação, a reforma do crédito, um novo sistema de regulamentação do trabalho de menores, o fomento do cooperativismo a todos os níveis, a não concorrência do Estado com as indústrias particulares, a criação de colônias penais agrícolas, a extinção de loterias e dos jogos de azar, a revisão pautal, a abolição dos direitos de consumo, a criação de tribunais arbitrais de classe para conflitos sociais, o estabelecimento de bolsas de trabalho, o reconhecimento da dívida pública “com o resgate da externa e regularizando a interna como meio de capitalização dos pequenos possuidores”, etc.”. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Da Monarquia para a República*. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 289-290.

⁶⁴ LEAL, Ernesto Castro. *Partidos e programas- o campo partidário português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 289.

estruturas deveras heterogêneo. Assim, grupos aliados⁶⁶ apoiaram ideológica e até militarmente as ações republicanas ajudando a dar-lhes força política. Dentre as organizações, a Carbonária⁶⁷ teve papel decisivo e relevante como braço armado e radical dos republicanos. Através dela, o movimento conseguia exercer pressão sobre o governo e sobre a população de diversas maneiras diferentes.

Conclui-se, portanto, que mesmo na contramão do restante da Europa⁶⁸, o republicanismo soube encontrar um meio de se introduzir e perseverar no cenário político nacional. A situação de Portugal remetia à crise em todas as suas esferas. Esse contexto abriu espaço e os militantes e políticos do PRP oportunamente ascenderam – mesmo com algumas dificuldades – através de uma forte máquina de propaganda. O país necessitava de uma utopia, algo de messiânico, que se apresentasse como a solução para os problemas nacionais e os velhos partidos monárquicos já tinham suas imagens desgastadas devido aos recorrentes anos de crise. Assim, surgiu o Programa ou “Manifesto Republicano”, que apresentava uma dicotomia política, colocando a mudança de regime como a única oposição possível para os desmandos dos monárquicos. Seja por aparente falta de opção ou por identificação com os ideais propostos, restou aos descontentes com os rumos do governo português se aliar ou simpatizar com os republicanos⁶⁹. O fato é que Portugal precisava de novos rumos, o que o

⁶⁶ “Dentro do partido havia outros grupos aliados; sociedades secretas, socialistas e anarco-sindicalistas que apoiavam temporariamente o republicanismo como um meio de se obter uma mudança e de derrubar a Monarquia. Bastantes dirigentes republicanos nas principais cidades eram membros da maçonaria e outros pertenciam à sociedade secreta Carbonária”. WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 50-51.

⁶⁷ “Sobre a Carbonária, Douglas Wheeler aponta que: “Foi a Carbonária portuguesa que recrutou secretamente os republicanos e que teve grande atividade na organização das conspirações militares depois de 1907. Se bem que, em princípio estivesse sob a orientação do diretório do Partido Republicano, e fosse muitas vezes dirigida por moções, a Carbonária, como um núcleo ativista duro, era virtualmente um Estado dentro de um Estado. Serviu como uma pequena “frente popular” secreta, que organizou a cooperação temporária e a colaboração de um grupo dispar de anarquistas, socialistas e radicais. Os seus rituais eram pouco vulgares e sua disciplina rígida, mas a ideologia era bastante lata para permitir uma gama de opiniões, com tendências anarquistas, que concordavam na meta final a atingir: o derrubamento da monarquia. A Carbonária tinha também certos aspectos milenários que agradavam às tendências messiânicas daqueles que consideravam a sua participação como substituto da religião”. WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 50-51.

⁶⁸ Na Europa, apenas Suíça e França possuíam regimes semelhantes.

⁶⁹ “Durante a Monarquia, a representação parlamentar era em grande parte uma farsa. Tal como acontecida na Espanha, embora o regime fosse teoricamente constitucional, continuava na prática uma monarquia absoluta, que confiava o poder aos partidos; e os partidos, manipulando habilmente o maquinismo político, impunham esse poder a um povo ignorante e indiferente na sua maioria. Luis Araquistain viu muito bem este problema, salientando que o poder não emanava do povo para os partidos e destes para a Coroa, mas sim da Coroa para os partidos e destes para as organizações locais de caciques. “O povo votava por quem era mandado ou por quem mais lhe pagasse os votos”. Os partidos não passavam de agrupamentos heterogêneos, em torno de chefes. As suas ideologias eram vagas e pouco se diferenciavam umas das outras. Embora os Regeneradores fossem um pouco mais conservadores e os Progressistas um pouco mais radicais, seria absurdo tentar classificá-los como Direita ou Esquerda. Ambos eram profundamente conservadores e ambos se compunham de elementos oriundos dos mesmos grupos sociais e com interesses semelhantes. O Partido Republicano parecia, à primeira vista, completamente diferente. Apresentava um programa de ação radical, contava com gente mais dinâmica, mais nova e mais consciente dos interesses do país. Apelava para as massas, prometendo-lhes melhoria de nível de

colocava mais perto da ideia de um “Salvador”⁷⁰, na acepção do termo elaborada por Girardet, e que em muito se identificou com a ideia republicana na primeira década do século XX.

DECADÊNCIA E QUEDA DA MONARQUIA (1906-1910)

Com este breve panorama da ascensão republicana podemos compreender os últimos anos da Monarquia Constitucional. Perante a ineficácia e impopularidade do rotativismo, caiu o último governo Regenerador de Hintze Ribeiro, em 19 de maio de 1906. Para seu lugar D. Carlos nomeou o João Franco, representante do partido Regenerador Liberal – organização dissidente dos “rotativos”. Seu governo e as consequências dele representaram um divisor de águas nos rumos do republicanismo e da Monarquia Liberal. Entre 1906 e 1908 houve um plano de governo inicial, ligado à sua ascensão, de caráter democrático e reformador; porém, no desenrolar do mandato, tomou rumo diferente, considerado pela historiografia como um ditador, um autoritário, que inspirou comportamentos radicais. Para barrar o avanço da oposição republicana, manteve a política eleitoral de seu antecessor, onde o voto era censitário, garantindo a influência de seus caciques na província.

Para sua ascensão é necessário entender alguns fatores chave. Já à época espalhavam-se opiniões de que a situação caótica da monarquia só seria resolvida através de uma revolução, independente de quem tomasse a frente dela⁷¹. Ciente disso D. Carlos pretendia que as mudanças viessem da coroa⁷². João Franco há tempos mostrava-se opositor da política monárquica de então. Prometia em sua retórica um Portugal democrático, útil e honesto⁷³. Sua

vida. Clamava contra a corrupção política, contra o reacionarismo clerical e contra a nobreza. No entanto, como vimos, o Partido Republicano definia-se muito mais pelo que não era do que pelo que era. Era contra a Monarquia, contra a Igreja, contra a corrupção, contra os grupos oligárquicos. Mas o seu programa mostrava-se muito vago na afirmação de realidades positivas. E não podia ser de outro modo, dada a filiação heterogênea dos seus membros. Se o grosso se compunha de representantes da classe média, não faltavam proletários e até camponeses, de interesses contraditórios com os daquela; e mesmo aristocratas idealistas ou despeitados militavam nas suas fileiras. Era uma espécie de Frente Popular, formidável e eficiente na luta contra a situação que estava; mas inepto para operar logo que conquistasse o poder e presa de lutas intestinas que o levariam à desagregação. O mais que se poderia afirmar do Partido Republicano era o seu caráter fundamentalmente urbano: mas ainda aqui as exceções se mostravam numerosas”. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Da Monarquia para a República*. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 295.

⁷⁰ “[O Salvador é] uma autoridade, e aí está o essencial, que não é mais considerada como suspeita, desprezível ou opressora, que significa, ao contrario, adesão, comunhão, fê militante e conquistadora. Uma autoridade que não é mais sentida como alienante, mas que se vê, ao inverso, reconhecida como um instrumento decisivo de reestruturação e de reabilitação pessoal. A realidade, ao menos tal como é vivida, não é a da abdicação de uma vontade particular em proveito de uma vontade estranha”. GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987. p. 93.

⁷¹ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 58.

⁷² WHEELER, Douglas, *op. cit.* p. 58.

⁷³ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 237.

postura, enquanto aspirante a ser o “mais liberal e decido chefe de governo de sempre”⁷⁴, não mudou, mesmo alcançando seu cargo no governo. Possuía uma retórica radical, escancarando diversos males da nação. Culpava os governos rotativos pela falência do povo frente ao restante da Europa. Pregava a educação política, a moralidade nas instituições, o combate à corrupção, a valorização das colônias através de governos competentes e outras tantas medidas reformistas⁷⁵. Não escondia, também, sua tendência autoritária perante as medidas propostas: “Aquilo que disser é para cumprir”⁷⁶. Ele também servia às ideologias de D. Carlos⁷⁷, incorporando assim uma “abertura à esquerda”⁷⁸.

Seja pelas opiniões de D. Carlos, por suas próprias ideias de ações governativas, suas tendências oposicionistas ou pelo ambiente, que pedia por algo que soasse como uma reforma no sistema “rotativo” vigente, João Franco assumiu o cargo de primeiro-ministro. No período de 21 meses deu andamento ao que considerava ser a ordem progressiva. As aspirações

⁷⁴ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 237.

⁷⁵ “Ninguém batia Franco na retórica radical. Para ele os Portugueses eram, “em face da Europa Central e Ocidental, o povo mais atrasado, mais pobre e mais infeliz”. A causa de tanta tristeza estava na incompetência e na corrupção administrativas. Tais vícios haviam prosperado prodigiosamente desde que a cumplicidade entre os dois partidos “rotativos” havia assegurado aos governos que ninguém fiscalizaria o que faziam. A solução era democratizar o Estado, interessar mais gente na vida pública, responsabilizar criminalmente os políticos – enfim, sujeitar o Poder aos tribunais e à opinião pública. Para isso Franco queria a autonomia do Poder Judicial, uma nova lei eleitoral que assegurasse a representação de “todas as vontades e interesses gerais” e, sobretudo, a restauração da “vida pública da nação” através da “educação política do País”. Na sua campanha de 1903 recuperou uma série de temas da esquerda, como o municipalismo e a ideia de basear o Exército no serviço militar obrigatório. Conservara, no entanto, o seu tom desassombrado, sem preconceitos. “Mal por mal”, atrevia-se a dizer no caso do ensino primário, “antes menos escolas bem organizadas, regidas e dotadas, do que só muitas casas abertas e ordenadas a pagar”. Franco não oferecia só ordem, mas aspirava também à grandeza. As colônias africanas entusiasmavam-no. Dela dependia “a autonomia e a integridade da pátria”. Gostaria de ver a emigração canalizada para África, em vez de para o Brasil, e desejava o governo das colônias entregue a bons governadores, em vez da longínqua e ignorante administração do Terreiro do Paço. O seu populismo sobressaía na questão fiscal: “Nada mais se pode pedir ao País sem assegurar realmente a ordem moral na administração pública”. Era ainda um eco das velhas tempestades esquerdistas de 1868”. RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 236.

⁷⁶ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 236.

⁷⁷ “Para perceber as atitudes e decisões de D. Carlos é preciso notar que o rei sofria os pruridos da opinião “liberal”: era livre-pensador, democrata e legalista. [...] As conversas que em 1893 Fuschini teve com o jovem rei não permitem equívocos sobre as suas ideias: D. Carlos quando tinha opiniões, tinha as de um “liberal”. Como todos os “liberais”, convencera-se de que a Monarquia só podia sobreviver se o rei fosse o primeiro dos democratas. Ser impopular à esquerda angustiava-o tremendamente, porque era quase como ser impopular entre os seus correligionários. Durante muito tempo disse-se que D. Carlos se conservara egoisticamente indiferente ao governo do País, muito ocupado com as suas caçadas, pinturas e aventuras amorosas. De fato, como certamente notava José de Alpoim, D. Carlos sempre se considerou a si próprio “um grande rei constitucional”. Se o rei se mantinha afastado da política, ao contrário de seu pai, D. Luís, era porque levava a sério o papel de poder moderador. Os únicos políticos com quem falava eram os seus presidentes do Conselho, a quem desde 1897 escolhia entre os chefes dos dois grandes partidos. Em Maio de 1906, porém, o rei estava angustiado. A revolta dos marinheiros, o “4 de Maio” e os aplausos à Afonso Costa durante uma tourada a que a rainha assistia no Campo Pequeno deixaram-no muito abalado. O rei não comia nem dormia e todos no Paço andavam preocupados. “O pavor por lá campeava a valer”, diz Teixeira de Souza. No caso do rei, porém, não devia ser o medo dos covardes, mas o receio de quem na história queria ficar do lado certo.”. RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 236.

⁷⁸ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 236.

franquistas encontraram embasamento no contexto europeu, com o governo conservador progressista de António Maura, em Espanha⁷⁹. Através de suas reformas e bases governamentais criou no cenário português o sentimento de “bom governo”⁸⁰, causando certo enfraquecimento nas ações republicanas. Soube conciliar seu governo com o do rei. Franquistas deram moral à monarquia e se incentivou a “devoção dinástica” através de uma atenção maior à figura de D. Carlos em cerimônias que já se arrastavam como “solenidades de praxe”⁸¹.

No entanto, o poder de Franco estava ligado a José Luciano, líder do Partido Progressista. Sem essa aliança, os projetos não seriam aprovados e a permanência de Franco no governo estaria nas mãos do rei. Essa percepção, aliada a diversas questões estruturais internas no decorrer do governo, fizeram que se sublinhassem as oposições a Franco. Como resultado, os Progressistas distanciaram-se de Franco. Pretendiam voltar ao governo ainda mais fortalecidos afastando o primeiro-ministro do poder, mas mantendo o apoio dos franquistas⁸². Em meio a tal crise de identidade e de legitimidade, em maio de 1907, o Governo mandou fechar a Câmara dos Deputados com apoio do rei D. Carlos. Fato este, que representou o rompimento em definitivo com os chefes dos partidos, mas não com o povo. Era o início da ditadura.

No entanto, Franco ainda era dependente politicamente do monarca e acabou por fazer campanha para a volta dos “adiantamentos”⁸³. Esta última medida foi um golpe irreversível na popularidade do Governo. A propaganda monárquica tentou demonstrar que os empréstimos eram legais, uma transparência das finanças públicas, porém, nada resolveu. Mesmo após a família real quitar o valor adquirido, a legitimidade permaneceu abalada. Franco se encontrava isolado e radicalizava a ditadura em busca da, a muito perdida, autoridade. Governou por decretos, implantou censuras e perseguiu oposicionistas⁸⁴. No entanto, tudo que conseguiu foi dar à oposição nomes para suas fileiras e, principalmente, legitimidade para o início do uso da força.

As consequências das ações do governo até então motivaram algo novo e fatídico na história de Portugal. Em fevereiro de 1908 um grupo de homens alvejou contra a família real no Terreiro do Paço. O episódio é narrado por diversos personagens, mas a historiografia

⁷⁹ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 237.

⁸⁰ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 239.

⁸¹ RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 241

⁸² RAMOS, Rui. *op. cit.* p. 246.

⁸³ Adiantamentos eram empréstimos feitos à Casa Real por motivos de gastos de interesses públicos.

⁸⁴ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 59.

diverge sobre suas causas e motivações. Há uma linha historiográfica que defende que houve mudança de planos. Os tiros deveriam ser destinados a João Franco, acabando no rei por falha de encontrar o primeiro alvo⁸⁵. Outra interpretação acredita que a investida sempre havia sido planejada contra a família real⁸⁶, que acabara por personificar, perante os olhos da oposição, os males de Portugal⁸⁷. Independente das motivações é fato que o saldo fora de cinco mortos. Manuel Buíça e Alfredo Costa – militantes republicanos, além de membros da maçonaria e da Carbonária – foram mortos em flagrante em meio ao assassinato; João Sabino, um malgrado, vítima de bala perdida enquanto colocava uma carta aos correios; e, finalmente, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe junto a seu pai, o rei D. Carlos. Sobrara ao trono de Portugal D. Amélia e um jovem rei órfão: D. Manuel II⁸⁸. Apesar de certa comoção inicial com as perdas da família real, a situação da monarquia demonstrava a tendência ao fim⁸⁹.

Logo nos primeiros dias, João Franco e seu ministério foram afastados e este acabou por exilar-se não só da vida pública, mas de Portugal. O governo do novo monarca era muito influenciado por sua mãe e pelo velho político José Luciano, já que Hintze Ribeiro morrera em 1907⁹⁰. D. Manuel II mostrou-se interessado em fazer mudanças e chegou a contratar o pesquisador francês Leon Poincard para mapear a situação da província. Porém a fórmula política não se alterou e as reformas foram tímidas, suscitando o desejo de mudanças mais profundas⁹¹. No entanto, mesmo com as especulações, ligando os líderes do Partido Republicano ao atentado, o que se viu foi o endossar da causa oposicionista. Com seu governo autoritário, o rei morto D. Carlos e seu ministro, acabaram por dar legitimidade para o uso da força por parte dos militantes da República⁹². Portanto, quando veio o regicídio, a

⁸⁵ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 59.

⁸⁶ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 255.

⁸⁷ Cf. RAMOS, Rui. *D. Carlos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

⁸⁸ Cf. PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

⁸⁹ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 60.

⁹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 694.

⁹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 694.

⁹² “Esta primeira avalanche republicana diluiu-se temporariamente no 31 de Janeiro de 1891, para logo regressar nos finais da primeira década do século XX, menos legalista e mais violento com o argumento de que a governação de João Franco em 1907-8, apoiada em D. Carlos, era “ditatorial” e autoritário e, portanto, justificava moral e politicamente a radicalização de procedimentos, muito mais à imagem daquilo que vinha acontecendo em Portugal, um pouco por toda a Europa e nos EUA, onde os assassinos de chefes políticos se foram sucedendo. Fosse, ou não, mero pretexto o fato das circunstâncias nacionais e internacionais explicarem e justificarem o avanço, no seio do movimento republicano, das opiniões e setores favoráveis ao uso da violência política para que pudessem ser atingidos os objetivos, a verdade; e que após o regicídio se notou claramente estarem reunidas condições mais que suficientes não apenas para ser levada a cabo uma tentativa republicana de tomada do poder pela força, mas ainda, e sobretudo, a evidência de que existia na sociedade portuguesa, ou pelo menos em boa parte da sociedade lisboeta, um largo apoio e compreensão para com o fenómeno da violência

violência já se havia naturalizado no cenário político, não suscitando grandes repúdios à causa do PRP.

Assim, os dois últimos anos da Monarquia Constitucional foram marcados por uma agitação política entre monárquicos e republicanos, sendo que nenhum dos dois era realmente fiel à coroa. A família real presenciou a decadência de sua autoridade, com relação aos políticos nacionais. Os partidos monárquicos queriam o rei, mas apenas para usufruto de seus próprios interesses⁹³. Defenderiam a posição de D. Manuel II desde que isso impedisse o iminente avanço dos republicanos⁹⁴. O cenário de Portugal ao final da primeira década do século XX era o de uma monarquia sem monárquicos, não havia dentre os partidos quem se batesse pelo regime⁹⁵. Mudanças eram necessárias.

Nesse contexto, os anos de 1908 a 1910 ficaram marcados pelas conspirações. Os republicanos perceberam que suas chances de tomar o poder pela via eleitoral, por maioria nas urnas, eram mínimas, ainda mais com a eleição de apenas 14 deputados em 1910, dos mais de 200 lugares possíveis nas Cortes⁹⁶. Com as manobras políticas dos caciques, ainda predominantes na província⁹⁷, ganhou força e influência dentro do Partido Republicano a ala que defendia a tomada de poder por uma revolução⁹⁸, endossando o clima conspirativo que se abatera sobre Portugal⁹⁹. Em 1909, ocorreu em Setúbal o Congresso do Partido Republicano, no qual ficou clara a meta de fazer a mudança de regime via armada¹⁰⁰. A responsável em “por a revolução na rua” ficou sendo a Carbonária. Esta, assim como a maçonaria, iniciava cada vez mais adeptos de seus ideais. Possuindo o apoio político dos grandes centros urbanos,

política quando usado pelos republicanos contra a Monarquia. Assim sendo, não só foi surpreendente como foi sinceramente desejado e amplamente apoiado o uso de métodos violentos para derrubar a Monarquia e implantar a República como, sobretudo, para impor o republicanismo após o 5 de Outubro de 1910. O republicanismo tornara-se depois do regicídio num movimento consolidado social, política e ideologicamente, independentemente daquilo que eram as crônicas divisões internas, muitas vezes com motivações estritamente do foro pessoal. Mas acima de tudo, o republicanismo mostrou depois de Fevereiro de 1908 ter capacidade para reunir apoios firmes para prosseguir os seus objetivos usando a violência política como instrumento tão indispensável como incontornável. Só assim se compreende a força ganha pela chamada via “conspirativa” para a conquista do poder, no decurso e na sequência do Congresso do Partido Republicano realizado na cidade de Coimbra em finais de Abril de 1908”. MARTINS, Fernando. O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 107-108.

⁹³ WHEELER, Douglas. op. cit. p. 61.

⁹⁴ RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 295.

⁹⁵ RAMOS, Rui. op. cit. p. 296.

⁹⁶ WHEELER, Douglas. op. cit. p. 61.

⁹⁷ LOPES, Fernando Farelo. *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

⁹⁸ MARTINS, Fernando. O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa: Edições 70, 2011. p. 108.

⁹⁹ RAMOS, Rui. op. cit. p. 312.

¹⁰⁰ MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 303.

um braço armado capaz de usar da violência para atingir seus objetivos e em meio a um cenário de descrença para com a monarquia, a revolução parecia questão de tempo. O Partido Republicano soube aproveitar o momento. Possuía um caráter de oposição que chegou a beirar o utópico, incorporara um messias que viria para salvar a pátria. A 4 de outubro de 1910 colocara suas tropas para fazer a revolução republicana. Em 5 de outubro, D. Manuel II embarcava para seu exílio de toda a vida em Inglaterra e Portugal dava fim à sua Monarquia¹⁰¹. Era o início de um novo regime que, nas palavras de Rui Ramos, “limitara-se a tirar vantagem da falta de comparência do adversário [...] a República preencheu um vazio”¹⁰².

A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (1910-1913)

A revolução havia sido mal preparada, mas encontrou uma Guarda Nacional igualmente indisposta¹⁰³. Grupos civis armados juntaram-se a militares em uma movimentação grande e que rendeu bons avanços em Lisboa. Também foi importante a presença dos cruzadores Adamastor e S. Rafael, ambos tomados por revoltosos. Apesar disso o movimento não teve a aderência que se esperava levando muitos a julgá-lo fracassado. Foram Machado Santos e seus correligionários da Carbonária que mantiveram a revolução em marcha. Bombardearam o palácio, forçando o rei a fugir. Durante um armistício, requerido pelo governo alemão a fim de retirar seus cidadãos da cidade, Machado Santos foi até a Divisão Militar de Lisboa onde o general Rafael Gorjão se rendeu¹⁰⁴. Durante todo o movimento, o Diretório do Partido Republicano não havia tomado parte. Os grandes líderes surgiram quando, tomada Lisboa, foi hora dos vitoriosos proclamarem a República e anunciarem a constituição do Governo Provisório¹⁰⁵. Naquele momento também tinha fim a intrínseca aliança do PRP com a Carbonária, que lhe entregou o poder e foi dele afastada¹⁰⁶.

¹⁰¹ “O novo regime fora o resultado de décadas de propaganda messiânica, onde, a par de ardentes sonhos de redenção nacional, se misturavam promessas demagógicas de “bacalhau a pataco” ou, pelo menos, de uma melhoria da condição e do passadio das classes populares e da média e pequena burguesia que na prometida República tinham confiado os seus mais fundos anseios de emenda dos males pátrios, agravados com a crise generalizada dos anos 90 e os sobressaltos coloniais sem esquecer os clamorosos escândalos dos “adiantamentos” que tinham degradado por completo a imagem da família real”. MEDINA, João. *A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926)*. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 304.

¹⁰² RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6). p. 347.

¹⁰³ AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República?. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 42.

¹⁰⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 9). p. 699.

¹⁰⁵ AMARAL, Luciano. *op. cit.* p. 42.

¹⁰⁶ AMARAL, Luciano. *op. cit.* p. 42.

Em seu governo provisório o PRP colocou como líder o respeitado professor Teófilo Braga. Mas junto a ele estavam três figuras de grande alcance político nacional que eram igualmente influentes: Manuel Brito Camacho (Ministro do Fomento), António José de Almeida (Ministro do Interior) e Afonso Costa (Ministro da Justiça). Era o esboço do que seria a divisão do Partido Republicano em dissidências republicanas tempos depois. A comissão deu início às reformas consideradas mais urgentes, que tocavam as mentalidades e os símbolos da nação. Mudou-se a bandeira do azul e branco para o verde encarnado, a toponímia, o “Hino da Carta” deu lugar a “A Portuguesa”, a ortografia, as instituições de ensino, os feriados, os formulários oficiais, as estampas oficiais, o “escudo” tomou o lugar do “real” no sistema financeiro, entre outras alterações¹⁰⁷.

Aspiravam assim a introduzir novas ideias ao povo, almejavam uma barreira psicológica entre o passado monárquico e o presente republicano¹⁰⁸. Era importante também consolidar o novo regime através de medidas para garantir a ordem pública interna e o reconhecimento das potências estrangeiras. Movimentações de grande significado, haja vista o regime situar-se em meio a uma Europa conservadora, na qual apenas França e Suíça compartilhavam de governos republicanos. Eram apenas as primeiras reformas dentre as que viriam. Em maio de 1911, as eleições contaram com grande número de candidatos do Partido Republicano¹⁰⁹. Estes eram, na verdade, homens escolhidos a dedo Graças pelo diretório do partido e, muitos, foram os únicos elegíveis em seus concelhos¹¹⁰. Também, utilizando-se de uma série de fraudes e contando com a aderência de diversos caciques à sua causa, a maioria dos recenseados no período votaria apenas em quem lhes dissessem ser conveniente¹¹¹. São estes os políticos que comporiam a cena nacional e a Assembleia Nacional Constituinte, instância onde se ditariam os rumos de Portugal.

A manipulação eleitoral por parte dos republicanos teve seus motivos. António José de Almeida perguntava se trezentos mil republicanos seria o bastante para governar uma população de cinco milhões de habitantes¹¹². A proclamação por si não garantia a entrada do novo regime nas áreas distantes de seu nicho de atuação. Logo se faria notar que Portugal não

¹⁰⁷ MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 306.

¹⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 702.

¹⁰⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 703.

¹¹⁰ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

¹¹¹ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *op. cit.*

¹¹² VALENTE, Vasco Pulido. Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Vol. XXVII (1.º), n.º 115, p. 7-63, 1992. p. 7.

se reduzia a Lisboa e Porto. Semanas depois do 5 de outubro, a imprensa denunciava que as mudanças políticas não haviam atingido a província¹¹³. Sua ideologia anticlerical não era equivalente com o pensamento da população que habitava aquela região. Assim, sem conseguir se ramificar, com eficiência, por todas as partes do país, as mudanças de cargos políticos raramente ocorreram¹¹⁴. Mas os funcionários e caciques da nação não poderiam continuar com poder enquanto fossem monárquicos¹¹⁵. É então que muitos deles aderiram ao republicanismo, muito mais por interesse do que por afinidade ideológica. Eram os chamados “adesivos”. A fim de não perder os cargos e a influência que possuíam, muitos endossaram as fileiras republicanas com grande rapidez. O governo tinha consciência de sua incapacidade em controlar todo o Portugal, portanto aceitou – ou ao menos não rechaçou – o fenômeno da “adesivagem” em grande escala¹¹⁶. Isso se deveu, em alguns casos, ao prestígio dos funcionários e caciques da extinta monarquia ou, ainda, por conta da falta de republicanos “históricos”¹¹⁷, que mostrassem a mesma capacidade administrativa e diplomática que tiveram como combatentes¹¹⁸. Tal fato levou estes últimos a certa desilusão para com o regime. Os “adesivos” serviam mesmo para mostrar, a certa parte do povo, que a República não apresentaria a ruptura definitiva em direção ao progresso como se imaginou, dando fim às esperanças messiânicas e utópicas sobre o caráter renovador do novo regime¹¹⁹.

No cenário político português, 1911 representou um ano de definição de diretrizes nacionais. A primeira preocupação do governo instalado, para além das reformas já apontadas¹²⁰, foi a da segurança do regime. Neste aspecto, duas questões eram fundamentais: conquistar a aprovação das nações vizinhas e garantir internamente a manutenção e legitimação das mudanças efetuadas na revolução de 5 de outubro de 1910. Quanto à primeira, vieram de Argentina e Brasil, respectivamente as primeiras iniciativas em conceder reconhecimento oficial para o novo regime¹²¹. Já as potências europeias apresentaram-se mais circunspectas e, de uma maneira geral, não se mostraram contrárias ou inimigas dos

¹¹³ VALENTE, Vasco Pulido. Crentes e conversos: a República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911). *Análise Social*, Vol. XI (1.º), n.º 41, p. 17-30, 1975. p. 17.

¹¹⁴ VALENTE, Vasco Pulido. *op. cit.*

¹¹⁵ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

¹¹⁶ MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 306-307.

¹¹⁷ Parcela de apoiadores do PRP que se mostraram adeptos da República antes de seu advento.

¹¹⁸ VALENTE, Vasco Pulido. Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Vol. XXVII (1.º), n.º 115, p. 7-63, 1992; VALENTE, Vasco Pulido. Crentes e conversos: a República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911). *Análise Social*, Vol. XI (1.º), n.º 41, p. 17-30, 1975. p. 18.

¹¹⁹ MEDINA, João. *op. cit.* p. 307.

¹²⁰ Vide p. 30.

¹²¹ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 79.

republicanos, mas preferiram esperar até que se formasse um primeiro governo democraticamente constituído e houvesse a conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para então reconhecer o governo instaurado.

Para solucionar a questão da segurança, agora interna, era necessário combater e afastar as ameaças de uma contrarrevolução monárquica. O então inimigo do Estado passou a ser Paiva Couceiro¹²², antigo oficial monárquico que, junto a outros grupos antirrepublicanos, conspiravam pela volta ao velho regime. Estes homens alojaram-se no norte do país ou na fronteira Espanha, mais especificamente na Galícia, e chegaram mesmo a tentar uma série de incursões que foram repelidas pelo governo¹²³, não sem antes lhe incitar esforços e mobilizações. O exército também não se batia plenamente à República, optando as lideranças do governo por confiar à então recém-instalada Guarda Republicana uma posição de braço armado do regime para assuntos internos¹²⁴. Mas os “defensores do republicanismo” não se restringiam apenas a ela. Grupos como a Carbonária, o Grupo da Vigilância Social, os Batalhões Voluntários, entre outros, patrulhavam as ruas de Lisboa e Porto pregando o radicalismo e vigiando secretamente os possíveis inimigos da nação¹²⁵.

Em meados do primeiro ano de governo, ficou concluída a primeira constituição da República. Definiram-se novas diretrizes e reformas para as esferas nacionais. Decidiu-se por um sistema de governo presidencialista, subordinado ao Congresso¹²⁶. Seu maior expoente, o presidente, seria eleito pelo Congresso e teria função honorífica e representativa. Já os deputados seriam eleitos pelo “povo”. No entanto, o chamado voto universal masculino, ponto defendido no Manifesto Programa de 1891¹²⁷ e difundido em tempos de propaganda republicana, não prevaleceu. Poderiam recensear-se todos os cidadãos, maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever, ou que fossem chefes de família a mais de um ano¹²⁸. Assim, apenas 14,2% da população tinham direito ao voto¹²⁹, sob a alegação de serem menos

¹²² VALENTE, Vasco Valente. Henrique Paiva Couceiro - um colonialista e um conservador. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), p. 767-802, 2001.

¹²³ GOMEZ, Hipólito de la Torre. *Conspiração contra Portugal 1910-1912*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

¹²⁴ MEDINA, João. A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 309.

¹²⁵ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 88.

¹²⁶ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 89.

¹²⁷ LEAL, Ernesto Castro. *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹²⁸ BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004.

¹²⁹ BAIÔA, Manuel (ed.). *op. cit.*

susceptíveis às influências dos caciques¹³⁰. O PRP criava, desta forma, um novo clientelismo em Portugal: a não ser por fraudes, promovidas quando interessasse aos governantes, ficava excluída do recenseamento a massa rural¹³¹. Esta poderia, na visão do partido, ser manipulada pelos caciques monárquicos, católicos e conservadores¹³². Em voga, estavam as camadas urbanas, sob controle de profissionais liberais e de industriais – grupos de caciques mais afeitos ao governo. Assim, ao invés de buscar o fim das práticas clientelistas, os republicanos criaram um “clientelismo estatal” sob comando do próprio PRP¹³³.

Esta última medida, em específico, denotou que a República praticaria alguns dos mesmos males da Monarquia. A retenção de poder que era acarretada pela nova lei eleitoral, não diferia tanto em princípios da “ignóbil porcaria”¹³⁴ de Hintze Ribeiro e mostrava a continuidade de certa “tirania” que imperava até então¹³⁵. Há, inclusive, relatos que apontavam as dificuldades burocráticas impostas aos políticos oposicionistas que tentavam se candidatar¹³⁶. As fraudes ocorriam também com a compra de votos e outros meios corruptos de controle eleitoral, fazendo que, com o tempo, nem as oposições republicanas considerassem o governo legítimo. De tal postura acarretou-se uma falta de integração nacional e a continuidade do “pessoalismo político” contribuindo com uma subsequente instabilidade¹³⁷.

Mas não foi apenas no âmbito da sistematização política que ocorreram as reformas nacionais. A principal medida confirmada pela Constituição foi a Lei de Separação do Estado e da Igreja. Até esta elaboração, a República havia inspirado certa desilusão por parte dos que acreditavam que ela, por si, salvaria a pátria, mas, afora os monárquicos, ainda não possuía desafetos ou inimigos. A tentativa de laicização do Estado, em teoria, fazia parte do programa. Contudo, liderada por Afonso Costa e sua ala radical dos republicanos, a prática mostrou-se uma política de abuso e violência. Tal situação gerou conflito religioso que, apesar

¹³⁰ LOPES, Fernando Farelo. *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

¹³¹ LOPES, Fernando Farelo. *op. cit.*

¹³² BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004.

¹³³ BAIÔA, Manuel (ed.). *op. cit.*

¹³⁴ Nome pelo qual era conhecida a lei eleitoral da Monarquia Parlamentar que estava em vigência até então e garantia a manutenção dos partidos monárquicos no poder.

¹³⁵ MARTINS, Fernando. 05 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 110.

¹³⁶ AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República? In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 48.

¹³⁷ LOPES, Fernando Farelo. *op. cit.*

de não ter se tornado uma guerra, como nos exemplos de México e Espanha¹³⁸, desagradou, para além da Santa Sé, uma parcela dos aliados do PRP¹³⁹. Repercutiu internacionalmente de maneira ainda mais danosa. Muitos países europeus como Inglaterra e Alemanha mostraram-se desagradados com a forma que o anticlericalismo havia tomado no país, deixando desgastada a imagem do recém-instalado governo¹⁴⁰. A tentativa de afastar do aparelho político a influência da Igreja não era exclusividade de Portugal¹⁴¹. Pretendia-se dar independência ao poder civil em relação ao religioso¹⁴², e isto estava previsto pelo clero e suas autoridades¹⁴³. Contudo, a forma extremada com que tudo ocorreu deslegitimou perante muitos as ações cometidas. As ordens religiosas foram perseguidas, todas as formas publicas de manifestação de fé acabaram abolidas, bens do clero foram confiscados, feriados santos tiveram seus nomes substituídos, as cômguas deram lugar à pensões e as comissões culturais, compostas por leigos, ficaram responsáveis pela administração das igrejas¹⁴⁴. Perante o

¹³⁸ AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República?. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 53.

¹³⁹ AMARAL, Luciano. *op. cit.* p. 52.

¹⁴⁰ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 87.

¹⁴¹ REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sergio Ribeiro. República e Religião, ou A Procura de uma Separação. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 145.

¹⁴² REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sergio Ribeiro. *op. cit.* p. 145.

¹⁴³ REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sergio Ribeiro. *op. cit.* p. 149.

¹⁴⁴ “Ao centrar aí sua grande questão política, a República secundarizou o problema do regime propriamente dito. Mais do que a monarquia foi, sobretudo, a Igreja Católica a servir de espantalho antirrepublicano. O processo conducente à instauração do regime de separação entre o Estado e a Igreja fez-se de forma progressiva, ilustrando a continuidade entre o anticlericalismo liberal (e até o regalismo do Antigo Regime) e o republicano. O primeiro passo da República foi repor em vigor as leis pombalinas que expulsavam os jesuítas do território nacional e as leis do “mata-frades” Joaquim António de Aguiar, que faziam os mesmos às restantes ordens. [...] O Catolicismo foi abolido enquanto religião de Estado e a “liberdade religiosa” foi instaurada; a Igreja perdeu a personalidade jurídica, os seus bens foram nacionalizados, e todos os documentos dos bispos passaram a necessitar de aprovação governamental (numa versão republicana do beneplácito régio). Todas as manifestações públicas religiosas fora das igrejas (as procissões, o toque dos sinos, a colocação de símbolos religiosos no exterior de edificios e mesmo as vestes talares) foram proibidas exceto quando explicitamente autorizadas pelo governo. O numero de seminários foi reduzido e o conteúdo do seu ensino diretamente controlado pelo governo. O ensino do cristianismo na escola pública foi proibido. Foram abolidas as cômguas (com que os crentes pagavam aos seus pastores) e substituídas por pensões, que seriam apenas atribuídas aos padres que as requeressem. Foram criadas as chamadas “comissões cultuais”, exclusivamente constituídas por leigos (os ministros religiosos eram proibidos de participar), em muitos casos ateus. As “cultuais” administravam a vida das igrejas, desde os aspectos materiais (doações e contribuições e os fins a que deveriam ser dedicadas: normalmente a beneficência) até aos próprios aspectos religiosos. A Lei de Separação acabou por criar um inimigo organizado e temível a Igreja. Padres eram sovados ou presos na via pública; no final de 1911, as prisões transbordavam de padres, detidos sob a mais variada gama de razões; em suma, o país foi devolvido a uma verdadeira guerra religiosa. Até então, a Igreja enquanto grupo político era mais ou menos informe, sem coesão particular. A Lei de Separação, e outras violências acordaram o seu brio corporativo e dos crentes. Onde as procissões eram violentadas seguiam-se vinganças populares contra os “carbonários”; por várias aldeias do país, tocavam os sinos em óbvia quebra da proibição. Em 1913, o Estado português encerrou a sua representação no Vaticano, assim formalizando a guerra contra a Igreja”. AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República?. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 50-51.

cenário de interferência do Estado nos assuntos religiosos, surgiram os mais diversos repúdios que levaram à prisões e uso de violência¹⁴⁵. A questão se tornou controversa e polêmica, perdurando todo o regime¹⁴⁶. Tal iniciativa era considerada um dos pontos-chaves para a modernização do cidadão, na medida em que para a mentalidade republicana, alguém exemplarmente educado havia também de ser laico¹⁴⁷. A “questão religiosa” abalou as relações e a imagem dos republicanos perante os países vizinhos, o clero, grande parcela da população – que se tornou incompatível com o regime¹⁴⁸ – e, talvez mais importante, entre seus próprios pares. É provável que a Lei de Separação tenha sido um instrumento político de Afonso Costa para se impor sobre as lutas de facções dentro do PRP¹⁴⁹.

Contudo, não só do clero e dos monárquicos compunha-se as inimizades do novo regime. A classe operária se mostrou igualmente contrária. Antes apoiadora do PRP, os trabalhadores mostraram-se, muito cedo, insatisfeitos com a tentativa dos republicanos de manter práticas políticas que antes condenavam¹⁵⁰. Também se revoltaram por não verem satisfeitas suas aspirações a melhores salários, menos horas de trabalho e redução nos preços, situação que ao invés de resolvida acabou agravada nos primórdios do novo regime¹⁵¹. Então divididos entre socialistas e anarco-sindicalistas, as massas operárias demonstraram que não se bateriam pelo regime que lhes parecia tão oligárquico quanto o anterior, dando início, ou retomando, uma série de manifestações e greves gerais¹⁵². O regime, enquanto positivista, acreditava que deveria haver colaboração plena das classes para com a República: “a „verdadeira vontade” dos trabalhadores teria que ser, portanto, o apoio à República, que saberia zelar por sua condição”¹⁵³. Era o fim das boas relações entre a República e as classes trabalhadoras¹⁵⁴. Entendendo, desta maneira, que a greve era uma ameaça, o governo tratou-as como tal. Usou-se de sua Guarda Republicana e de forças paramilitares para combater os

¹⁴⁵ REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sergio Ribeiro. *op. cit.* p. 149.

¹⁴⁶ Cf. CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, Vol. XXIV (1.º), n.º 100, p. 211-273, 1988.

¹⁴⁷ REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sergio Ribeiro. República e Religião, ou A Procura de uma Separação. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 148.

¹⁴⁸ VALENTE, Vasco Pulido. Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Vol. XXVII (1.º), n.º 115, 1992. p. 18.

¹⁴⁹ AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República? In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 52.

¹⁵⁰ AMARAL, Luciano. *op. cit.* p. 57.

¹⁵¹ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 81.

¹⁵² Cf. CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

¹⁵³ AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República? In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 58.

¹⁵⁴ VALENTE, Vasco Valente. A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911). *Análise Social*, Vol. IX (2.º), n.º 34, p. 293-316, 1972.

movimentos, que apenas se agravaram e se radicalizaram, tornando impossível o retorno à aliança que antes houvera entres as partes¹⁵⁵.

A República, portanto, mostrou-se tomada por uma ala do PRP que pregou e levou às ruas o extremismo. Quando não conquistou apoios pela propagando ou pela via clientelista, poptou por utilizar organizações paramilitares para resolver seus assuntos¹⁵⁶ impondo o medo como forma de garantir a autoridade¹⁵⁷. Tornava, assim, a política refém da violência¹⁵⁸. Esta abordagem gerou nas autoridades republicanas a necessidade de manter seu braço armado, comprometendo diversos aspectos do regime¹⁵⁹. Perante a postura dos republicanos, a tendência das oposições – seja monárquica, clerical ou sindicalista – foi de responder o radicalismo à altura¹⁶⁰. Os levantes tornaram-se marca da instabilidade da República que muito sofreu com seus abalos, sempre a questionar a legitimidade e os métodos do regime, minando sua credibilidade como antes ocorrera com a experiência monárquica¹⁶¹.

As discordâncias e os ânimos exaltados permeavam até o PRP. A Constituinte já se apresentou uma experiência conturbada, com divergências entre as diversas alas do partido¹⁶². Contudo, após as primeiras eleições, os conflitos entre Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho tornaram-se explícitos, com cada parte apoiando seu próprio candidato ao governo. Divergências que incitaram as principais dissidências, cindindo os republicanos: Afonso Costa manteve-se na liderança dos remanescentes, herdeiros da maioria das fileiras e da máquina do partido que, a partir de então, passaram a ser conhecidos como Partido Democrático, de natureza mais nacionalista e extremada¹⁶³; António José de Almeida fundou o Partido Evolucionista; Brito Camacho fixou-se na liderança da União Nacional Republicana, conhecidos como Unionistas. Estava formado o quadro político daqueles que lutariam pelo poder na República. Sob a presidência de Manuel de Arriaga formaram-se governos moderados de coalizão, sem muita estabilidade no poder, gerando uma rotação semelhante à Monarquia¹⁶⁴. Em 1913, emergiu um gabinete predominantemente democrático,

¹⁵⁵ AMARAL, Luciano. Que Fazer com a I República? In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p.58-59.

¹⁵⁶ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 98.

¹⁵⁷ AMARAL, Luciano, *op. cit.* p. 60.

¹⁵⁸ AMARAL, Luciano, *op. cit.*

¹⁵⁹ AMARAL, Luciano, *op. cit.*

¹⁶⁰ AMARAL, Luciano, *op. cit.*

¹⁶¹ Cf. CARVALHO, David Luna de, *Os Levantes da República 1910-1917*. Lisboa: Afrontamento, 2011.

¹⁶² WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 88-96.

¹⁶³ AMARAL, Luciano. *op. cit.*

¹⁶⁴ WHEELER, Douglas. *op. cit.*

oposto aos moderados de até então. Seu líder era Afonso Costa, que assumia seu primeiro mandato.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A I REPÚBLICA

O Estado Novo, como regime predominante no século XX em Portugal, trouxe problemas à interpretação da I República. Salazar demandava que fosse construída uma verdade histórica sobre os acontecimentos da I República de forma a glorificar seu próprio regime¹⁶⁵, tornando os estudos até 1974, data da queda do regime ditatorial, demasiado manchados por influências ideológicas¹⁶⁶. O historiador Oliveira Marques já admitia que “até 1974, fazer história da 1ª República era um meio de combater a ditadura do “Estado Novo”¹⁶⁷.

Para Manuel Baiôa, os principais trabalhos sobre a história da I República podem ser divididos em três linhas interpretativas: Para alguns historiadores, a I República mostrou-se um regime progressista e tendencialmente democrático; para uma segunda via interpretativa, o destaque vai para o caráter revolucionário, jacobino e ditatorial do regime de um partido dominante; e para uma terceira linha, a I República foi o prolongamento dos regimes liberais e elitistas do século XIX¹⁶⁸.

Na primeira linha de interpretação enquadra-se principalmente o historiador Oliveira Marques, por identificar no regime “o privilégio e proteção dos princípios democráticos e liberais”¹⁶⁹. O autor crê em uma relativização com relação ao não cumprimento do sufrágio universal por entender que se fazia necessária uma melhor educação por parte da população recenseada, visando evitar o clientelismo¹⁷⁰. Também defende o regime em assuntos polêmicos como a sua natureza autoritária e repressora¹⁷¹, que o autor alega ser alvo de demasiados exageros, sendo a favor da relativização¹⁷². Oliveira Marques chega mesmo a não

¹⁶⁵ SILVA, Armando B. Malheiro da. A escrita (vária) da história da I República Portuguesa. *Ler História*, n.º 38, p. 197-254.

¹⁶⁶ CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

¹⁶⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 9.

¹⁶⁸ BAIÔA, Manuel, Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte. In: BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Colibri, 2004. p.18.

¹⁶⁹ CRISTO, Alexandre Homem. *op. cit.* p. 8-9.

¹⁷⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

¹⁷¹ Linha interpretativa que tem como principal defensor Pulido Valente.

¹⁷² MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais. op. cit.* p. 74.

ver a instabilidade como algo marcante do regime, mas sim da política portuguesa, em uma análise mais otimista dos fatos¹⁷³.

Assim, podemos afirmar que a segunda linha interpretativa, conforme a divisão de Baiôa, vêm em oposição à visão de Oliveira Marques. Destaca-se como seu principal representante Vasco Pulido Valente, para quem a República não se caracterizou como um regime, mas como uma revolução permanente, promovida pelo Partido Republicano Português, de caráter radical e jacobino, do qual vieram os principais líderes¹⁷⁴. O ponto de inflexão é que mesmo controlando o governo da República, o partido jamais perdera o caráter revolucionário. Nessas condições, o governo republicano das primeiras décadas do século XX fica desqualificado como regime pela falta de organização legal e institucional¹⁷⁵.

A análise confronta-se com a de Oliveira Marques, em todos os seus princípios, que Homem Cristo define como quatro: o anticlericalismo, a violência e o terrorismo, a apropriação do Estado e do regime pelos republicanos e a lei eleitoral¹⁷⁶. Pulido Valente nega todos os princípios democráticos apontados por Oliveira Marques, demonstrando que a lei eleitoral acabou por feri-los¹⁷⁷, sendo seguida de uma eleição fraudulenta, marcada por diversos crimes por parte dos republicanos¹⁷⁸. O historiador ainda acredita que o Estado falhou ao propor leis de ordem, utilizando-se então do terror para exercer o controle sobre a população, tornando o período marcado pela repressão, que teria sido incitada pelos radicais do governo. Valente também defende a tese de que as leis anticlericais foram acima de tudo mais uma forma de perseguição à Igreja do que uma reforma necessária¹⁷⁹. As divergências entre o historiador e Oliveira Marques chegou ao ponto deste escrever que o primeiro fizera uma “interpretação altamente discutível e metodologicamente impugnável”¹⁸⁰. Em resumo, a

¹⁷³ “Oliveira Marques apresenta uma interpretação otimista da natureza política do regime. Num diálogo constante, mas implícito, com as várias interpretações dos historiadores, Oliveira Marques optou por relativizar os factos que estão na origem das interpretações que atribuem ao regime um cariz ditatorial, como os processos eleitorais e a violência política. O historiador faz uma abordagem muito focada na Constituição de 1911 e no enquadramento e procedimentos legais da República, e não tem dúvidas, a partir destes, em qualificar o regime como progressista de princípios demo-liberais”. CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 11.

¹⁷⁴ VALENTE, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. 3ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

¹⁷⁵ VALENTE, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. op. cit.

¹⁷⁶ CRISTO, Alexandre Homem. op. cit.

¹⁷⁷ VALENTE, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo. A Revolução de 1911*. 3ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

¹⁷⁸ VALENTE, Vasco Pulido. *A “República Velha” (1910-1917)*. Lisboa: Gradiva, 1997.

¹⁷⁹ VALENTE, Vasco Pulido. *A “República Velha” (1910-1917)*. op. cit.

¹⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Guia da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 142.

tese principal de Pulido Valente indica que a “I República não foi *democrática*, antes uma revolução permanente das elites republicanas”¹⁸¹.

A I República foi “um prolongamento dos regimes liberais e elitistas do século XIX”¹⁸² e “um simulacro de democracia num sistema multipartidário com um partido dominante”¹⁸³. As frases acima representam duas formas de resumir a terceira linha de interpretação da República, defendida por um número maior de historiadores, e que tem como principais representantes Farello Lopes, João Serra, Antonio Costa Pinto e Antonio José Telo.

Telo, prezando pela história econômica, traça um perfil socioeconômico de Portugal, e nele sustenta sua interpretação¹⁸⁴. Em sua análise, observa a ascensão e queda do regime baseado na economia. Em suma, seu trabalho trata o regime como “uma democracia liberal instável e não consolidada”¹⁸⁵.

Costa Pinto, em dois artigos sobre a I República¹⁸⁶, traz considerações sobre o período com muitos pontos em comum com Telo. O historiador entende o regime como “um sistema multipartidário com um partido dominante”¹⁸⁷. Também privilegia a abordagem socioeconômica como forma de análise, demonstrando todos os problemas estruturais que o período comporta. Para ele a República também representou uma forma de governo liberal, baseado na República Francesa, que por motivos estruturais e governamentais se viu incapaz de sobreviver, denotando uma forte crise na questão da legitimação do sistema¹⁸⁸.

Ainda na linha de Costa Pinto, João Serra¹⁸⁹ compactua com a interpretação de que o regime pode ser definido como um “multipartidarismo com um partido dominante”¹⁹⁰. Ambos compartilham da ideia de que o regime republicano pode ser definido como uma “quase democracia” e acreditam que “a crise de legitimidade do regime é o eixo central de

¹⁸¹ CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 24.

¹⁸² BAIÔA, Manuel. Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte. In: BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Colibri, 2004. p.18.

¹⁸³ CRISTO, Alexandre Homem. *op. cit.* p. 12.

¹⁸⁴ TELO, António José. A busca frustrada do desenvolvimento. In: REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, Volume 3, Publicações Alfa, Lisboa, 1990. p. 123-170; TELO, António José. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: A regra do jogo, vol. 1, 1980, vol. 2: 1984.

¹⁸⁵ CRISTO, Alexandre Homem. *op. cit.*

¹⁸⁶ PINTO, António Costa. A queda da I República Portuguesa: uma interpretação. *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Colibri, p. 165-183, 2004; PINTO, António Costa. Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República. *Penélope*. n.º. 19-20, p. 43-70, 1998.

¹⁸⁷ CRISTO, Alexandre Homem. *op. cit.*

¹⁸⁸ PINTO, António Costa. A queda da I República Portuguesa: uma interpretação. In: BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Colibri, 2004. p. 165-183.

¹⁸⁹ SERRA, João B. Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente. In: REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, Volume 3, Publicações Alfa, Lisboa, 1990. p. 13-84.

¹⁹⁰ SERRA, João B. *op. cit.* p. 36.

compreensão política da I República, para o qual contribuem a hegemonia do PRP, a acção violenta da Oposição e a decorrente instabilidade política”¹⁹¹.

Para Serra, a legitimidade do regime esbarrava na instabilidade política, característica marcante do período que, por sua vez, agravava-se com conflitos e golpes violentos, tanto da oposição quanto do Partido Democrático. Para o historiador, não havia como o sistema se manter sem o partido que era dominante, por isso os levantes e a tentativa de afirmação de poder através da força¹⁹².

Farelo Lopes¹⁹³ apresenta uma interpretação também pautada na relação de legitimidade e instabilidade política do regime. Contudo, o faz de uma forma diferenciada, introduzindo o conceito de “ditadura democrática”¹⁹⁴, onde apesar de recorrer à interpretação ditatorial de Pulido Valente, discorda que a violência e os conflitos sejam definidores do regime, preferindo pautar-se na análise do sistema político¹⁹⁵.

Assim como os outros autores desta linha, deixa claro em um de seus artigos que “a República exhibe um sistema multipartidário com um partido (fortemente) dominante”¹⁹⁶. Por fim, sua análise da legitimidade do regime conclui que os diversos mecanismos de poder que impediam o acesso de outras linhas políticas no sistema de governo eram a principal causa da ausência de legitimação da I República¹⁹⁷.

Assim, podemos resumir as interpretações destes autores, dizendo que, para eles, a República foi uma “quase-democracia”. Tentou reproduzir o funcionamento institucional de uma democracia, porém, não o conseguiu¹⁹⁸. Estes historiadores concentraram-se em características formais do sistema político do regime, como sua Constituição leis e processos

¹⁹¹ CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 18

¹⁹² SERRA, João B. Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente. In: REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, Volume 3, Publicações Alfa, Lisboa, 1990. p. 13-84.

¹⁹³ LOPES, Fernando Manuel Farelo. Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República. *Análise Social*. Vol. XXVI (2.º), n.º 111, p. 401-415, 1991; LOPES, Fernando Farelo. Um regime parlamentarista de partido dominante. In: REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, Volume 3, Publicações Alfa, Lisboa, 1990. p. 85-100.

¹⁹⁴ “O conceito de “ditadura democrática” em Farelo Lopes explica-se, sobretudo através da Constituição de 1919, mas sobretudo através do caciquismo político, prática herdada da Monarquia Constitucional”. CRISTO, Alexandre Homem. *op. cit.*, p. 18.

¹⁹⁵ LOPES, Fernando Farelo. Um regime parlamentarista de partido dominante. *op. cit.*, p. 85-100.

¹⁹⁶ LOPES, Fernando Farelo. Um regime parlamentarista de partido dominante. *op. cit.* p. 90.

¹⁹⁷ LOPES, Fernando Farelo. Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República. *op. cit.* p. 401-415.

¹⁹⁸ CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 11.

eleitorais, dando pouca ênfase à dimensão ideológica e de ação política do Partido Democrático e dos seus líderes¹⁹⁹.

As linhas aqui apresentadas sob a luz de autores consagrados são, para nossa pesquisa, as que melhor delimitam as interpretações produzidas até hoje. Não se pode deixar de fazer referência ao estudo de Malheiro da Silva²⁰⁰, que analisou diversas abordagens historiográficas compilando-as e auxiliando para a compreensão e elaboração desta pesquisa, além do já citado Alexandre Homem Cristo, cujo trabalho, concluído em 2011, contribuiu para a atualização do que se discutiu em Portugal no ano de centenário da I República.

Podemos, assim, ter em mente um panorama da situação política de Portugal na implantação da República e quais as interpretações que se deram acerca deste fato. Seguimos agora para o campo social, abordando as condições da população majoritária em Portugal no período: os trabalhadores rurais.

¹⁹⁹ CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 11.

²⁰⁰ SILVA, Armando B. Malheiro da. A escrita (vária) da história da I República Portuguesa. *Ler História*, n.º 38. p. 197-254.

CAPÍTULO 2 – PORTUGAL RURAL: ESTRUTURA AGRÁRIA, POPULAÇÃO E MODOS DE VIDA

Portugal, na virada do século, apresentava uma população que beirava os 5 milhões e meio de habitantes. Dez anos depois, às vésperas da implantação da República, este número era 9% maior²⁰¹. O povo estava distribuído de modo desigual pelos quase 92 mil km² de extensão territorial portuguesa²⁰². Os dados sobre a densidade continental mostram os distritos do norte como os mais populosos. Ali, a média era de 114 habitantes por km², impulsionados pelo Porto, onde os números beiram os 300. Um contraste em relação ao Alentejo, onde a média populacional era de apenas 17. O restante das regiões, em específicos o Centro, Vale do Tejo e o meridional Algarve, mantinham médias semelhantes: 70,8; 66; e 51 habitantes por km², respectivamente. Perante tal distribuição, apenas 15% habitavam os núcleos urbanos, o que pouco se alterou uma década depois. Neste panorama demográfico, não podemos deixar de citar a emigração destes povos que, saídos principalmente das regiões mais povoadas, partiam para o mar, em altas médias anuais²⁰³.

Dos que se mantiveram em Portugal, podemos traçar os contornos de sua situação. O analfabetismo alcançava níveis alarmantes e era uma realidade para 75% da população. Índice que permanecia elevado, mesmo se comparado a 1878, quando atingia 82% de todos os portugueses. A carestia também era parte da realidade nacional, já que o custo de vida do país figurava entre os mais altos da Europa²⁰⁴. O trigo, produto do qual derivavam os principais produtos da alimentação lusitana, não era produzido à autossuficiência, sendo necessárias cargas imensas de importação, contribuindo com sucessivos déficits no orçamento nacional, encarecendo a vida do português²⁰⁵.

Para entender como o povo lidava com esse cenário recorremos aos dados acerca do trabalho. Os anuários estatísticos de 1911 apontam para uma proeminência de três “grandes divisões profissionais” no país: 6% ocupavam-se no comércio, 20% nas indústrias e, massivos 57% em trabalhos rurais. Porém, há que se questionar a precisão destas informações. Sobre isto, Oliveira Marques elabora uma importante reflexão. Segundo ele, os responsáveis por tais divulgações não levavam em conta, ou mesmo desconheciam, as várias dinâmicas da vida do

²⁰¹ Dados dos Anuários Estatísticos Portugueses de 1908 a 1926.

²⁰² Não inclusas as colônias.

²⁰³ FERRAZ, José M. O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*, Vol. XI (2.º-3.º), n.º 42-43, p. 454-471, 1975.

²⁰⁴ MARTINS, Conceição Andrade. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, Vol. XXXII (3.º), n.º 142, p. 483-535, 1997.

²⁰⁵ FERRAZ, José M. *op. cit.*

campo. Como veremos a seguir, os trabalhadores que ali se empregavam exerciam outros ofícios, principalmente em tempos de escassez agrícola, como no inverno e na entressafra. Se levarmos em conta também esses braços, o total de pessoas ligadas a “trabalhos rurais”, mais próximo da realidade, alcança expressivos 75% de Portugal²⁰⁶. Podemos, para fins de comparação, levar em conta essa diretriz, já que mais de 66% da população habitava freguesias rurais, sem qualquer proximidade dos grandes centros urbanos, ou mesmo das vilas maiores, chamadas “cabeças do conselho”²⁰⁷.

Neste contexto, a economia portuguesa mostrava-se dependente da parte rural do país. As exportações da época eram compostas, em cerca de 80%, por produtos vindos dos campos²⁰⁸. Porém, este campo, ao mesmo tempo em que fornecia, também demandava, já que absorvia mais de 30% das importações²⁰⁹. Ficava atrás apenas de “matérias primas”, algo que também poderia ser reduzido perante um melhor aproveitamento da terra e das colônias²¹⁰. Perante o breve panorama estático, fica claro a importância das atividades agrícolas em Portugal, tanto na esfera econômica como social. Assim, passamos a refletir sobre este aspecto tão predominante no país.

A ESTRUTURA DO CAMPO PORTUGUÊS

A propriedade do tipo rural predominava no território português, mas mostrava-se muito peculiar em cada uma de suas regiões²¹¹. Antes de prosseguirmos em nossas observações, é necessário esclarecer que, no que tange aos dados estatísticos acerca da propriedade rural, não foi possível estabelecer valores precisos, devendo os números apresentados ser relativizados. Isto se deve a uma ausência de diretrizes oficiais do governo para tal assunto, fazendo surgir uma heterogeneidade nas metodologias de análises do campo em Portugal. Não há consenso, entre os autores do período, acerca da extensão exata, em hectares, que caracterizava a pequena, média e grande propriedade²¹². Esclarecemos assim que, para nesta composição, utilizamos apenas de apontamentos gerais, apresentados majoritariamente por Oliveira Marques e Fernando Medeiros.

²⁰⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

²⁰⁷ Dados dos Anuários Estatísticos Portugueses de 1908 a 1926

²⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 183.

²⁰⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

²¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

²¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 37-49

²¹² MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

O que é interessante ressaltar, neste aspecto de Portugal, é que muito da historiografia clássica do período tendia a generalizações, prejudiciais à correta contextualização do campo no país. Como nos mostra Medeiros²¹³, a visão de que o norte era altamente fragmentado por pequenas propriedades, enquanto o centro e sul eram formados por grandes latifúndios exportadores foi, há muito, desmentida. Primeiramente, nenhuma das regiões do país escapava a contar, seja em maior ou menor escala, com os três referidos tipos de exploração²¹⁴. Observando os números, relativos à média de propriedades rurais para cada 100 habitantes²¹⁵, obtêm-se que o norte, e mesmo parte do centro²¹⁶, concentram números na casa dos 150 prop/hab ou mais. Porém, notam-se já aqui algumas particularidades. Temos, nesta mesma região, o distrito de Braga que, junto ao urbano Porto, apresenta valores relativamente menores, entre 75 e 150 prop/hab. Demonstra-se, assim, um espaçamento maior entre as propriedades, além de uma estrutura não condizente com os vizinhos. Seguindo, temos as regiões do Ribatejo e da Beira Baixa, com valores mais modestos, seguindo as médias de Braga. Há que se contar ainda, com a mesma concentração moderada, o meridional distrito de Faro e todo o Algarve. O Alentejo, condizendo com as interpretações mais antigas, é onde os índices se mostraram menores, variando notadamente entre 20 e 75 prop/hab.

Estes valores, no entanto, ainda não satisfazem a complexidade dos campos. Deve-se contar, ainda, as médias relativas ao tamanho das propriedades. Seguimos os índices de Oliveira Marques²¹⁷, onde o autor traça um panorama muito peculiar da terra. A faixa litorânea, compreendendo desde o sul da Estremadura até o norte do Minho²¹⁸, apresenta de fato, a maior taxa de fragmentação²¹⁹. Mas, ao adentrarmos o território, as características das terras adquirem outros contornos. Escusado o Alentejo, onde a grande propriedade²²⁰ realmente alcançava 94% do total²²¹, todas as outras regiões e distritos do país²²² acusam uma estrutura mais complexa do que antes se defendia na historiografia. O que vemos é um equilíbrio entre as grandes, médias e pequenas propriedades, tornando equivocadas as

²¹³ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

²¹⁴ MEDEIROS, Fernando. *op. cit.*

²¹⁵ Valores de MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 43.

²¹⁶ Em específico as regiões: Beira Litoral, Douro Litoral, Minho, Trás-os-Montes e a Alto Douro, Beira Alta e porção norte da Estremadura.

²¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

²¹⁸ Nomeadamente: Estremadura, Minho, Douro Litoral, Beira Litoral e parte da Beira Alta, em específico os arredores do distrito de Viseu.

²¹⁹ Propriedades com superfícies médias abaixo de 1,5 ha.

²²⁰ Propriedade com superfícies médias de mais de 5 ha.

²²¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 38.

²²² Nomeadamente: Algarve, Ribatejo, Trás-os-Montes, Alto Douro, Beira Baixa e Beira Alta, em específico os arredores do distrito de Guarda.

generalizações de então²²³. Além destas estatísticas, endossam nossas elaborações algumas reflexões como a de Fernando Medeiros, que nos recorda das grandes extensões de terras no Douro, onde muitos se dedicam à viticultura²²⁴. Também Poinsard, em suas pesquisas de campo, apontou para Trás-os-Montes, como uma das regiões mais organizadas em economia rural, sendo diametralmente oposta ao restante dos vizinhos no norte²²⁵.

Mesmo com grandes parcelas de terras voltadas ao cultivo, Portugal tinha ainda problemas com relação à produção. As regiões do Alentejo e Ribatejo, notadamente onde se encontrava uma produção mais voltada aos mercados consumidores, ainda recorriam a técnicas de cultivo arcaicas, em uma estrutura ainda tradicional e pouco mecanizada, principalmente em relação ao restante da Europa²²⁶. Outro entrave à evolução no setor eram as grandes extensões de terras pertencentes a capitalistas que, habitando os centros urbanos, não possuíam nenhuma ligação com a agricultura. Para evitar prejuízos, estes proprietários contratavam administradores ou, mais comumente, arrendavam lotes a rendeiros locais. Assim, muitas terras acabavam nas mãos de pessoas que nada sabiam acerca das novas técnicas de produção²²⁷. É importante salientar, porém, que os problemas desta prática não se limitavam à educação agrícola. Ainda que se fizesse o necessário aperfeiçoamento técnico dos pequenos lavradores, estes acabariam por esbarrar na falta de capital e de crédito para o setor, requisitos básicos para promover os investimentos e melhorias que a terra carecia²²⁸.

Junto à subutilização dos terrenos, vinham os problemas geográficos. O solo não era o mais apropriado à produção dos cereais, principal produto local²²⁹. A persistência neste tipo de cultura, em muito, se explica pela Lei dos Cereais, de finais do séc. XIX. Por ela os moageiros deveriam comprar toda a produção nacional, especialmente de trigo, antes de recorrer à importação deste gênero. A medida levou a uma corrida às terras no intuito de explorar o protecionismo do grão, sem qualquer preocupação com os tipos de solo e clima das regiões²³⁰. Como resultado, o rendimento por hectare do cereal, em Portugal, era o mais baixo

²²³ Nestas regiões as terras têm superfícies médias entre 1,5 e 5 ha levando-nos, pela falta de informações mais específicas, a crer que haja números relevantes dos três níveis de propriedade.

²²⁴ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

²²⁵ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

²²⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²²⁷ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 86.

²²⁹ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²³⁰ POINSARD, Léon. *op. cit.*

de toda Europa²³¹. Poinsard chegou a propor, em sua obra, que se fizesse um estudo sobre qual seria o produto que apresentaria melhor rendimento na região. Acreditava, assim, que apenas uma mudança no perfil agrícola local resolveria os relativos baixos índices de produção.

Ainda o mesmo autor, recorda-nos também acerca dos obstáculos, que a própria estrutura nacional, em muito inadequada, impunha à província. Citamos, como exemplo, os sistemas hidráulicos que, em Portugal, constituíam um problema histórico. Debatidos desde meados do período monárquico, nunca tiveram, dos governos, iniciativas eficazes de implantação, deixando o agricultor nacional à total mercê das variações climáticas²³². Igualmente relevante, era o fato de que, mesmo quando tudo corria bem no plantio, o comércio dos gêneros agrícolas e alimentícios entre as várias regiões do país era, então, atravancado pelas péssimas condições de transporte no país²³³. O carroto era feito através das poucas e sofríveis estradas que ligavam as propriedades, vilas e aldeias a algum concelho que possivelmente fosse rota dos caminhos-de-ferro²³⁴.

O que era ruim no Alentejo não era melhor no restante do país. Os meios de locomoção rareavam conforme aumentava a distância em relação aos centros urbanos no litoral²³⁵. Ali, a situação prejudicava principalmente o azeite, outro grande gênero da agricultura nacional. As técnicas rudimentares, aliadas à demora em se processar a oliva, resultavam em um produto com alto grau de acidez, que para pouco servia. Mesmo a indústria de conserva de peixes, bastante relevante em Portugal, preferia custear a importação do azeite espanhol a usar o péssimo produto nacional²³⁶. No entanto, em grandes extensões do centro-norte e sul, a falta de caminhos não caracterizava grandes problemas. Isto se devia ao fato de que, em específico nas explorações de pequeno porte, mais numerosas ali, não havia a preocupação com o comércio, já que sua produção mal dava para a autossuficiência familiar²³⁷. Ainda que a terra fosse ocupada por um rendeiro, o pagamento devido não era efetuado em escudos, mas sim em gêneros. As trocas monetárias e o comércio eram, desta forma, pouco recorrentes.

²³¹ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), n° 2, p. 288-314, 1976.

²³² MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 84-85.

²³³ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*, Porto, Magalhães e Moniz, 1912; MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

²³⁴ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²³⁵ VALENTE, Vasco Pulido. Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Vol. XXVII (1.º), n.º 115, p. 7-63, 1992.

²³⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²³⁷ Quem arrenda uma terra.

Também o associacionismo, tão disseminado no restante da Europa²³⁸, persistia em não criar raízes em Portugal²³⁹. Em um decreto datado do século XIX, a monarquia tentara incentivar a prática, delegando aos sindicatos, tanto agrícolas como rurais, as funções de organizar o caos que se encontrava o campo português. Segundo a proposta, caberia a estes: cuidar da educação agrícola, ajudar na aquisição de adubos e maquinário, procurar mercados, resolver contratos com empresas de transporte de cargas, auxiliar nas resoluções de julgamentos de classe, formar cooperativas e caixas de benefício mútuo²⁴⁰.

É inegável o avanço alcançado em todos os níveis. Poinsard apontava para a mesma solução. Salientava o autor que a união entre os pequenos agricultores poderia trazer incontáveis benefícios. Seria possível a compra de ferramentas e maquinário, permitindo a melhor produção mesmo dos derivados, além de vantagens no escoamento, refino e venda dos produtos. Sindicatos também ficariam responsáveis por fazer a ligação entre as causas e os governos, lutando para aquisição das obras de irrigação, vias de transporte e alargamento do crédito ao produtor²⁴¹.

Porém, como salienta o próprio sociólogo, era pouco provável que tal organização surgisse espontaneamente nos meios rurais, e não seria um decreto geral que mudaria isso²⁴². Haveria que se ter um trabalho de conscientização e incentivo para que a ideia se inserisse neste contexto. Para Poinsard, descrente que a iniciativa prática partisse do governo, a única possibilidade era o interesse dos grandes proprietários em investir no campo²⁴³. Algo que, como já demonstramos, era igualmente improvável.

Importa, ainda, sublinhar que, a médio e longo prazo, havia tendência a um aumento no número de pequenas explorações. Não por se sustentar, em Portugal, algum tipo de “amor do povo” à propriedade familiar ou, tampouco, identificação ideológica dos mesmos às defesas de Lino Neto e Ezequiel de Campos²⁴⁴ sobre esta forma de trabalhar a terra. O que, de fato, alterou o cenário português foi a legislação social da década de 1860. Por ela, ficaram extintos os antigos direitos de morgadio. As propriedades, então, passaram a ser igualmente repartidas entre a totalidade dos descendentes diretos de um proprietário. Claro que poderiam existir associações entre os herdeiros, mantendo a propriedade unida, mas estas eram pouco

²³⁸ INSO, Egydio Rijo. *A associação na agricultura*. Lisboa: Imp. Manuel L. Torres, 1911.

²³⁹ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

²⁴⁰ INSO, Egydio Rijo. *op. cit.*

²⁴¹ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁴² POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁴³ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁴⁴ Favoráveis à exploração familiar da terra. Vide MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

comuns²⁴⁵. O destino das médias propriedades, tal qual previra a maioria dos estudiosos do período, era a progressiva fragmentação. Já a pequena propriedade, mais vulnerável em todos os aspectos, acabava, muitas vezes, minguada até sua irrelevância²⁴⁶. No campo social, tal situação foi, amiúde, alargando a proletarianização nos campos. Cada vez mais, afetados pela carestia, alguns rurais buscaram um lugar nas grandes cidades ou se lançaram à emigração, colocando suas poucas esperanças nas terras de além-mar²⁴⁷. Porém, mesmo perante tal cenário, em 1910, ainda 75% dos portugueses estavam ligados ao campo. É sobre esta massa que passamos a nos debruçar.

OS GRUPOS TRABALHADORES DO CAMPO PORTUGUÊS

Para orientar as análises acerca dos mais de 4 milhões de portugueses que se empregavam no campo, podemos partir da premissa de Basílio Teles: “É preciso saber quem sofre, porque sofre e se todos sofrem e então saber o que causa sofrimento, como surgiu e porque se mantém”²⁴⁸. Sendo assim, podemos refletir sobre quem eram as camadas trabalhadoras no campo, como o exploravam, quais seus interesses e, na medida do possível, seus modos de trabalho e de vida.

Utilizamos aqui a classificação de Fernando Medeiros para agrupar as diferentes atuações rurais em quatro grupos principais: proprietários fundiários, rendeiros capitalistas, pequeno campesinato e assalariado agrícola²⁴⁹. Nas palavras do autor, as duas primeiras designações se unem em seus interesses. Constituem uma espécie de burguesia rural, interessada em uma acumulação monetária, pautada no encarecimento dos produtos agrícolas e barateamentos nos custos trabalhistas²⁵⁰. Estes costumavam comandar a política local e despontavam como caciques na província: ofereciam favores, empregos, melhorias materiais e benefícios em troca de influência clientelista²⁵¹. Opostos a isto estão os pequenos agricultores e os que se empregam nas lavouras. Tais apontamentos sobre o trabalho no

²⁴⁵ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

²⁴⁶ POINSARD, Léon. *op. cit*

²⁴⁷ POINSARD, Léon. *op. cit*.

²⁴⁸ TELES, Basílio. *Carestia da vida nos campos : Cartas a um lavrador*. Porto: Edição Lello & Irmão, 1904. p. 67.

²⁴⁹ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

²⁵⁰ MEDEIROS, Fernando. *op. cit*.

²⁵¹ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

campo são, ainda, endossadas pelas reflexões de Freitas, Almeida e Cabral²⁵², que apontam para as mesmas direções, considerando a existência de uma parcela de patrões, interessada na mais-valia, que se contrapõe a uma massa de proletários e semiproletários, explorados nas relações de produção.

Este cenário nos leva a uma compreensão sobre a complexidade do mundo rural português. O jornaleiro, que se ocupava em jornas (diárias), mais facilmente se definia no modo de produção local enquanto operário. Porém, ao observar os pequenos agricultores, se conclui que os mesmos não possuíam recursos necessários para, em seu restrito quinhão de terra, produzir o necessário para subsistência da família. Muitos, então, agregavam ao orçamento o lucro obtido através do trabalho assalariado nas grandes explorações²⁵³, ou mesmo em outras indústrias²⁵⁴. Esta prática, muito comum aos rurais, conferia aos campos lusos um dinamismo bastante peculiar. Perante a situação, o historiador Fernando Medeiros aponta que muitos autores do período, como Pequito Rebelo, chegaram mesmo a defender que o latifúndio possuía função social, enquanto responsável direto na manutenção da pequena propriedade²⁵⁵.

Como exemplo, podemos recorrer aos levantamentos de Leon Poincard que, em sua passagem pelos campos, compilou dados acerca das receitas e custos de vida dentre as várias camadas trabalhadoras que encontrou. Vale ressaltar que os perfis apresentados, segundo o próprio autor, foram selecionados dentre os que melhor caracterizavam as ocupações em cada região. Portanto, os valores financeiros apresentados, apesar de não poderem representar a totalidade dos trabalhadores de uma região, servem como importantes norteadores para a análise geral²⁵⁶. Assim, no distrito da Guarda²⁵⁷, o pequeno lavrador entrevistado tinha 40% de sua receita composta pelos salários dos filhos, que se empregavam fora²⁵⁸. Uma situação semelhante a que encontrou nas famílias²⁵⁹ de Francisco R. Fernandes, em Bragança²⁶⁰; José Pinheiro, em Beja²⁶¹; Manuel Vinagre, em Santarém²⁶²; José F. Morgado, rendeiro de

²⁵² FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, João Ferreira de; CABRAL Manuel Villaverde. Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal. *Análise Social*, vol. XII (45), nº 1, p. 41-63, 1976.

²⁵³ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, económico e político, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

²⁵⁴ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁵⁵ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

²⁵⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁵⁷ Região de Beira Alta, no Centro.

²⁵⁸ POINSARD, Léon. *op. cit.* p. 129.

²⁵⁹ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁶⁰ Região de Trás-os-Montes, no Norte.

²⁶¹ Região de Baixo Alentejo, no Alentejo.

²⁶² Região do Ribatejo, no Vale do Tejo.

Viseu²⁶³; e na do hotelão-jornaleiro em Faro²⁶⁴. Analisando os números dos casos citados, conclui-se que o lucro obtido por muitos destes personagens, a níveis anuais, pouco se diferenciava dos rendimentos de José Borralho²⁶⁵, jornaleiro em Beja.

Portanto, o que se conclui, é que no campo português, apesar de haver um par de grupos abastados, mais ligadas às decisões políticas²⁶⁶, com interesses opostos aos das mais proletarizadas, há mesmo uma articulação entre ambos, de modo que um dificilmente sobreviveria sem o outro. Este dinamismo do modo de produção tornava complexas as relações rurais, tornando indispensável, para a compreensão deste ambiente, tomar em consideração: a relativa autonomia que possuía o mundo rural; as singularidades em seu funcionamento; e a especificidade de suas relações com os centros de decisão política²⁶⁷.

O TRABALHO NO MUNDO RURAL

Ainda sobre as peculiaridades do campo, passamos a ver como atuavam as populações que exerciam o trabalho no campo português. A composição dos mesmos é bastante heterogênea no país, mas podemos traçar linhas gerais sobre os serviços, assalariados ou não, que se prestavam ali. Antes, porém, é necessário abordar a distribuição das terras portuguesas. As grandes explorações, encontravam-se majoritariamente em terras do Alentejo e Ribatejo, enquanto as pequenas e medias predominavam no restante do país. Há que se ressaltar, também, que isto não impedia a presença de um tipo de exploração em terras de domínio de outro. Mostra-se com isso que, mesmo quando as descrições feitas abordem, com mais especificidade, os latifúndios alentejanos ou searas minhotas, elas ainda representam os parâmetros gerais destes tipos de exploração. Neste ponto, ficamos responsáveis por apontar as poucas ressalvas que se apresentarem.

Em termos gerais, o principal problema com relação ao trabalhador rural, era sua falta de preparo. Ou seja, se ignorarmos os já citados problemas estruturais do país, o avanço na produção ainda esbarraria na referida questão que, para Poinsard, estava no cerne do atraso agrícola português²⁶⁸. O sociólogo percebeu em suas viagens que as técnicas empregadas no cultivo da terra eram passadas de forma oral, através de tradições familiares, imbuídas de um

²⁶³ Região de Beira Alta, no Centro.

²⁶⁴ Região de Algarve, no Sul.

²⁶⁵ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912. p. 209-212.

²⁶⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁶⁷ TENGARRINHA, José. Sobre a politização dos campos portugueses: fins do Antigo Regime, princípios do Liberalismo. *Revista Cátedra Jaime Cortesão*, São Paulo, nº1 (1º), p. 223-225, 2006. p. 221.

²⁶⁸ POINSARD, Léon. *op. cit.*

arcaísmo bastante rústico. Perante isso, consciente da quase nula escolaridade do povo, propôs a criação de granjas-escolas, uma forma de disseminar os novos conhecimentos agrícolas. As instituições seriam móveis e utilizariam métodos de ensino simples e práticos, atingindo mais adequadamente seu público alvo. Porém, apesar da boa iniciativa, a proposta ignorava algumas complexidades do campo. A primeira era o pessoal a se empregar. Podemos imaginar o número reduzido de profissionais especializados em matérias agrícolas por uma estatística de princípios da República: entre 1910 e 1914 formaram-se menos de 400 agrônomos no país²⁶⁹. O que se demonstra é: apenas com um, mais que urgente, investimento de capitais e pessoas, o setor agrícola poderia avançar, valorizando a principal riqueza do país.

Podemos traçar os contornos do atraso no campo observando as pequenas e médias propriedades. Apesar de serem mais comuns às Beiras e ao Minho, eram numericamente predominantes em todo Portugal²⁷⁰. Para adquirir tais terras havia três meios: herança, compra ou arrendamento. A pior situação era dos rendeiros, tendo que tirar de sua lavoura, além do que ia para si, a parte que cabia ao verdadeiro proprietário. Quanto ao cultivo nestas formas de exploração, se utilizava quase exclusivamente o trabalho dos membros da família²⁷¹. O que se via aqui eram trabalhadores que, de forma primitiva, utilizando raras e ineficientes ferramentas, tentavam tirar da terra o necessário para a sobrevivência dos seus²⁷². Não havia, portanto, estabilidade alguma, visto que produzindo sem os devidos cuidados e investimentos, seus cultivos ficavam à mercê de qualquer adversidade²⁷³.

A produção, em tais condições, mal dava para suprir a necessidade de alimentação. Fazia-se necessário, então, que os pais, mais interessados no sustento do que na instrução escolar, incentivassem as crianças a irem se empregando na lida rural²⁷⁴. Saliente-se que quanto menos gente fosse necessário para o pleno cultivo de uma terra, melhor seria a condição doméstica²⁷⁵. Desta forma, os filhos que tinham idade e força para o trabalho, ficavam livres para se empregar de forma assalariada, contribuindo nas receitas da casa²⁷⁶.

²⁶⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

²⁷⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* p. 37.

²⁷¹ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

²⁷² POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁷³ POINSARD, Léon. *op. cit.*

²⁷⁴ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*. 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947. p.178.

²⁷⁵ FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, João Ferreira de; CABRAL Manuel Villaverde. Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal. *Análise Social*, vol. XII (45), nº 1, p. 41-63, 1976.

²⁷⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.*

Não nos foi possível encontrar, em nossas pesquisas, casos de grupos que vivessem exclusivamente dos rendimentos de sua pequena propriedade²⁷⁷.

Mais notórias, porém, são as grandes explorações. Estas são predominantes no Alentejo, onde ocupavam cerca de 90% das terras²⁷⁸, tendo sua produção voltada ao comércio. Aqui, quem exerce o trabalho de fato não são os lavradores, mais preocupados com a administração e os lucros, mas assalariados agrícolas. Esta configuração permite que, às voltas deste tipo de propriedade, se formem vilas e aldeias, compostas pelo gentio que ali se emprega²⁷⁹. Assim, a recorrente necessidade de braços nos latifúndios, permite a muitos viver exclusivamente de sua mão-de-obra, compondo uma massa de proletariados rurais²⁸⁰. Sobre o trabalho que se exercia aqui, Coutinho assim resumiu suas observações sobre o local:

O sistema de cultura estabelecido no Alentejo é a lavoura ou lavra, sistema muito diverso do mais usado no Norte do País, que é o de cava e pelo qual o trabalhador, de dorso curvado sobre o solo, ao peso da enxada, nos dá a imagem degradante do escravo. A mecânica aplicada à agricultura ainda não chegou à maior parte das regiões alentejanas; nem mesmo a charrua americana nelas teve entrada. A sulcar a terra vêem-se inúmeras quantidades de pares de muas e juntas de bois puxando vigorosamente os arados de azinho, de configuração antiquíssima, usança árabe que nos foi legada há perto de 800 anos e que ainda não se abandonou... por ser mais barata do que qualquer *modernice* do estrangeiro²⁸¹.

Estima-se que mais da metade da população rural se empregasse em alguma destas explorações. Havia dois tipos de empregos: o permanente e o transitório²⁸². No primeiro se encontram majoritariamente guardas, administradores, supervisores e responsáveis pela manutenção da casa e dos campos²⁸³. São contratados em menor número e de forma anual, costumando vir a morar no local de trabalho. Quando se mantêm nestes postos por muito tempo, acabam por tornarem-se quase como membros na família do proprietário, ocupando o

²⁷⁷ Vale endossar este panorama com um trecho de Oliveira Marques acerca das condições desta parcela populacional: “Com efeito, muitas dezenas, senão centenas de milhar de “proprietários” não extraíam das suas minguadas courelas coisa que bastasse a um viver desafogado. Mourejavam em terras de outrem, em fâbricas ou profissões diversas, a fim de conseguir o mínimo necessário à subsistência. Não passariam fome. Mas matavam-se a trabalhar para um sustento medíocre. E, o que não é mais, não viam horizonte aberto, não encontravam maneira de, tarde ou cedo, melhorar a sua sorte e legar outro mundo a seus filhos. Esses “proprietários” não passavam realmente de proletários rurais, labutando a maior parte do tempo em solo que não lhes pertencia, sempre à espera do momento favorável para largarem tudo e partirem para os Brasis”. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 44.

²⁷⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

²⁷⁹ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*. 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

²⁸⁰ FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, João Ferreira de; CABRAL Manuel Villaverde. Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal. *Análise Social*, vol. XII (45), n.º 1, p. 41-63, 1976.

²⁸¹ COUTINHO, Jorge. O despertar dos trabalhadores rurais (1911). In: BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.

²⁸² PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

²⁸³ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*, p. 56.

cargo para toda a vida²⁸⁴. A relação acabava tão próxima que os já velhos, quando ameaçados de demissão, fizeram surgir um ditado: “quem comeu-me as carnes, há de me roer os ossos”²⁸⁵.

A situação dos transitórios, no entanto, era bastante oposta. Contratados por quinzena ou semanalmente, compunham a maioria do pessoal dos campos. Prestavam serviços que não se faziam necessários durante todo o ano. As regras que regiam estas relações eram tradicionais e bastante arcaicas. Nas vilas, encontravam-se aos domingos contratantes e contratados, para negociar o trabalho da semana. Ocorria ali algo que o sindicalista Jorge Coutinho chamou de “leilão de carne humana”. Os fazendeiros propunham valores para a diária, recolhendo os que aceitassem o pagamento. Firmavam acordo através da “molhadura”, um copo de aguardente, pago pelo contratante, que selava os termos. Não poucas vezes, ocorria de jornaleiros quererem retroceder na escolha, com a chegada de outro agricultor que oferecia uma diária mais alta. Tudo isso ocorria à total margem da lei, sem qualquer regulamentação oficial²⁸⁶.

O número de empregos e valor dos salários flutuava durante todo o ano. Havia três épocas principais no cultivo: A sementeira²⁸⁷, o alqueive²⁸⁸ e as eiras²⁸⁹. José Picão, autor que estudou a vida no Alentejo, nos mostra nomeadamente como era o ano agrícola. Principiava-se nas comemorações de São Mateus, em finais de setembro. Daí até meados de dezembro, o que predominantemente se viam eram homens e bois a puxar os arados. O tempo de semear era muito curto. No dia a dia, demorar a fechar a terra, tornava-a vulnerável à ação dos pássaros e formigas que, roubando as sementes, abriam clarões na plantação. O processo todo também não poderia se arrastar até finais de dezembro, onde as chuvas alagariam o campo, tornando impossível o trabalho dos animais. Portanto, o que se via era: homens, com seus carros de bois, trabalhando com pressa, de sol a sol, em meio a altas temperaturas, o que levavam muitos à completa exaustão²⁹⁰.

Neste período, empregavam-se grandes quantidades de gente. Os salários mantinham um preço mais elevado. Era com estes rendimentos que o jornaleiro costumava manter-se para a época que viria. Entre o Natal e meados de março, durante o inverno, deixava-se a terra

²⁸⁴ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*. 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

²⁸⁵ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

²⁸⁶ BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.^o), n.^o 83, p. 523-540, 1984.

²⁸⁷ Época de preparo do solo e plantio.

²⁸⁸ Época de descanso da terra já lavrada.

²⁸⁹ Época de ceifa, armazenamento, transporte e comércio.

²⁹⁰ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

descansar. Aqui raramente se contratava. Os poucos que se empregavam recebiam seus baixos salários com fins de manter a terra livre das ervas daninhas, na chamada desmoita. Assim, passavam seus dias a manejar a enxada, cobertos de poeira²⁹¹, mas ainda se encontravam em melhor situação que o restante dos jornaleiros. Este era o período de maior carestia nos campos. Alguns, em busca do que se empregar, partiam para as indústrias, minas e, até mesmo, eventuais obras públicas²⁹². Aos que não se arranjavam, restavam poucas e degradantes opções. Uns tentavam se segurar em meio à fome. Outros, ainda, iam às ruas, tentar mendigar para não morrer. Mas muitos, levados pela situação ruim, subsistiam praticando pequenos furtos, conhecidos pela população local como “complemento salarial”²⁹³. Portanto, era comum aos portugueses a subida invernal dos níveis de criminalidade.

Na sequencia, vinha a primavera e o verão. A partir de abril, os salários começavam a subir até atingir seu máximo entre os meses de julho e agosto. Era a chamada ceifa, quando se colhiam os esforços do ano. O cenário era diametralmente oposto ao dos meses anteriores. Empregava-se, a bons preços, todo o pessoal disponível. Havia mesmo, pelo menos no Alentejo, falta de trabalhadores suficientes para suprir as demandas. Criou-se então uma tradição: os lavradores da região mandavam buscar homens nas Beiras, a fim de complementar os postos. Estes vinham às centenas, endossar a renda familiar como “ratinhos”, termo pejorativo que recebiam dos habitantes locais²⁹⁴. Ainda que os mesmos fossem mal alocados em galpões, alimentados sumariamente e trabalhassem do sol até a noite, eram capazes de permanecer na região por todo o verão, até o fim dos trabalhos²⁹⁵.

José Picão aponta que, nesta parte do ano, a falta de braços era tanta que o pessoal local mal dava para a preparação, transporte e debulha. A ceifa chegava a ser feita toda por “ratinhos”²⁹⁶. Ressalta também que, mesmo sendo alimentados pelo lavrador e ganhando mais que no restante dos períodos, o trabalho dos jornaleiros no verão ainda se apresentava particularmente dificultoso. As altas temperaturas, que chegavam a beirar os 40º²⁹⁷, atrapalhavam o bom andamento das colheitas, forçando muitos a recorrentemente pararem de exaustão. Para além dos perigos do sol, havia os riscos de acidentes que envolviam a

²⁹¹ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*, 2.ª Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

²⁹² MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

²⁹³ PEREIRA, José Pacheco. As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), nº 1.º-2.º, p. 135-156, 1980.

²⁹⁴ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

²⁹⁵ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

²⁹⁶ PICÃO, José da Silva. *op. cit.* p. 322

²⁹⁷ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912. p. 64-66.

profissão. “Ratinhos” mais experientes usavam caniços nos dedos para evitar perdê-los no golpe da foice, além de mangas longas nas camisas, com igual propósito. Tais problemas não eram exclusivos dos que ceifavam. Muitos rilheiros²⁹⁸ perdiam os movimentos, ou mesmo a vida, caindo dos altos montes de cereais, seja por desequilíbrio ou por conta de um carro de bois que se pôs a andar²⁹⁹. Quando algo do tipo se dava, ficavam o jornaleiro e sua família à própria sorte, sendo inexistentes as indenizações e assistências públicas.

Há, ainda, que se tratar do trabalho feminino. Era comum, a este tipo de exploração, o uso de solteiras. As casadas iam enquanto não tivessem filhos ou pudessem deixar as crianças com algum parente responsável. Empregavam-se principalmente nos períodos de apanha de azeitona e bolota, espalha de estrumes, monda, colheita de legumes, remoção de mudas e ceifas menos importantes³⁰⁰.

Podemos, portanto, perceber como funcionava o trabalho rural em Portugal, com seus atrasos, defeitos e perigos. Entretanto, para concluir este panorama do campo, resta ainda observarmos, de forma mais apurada, as condições de vida de seus trabalhadores.

AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO PORTUGUÊS

Não há muitas referências com relação ao modo de vida dos rurais neste período. O pouco que pudemos encontrar envolve as análises de Picão, Poincard e Pacheco Pereira. Notadamente, os pequenos agricultores e jornaleiros portugueses são de maioria analfabeta. Isto os leva a poucas possibilidades de vida. Resta-lhes a exploração das terras, o trabalho assalariado ou a emigração.

Como assinalado anteriormente, o inverno era uma época de difícil sobrevivência no campo. Para os que exploravam seu próprio pedaço de terra, eram tempos de escassez de gêneros, em que pouco de podia tirar do solo. Aos que se empregavam nas lavouras, os salários eram pagos semanalmente e costumavam escassear com rapidez. Era majoritariamente neste período que os caciques ofereciam favores e ajuda a estas camadas, em troca de seu apoio incondicional³⁰¹. Seria impensável imaginar que povos privados de

²⁹⁸ Quem juntava os cereais em montes, preparando-os para o transporte.

²⁹⁹ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*, 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

³⁰⁰ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

³⁰¹ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

qualquer educação básica fossem capazes de manter um rígido planejamento financeiro. O que vinha era logo gasto, pouco restando para as épocas de baixa nos empregos³⁰².

A alimentação era outro problema. Havia falta de carnes na dieta do rural. A base, segundo Oliveira Marques, era o pão, que podia ser feito de trigo, milho, centeio ou compósito, segundo a região³⁰³. De resto eram importantes o azeite, as hortaliças, frutas e o vinho. A escassez costumava piorar quando existiam filhos pequenos. Em meio a tempos de trabalhos fartos, o dono das grandes lavouras fornecia a alimentação dos trabalhadores, mas seus rendimentos ainda tinham que sustentar suas famílias, que costumavam ser numerosas³⁰⁴. Basílio Teles aponta, também, para uma situação ainda mais grave. Dizia o autor que, em especial nos tempos de carestia, a alimentação baseava-se exclusivamente de caldos, muito mal enriquecidos em termos de calorias e nutrientes³⁰⁵. Mas é Poinsard quem, para nós, melhor resume esta questão:

“Pôde dizer-se também que as famílias pobres encontram na produção espontânea alguns recursos acessórios. O espargo selvagem e algumas outras plantas comestíveis, os fructos dados pelos visinhos mais ricos, a respiga, depois das ceifas, a pesca nos rios, fornecem um útil suplemento de nutrição. A alimentação compõe-se essencialmente de pão de trigo; legumes: couves, favas, feijão, batatas e alface ; por vezes carne de porco, e por excepção carne de carneiro. A família tem de comprar tudo isto, pagando a contado, assim como a mercearia e o azeite empregado na cozinha. Estas despesas com a conservação e o aluguer absorvem completamente o ganho dos dois esposos que vivem dia a dia, estreitamente, mais ou menos bem, ou mal, como se quizer dizer, segundo o que se encontra de dinheiro em casa. Quer isso dizer que não podem fazer nenhuma economia e ficam à mercê de todos os acasos.”³⁰⁶

Perante o cenário, nota-se que as famílias pouco tinham a dispender em caso de acidentes de qualquer espécie. Os poucos cuidados com relação aos doentes costumavam ser dados em beneficências e nas casas de Misericórdia. Seu papel é tido como fundamental por Poinsard que, percorrendo diversas regiões do país, destacou as diferenças entre os concelhos que possuíam este tipo de assistência e os que não³⁰⁷. Nestes últimos, pouco se podia fazer quando os rurais eram acometidos por alguma doença ou acidente. O que restava era a tradicional medicina doméstica. Devemos, ainda, salientar que não havia de faltar males para assolar a população, devido às péssimas condições de higiene. Já em seu *Portugal Ignorado*, o

³⁰² POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*, Porto: Magalhães e Moniz, 1912, p. 64-66

³⁰³ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

³⁰⁴ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

³⁰⁵ TELES, Basílio. *Carestia da vida nos campos : Cartas a um lavrador*. Porto; Edição Lello & Irmão, 1904.

³⁰⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.* p. 210.

³⁰⁷ POINSARD, Léon. *op. cit.*

autor reporta, por diversas vezes, as péssimas condições das casas onde passou³⁰⁸. Também, Oliveira Marques nos dá uma imagem de como era a mentalidade nos campos, apontando um preconceito de tais populações com relação aos “excessos de lavagem”, considerados nocivos à saúde³⁰⁹. Por isso, a maior parte das residências do país não chegava nem a dispor de casas de banho, seja por não dispor de condições financeiras, pela falta de água em algumas regiões ou, mesmo, por descrença em sua utilidade³¹⁰.

Ainda em relação a estas populações, é importante a influência da religião em seu cotidiano. No norte este aspecto era mais notável³¹¹. O catolicismo predominava nestas pessoas que, sendo a maioria analfabeta, sujeitavam-se facilmente à autoridade do clero. Era através da igreja e dos padres que se recebiam informações na província. Esta relação chegou a ser tão próxima que, em princípios do liberalismo português, ocorreram revoltas populares, que tinham como pressuposto a defesa dos valores tradicionais, principalmente os religiosos³¹². Mais próximo do Alentejo, a interferência dos clérigos era abrandada. Ali, a preocupação com a sobrevivência aliada a certos abusos e desmandos do clero tornaram os locais mais céticos³¹³. Não que a população tivesse deixado de ser católica, pelo contrário, já que as orações eram o início e o fim dos trabalhos agrícolas³¹⁴. Mas nesta região não se encontrava o fervor que se via no norte.

Apesar de todas as condições adversas, o mesmo Poincard relata que, em diversas, localidades, havia certa solidariedade e forte sentido comunitário entre estes povos³¹⁵. Os vizinhos mais abastados, por vezes, contribuía com os mais pobres. Nos tempos de colheita ocorria de uns ajudarem outros a fim de não perder nada da pouca produção. Esta observação é endossada por Jorge Coutinho ao visitar vilarejos no Alentejo³¹⁶. Picão, igualmente, relata a importância da união de tais povos, enquanto comunidades, para sua sobrevivência³¹⁷. Por fim, Oliveira Marques aponta que as poucas diversões destas populações, se davam

³⁰⁸ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

³⁰⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

³¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

³¹¹ POINSARD, Léon. *op. cit.*

³¹² TENGARRINHA, José. Sobre a politização dos campos portugueses: fins do Antigo Regime, princípios do Liberalismo. *Revista Cátedra Jaime Cortesão*, São Paulo, nº1 (1º), p. 223-225, 2006.

³¹³ TENGARRINHA, José. *op. cit.*

³¹⁴ PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*, 2.ª Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

³¹⁵ POINSARD, Léon. *op. cit.*

³¹⁶ COUTINHO, Jorge. O despertar dos trabalhadores rurais (1911). In: BARRETO, José. “Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.

³¹⁷ PICÃO, José da Silva. *op. cit.*

justamente nos momentos de interação entre si³¹⁸. Assim, é na vida em conjunto que os rurais encontravam descanso da rotina de trabalho, totalmente voltada à subsistência na maior parte dos casos nacionais.

MANIFESTAÇÕES DO CAMPO

É importante salientar que os rurais não eram completamente passivos à precária situação em que se encontravam. Por diversas vezes manifestaram-se em defesa de seus interesses, mesmo que imediatos, expressando claramente suas aspirações no cenário nacional. O fizeram através de vários meios de atuação, peculiares aos modos de viver do campo.

Já em princípios do século XIX, o norte foi palco de uma série de revoluções que abalaram a política da época. Movimentos importantes conhecidos como Maria da Fonte (1846) e Patuleia (1846-1847), apresentaram a Portugal a força da província. A primeira, iniciada no Minho, tomou as regiões nortenhas rapidamente, mobilizando a população. Seu principal objetivo era a queda do governo de Costa Cabral³¹⁹. Entre suas motivações, constavam: resquícios de tensões sociais herdadas das guerras liberais; descontentamento popular com as mudanças na cobrança de impostos; a nova legislação para recrutamento militar; e a proibição da realização de enterros nas Igrejas³²⁰.

O movimento só recrudescer com a queda do ministério em vigência. No entanto, tempos depois, a rainha Maria II, promove um golpe palaciano chamado a “Emboscada”³²¹. Nele nomeia para o governo um cartista³²² liderado pelo duque de Saldanha. Fechando as Cortes e os jornais, a monarquia toma grande poder sob o argumento de estar em defesa da Carta Constitucional de 1826. O povo, ainda mobilizado, dá início a uma guerra civil, dividindo cartistas e os setembristas³²³, que haviam conquistado apoio dos miguelistas³²⁴. A este conflito se dá o nome Patuleia. Durando cerca de 8 meses, espalhou-se por todo o Portugal, com amplo apoio popular e boatos de uma possível volta de D. Miguel. Tal

³¹⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

³¹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. (Col. Nova História de Portugal, v. 9).

³²⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. *op. cit.*

³²¹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. *op. cit.*

³²² Cartistas eram os defensores da Carta Constitucional de 1826 e do governo de Maria II.

³²³ Defensores da Revolução de Setembro e da Constituição Monárquica de 1822, opositores ao governo de Maria II.

³²⁴ Apoiadores da volta de D. Miguel ao trono.

movimento só encerrou-se com a intervenção militar da Aliança Quadrupla, que combateu os opositores ao regime de Maria II³²⁵.

O que vale ressaltar destes movimentos foi a participação das populações rurais, muitas vezes armadas, que lutaram contra mudanças impostas pela introdução do liberalismo no país. A princípio, a historiografia tendeu a considerar tais manifestações como contrárias à modernização das instituições no país, que alterariam tradições seculares no modo de vida campônio³²⁶. No entanto, análises mais recentes demonstraram que havia um caráter de politização dos campos rebeldes³²⁷. Muitos relatos do período apontavam que, dentre as exigências dos grupos revoltosos, constava a busca por direitos civis. Expressaram tal vontade ao defender a demissão de determinados juízes, políticos e funcionários do governo em detrimento da contratação de outros, escolhidos pelo povo. Eram mostras de que tais populações tinham opiniões próprias acerca dos andamentos políticos de suas localidades³²⁸.

Os rurais buscavam, enfim, ter voz. Outra histórica maneira de manifestar seu descontentamento era deixar o país, emigrando para as colônias ou para o Brasil³²⁹. Seus oscilantes números costumavam aumentar substancialmente em momentos de crise social, econômica ou política. Apesar de ser uma manifestação mais passiva, a fuga de braços foi bastante recorrente em Portugal, ocupando seu imaginário social e objeto de preocupação de pensadores ilustres como Alexandre Herculano e Oliveira Martins³³⁰.

Prática também comum à província era a criminalidade³³¹. Muitos trabalhadores ameaçavam os proprietários que mostrassem comportamentos abusivos. O principal medo era do fogo-posto, onde se incendiavam grandes extensões de terra já próprias para a colheita. Mas para além das disputas de níveis sociais distintos, o aumento nos roubos e furtos durante o inverno também era uma forma de manifestação. Era mostra de que os rurais não tinham muitas opções no período, a não ser recorrer a meios ilícitos para arranjar seu sustento³³².

³²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. (Col. Nova História de Portugal, v. 9).

³²⁶ FERREIRA, Maria F.S.M. Modernização e conflito no mundo rural do sec. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte. *Revista da Faculdade de Letras – História – Universidade do Porto*, nº5, p. 27-43, 2004.

³²⁷ FERREIRA, Maria F.S.M. *op. cit.*

³²⁸ FERREIRA, Maria F.S.M. *op. cit.*

³²⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

³³⁰ HERCULANO, Alexandre. A Emigração (1873-1875). Opúsculos IV. Lisboa, 1879; MARTINS, J. P. Oliveira. A emigração portuguesa. In: *Fomento rural e emigração* (1893). 3ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

³³¹ PEREIRA, José Pacheco. As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), n. 1.º-2.º, p. 135-156, 1980.

³³² PEREIRA, José Pacheco. *op. cit.*

Com relação às reivindicações trabalhistas é sabido que os trabalhadores rurais do Ribatejo possuíam maior organização³³³. Assim, a questão dos salários e horas de serviço era tema de recorrentes debates e greves. Os preços locais eram os que menos variavam entre as épocas do ano na comparação com o restante das regiões de Portugal. Cenário contrário ao do Alentejo, onde imperava a tradição e relações trabalhistas mais tradicionais e clientelistas³³⁴.

As populações do campo, portanto, tinham suas formas de se fazer escutar. Por várias vezes demonstraram a insatisfação que tinham para com a carestia da vida no campo. Contudo, a maior parte das manifestações rurais atingiu rapidamente seus objetivos, desmobilizando seus agentes. Faltava apenas que tais revoltas atingissem mais profundamente o cenário a nível nacional e que pudessem perdurar por mais tempo, a fim de garantir a manutenção de seus interesses³³⁵. Assim, fatores como a sazonalidade e a não institucionalização das lutas pelas causas dos rurais contribuíam para um cenário de esquecimento dos mesmos por parte da máquina estatal, ainda que eles tentassem ser ouvidos.

PROPOSTAS DOS REPUBLICANOS PARA O PORTUGAL RURAL

O Manifesto-Programa do Partido Republicano Português³³⁶, datado de 1891, era o tratado norteador do novo sistema político que substituiu a monarquia. Nele constavam as propostas principais para a República. Portanto, é desse documento que podemos extrair informações acerca do que se veiculava nas propagandas do país e entender o que pretendia para o campo e sua gente.

O texto, como já anteriormente abordado, coloca o sufrágio universal entre as principais causas dos republicanos, dando-lhe o destaque no primeiro parágrafo do Programa. Era considerado com uma das mais básicas liberdades de que pode gozar um cidadão. A importância de tal princípio volta a ser ressaltada no parágrafo sobre as “liberdades políticas”. Ali, o sufrágio é, também, o primeiro dos pontos em destaque. No mesmo tópico, aponta-se a

³³³ PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 477-511, 1983.

³³⁴ PEREIRA, Ana Paula de Brito. op. cit.

³³⁵ PEREIRA, Ana Paula de Brito. op. cit.; MARTINS, Conceição Andrade. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, Vol. XXXII (3.º), n.º 142, p. 483-535, 1997; POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, económico e político, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912; PEREIRA, José Pacheco. As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1.º-2.º, p. 135-156, 1980; TENGARRINHA, José. Sobre a politização dos campos portugueses: fins do Antigo Regime, princípios do Liberalismo. *Revista Catedra Jaime Cortesão*, São Paulo, nº1 (1º), p. 223-225, 2006.

³³⁶ LEAL, Ernesto Castro. *Partidos e programas- o campo partidário português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

garantia do “direito de resistência aos atos ofensivos das leis” e a “liberdade de associação, reunião e representação”.

Ainda no que concerne ao trabalho e ao campo, o terceiro parágrafo trata das “liberdades civis”, com destaque para o “arroteamento obrigatório dos terrenos incultos”, o “desenvolvimento das associações de consumo, produção, edificação e crédito, pelo adiantamento pelo Estado de um fundo inicial”, a “substituição do sistema penitenciário por colônias penais agrícolas”, os “tribunais arbitrais de classe, para os conflitos entre operários e patrões”, e a “revisão das pautas, no intuito de facilitar a aquisição de matérias-primas, e proteção ao trabalho nacional”.

Com base nestas informações, podemos dizer que o PRP pretendeu-se democrático, com total apoio ao sufrágio universal. Conhecia também os problemas das classes trabalhadoras e produtoras, pois apoiava o associacionismo com fundo inicial provido pelo Estado. Prometia a estas camadas o direito à manifestação, proteção ao trabalho e tribunais reguladores. Para o campo, apontava como prioridade a solução da crise dos terrenos incultos, que atravancavam a agricultura nacional. Assim, reconhecia diversos direitos ignorados pela monarquia e prometia mudanças fundamentais. Apenas quando os republicanos chegaram ao poder foi possível diferenciar, dentre as propostas do manifesto-programa, os verdadeiros ideais daqueles políticos e o que não passava de autopromoção.

Vendo neste povo um possível aliado à causa, os republicanos fizeram grande propaganda na província. Incitaram a população a não se conformar com sua situação. A culpa de tudo acabou imputada à antiga monarquia. Prometendo mudanças, conquistaram o poder em Lisboa no dia 5 de outubro de 1910. A oportunidade para cumprir suas promessas veio no ano seguinte, com a Assembleia Constituinte. Nela foram discutidos os problemas considerados de maior relevância no cenário nacional. É sobre ela que passamos a nos debruçar.

CAPÍTULO 3 – A CONSTITUINTE E OS TRABALHADORES RURAIS

No presente capítulo abordaremos as discussões feitas na Assembleia Nacional Constituinte de Portugal sobre os trabalhadores rurais. Para isso, se fez necessário estudar a origem dos deputados, e suas profissões, para assim buscar um entendimento acerca das motivações que tiveram para defender determinados projetos ou ignorá-los.

A Assembleia compôs-se majoritariamente de deputados do PRP, o que, em tese, possibilitaria a realização de promessas feitas nos tempos de oposição. Porém, muitas delas não se concretizaram. Ao analisarmos as discussões constituintes, podemos compreender como os políticos, que legislaram sobre o regime, entendiam os principais problemas de Portugal. Esta preocupação encontra embasamento na História Conceitual do Político proposta por Pierre Rosanvallon: “fazer história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema”³³⁷. Neste sentido, nossa análise recai sobre a ocupação de cerca de 3 milhões em Portugal: o trabalho rural³³⁸. Note-se que o foco desta dissertação são o que autores como Villaverde Cabral³³⁹ e Fernando Medeiros³⁴⁰ identificaram como semiproletariado e proletariado agrícola, que representam a base da economia do campo. Em um país que, em 1911, contava com cerca de 6 milhões de habitantes, tal atividade mostrava-se predominante.

Percebe-se, portanto, a importância desta população enquanto maioria numérica e como força produtiva, no setor mais expressivo para as exportações da época³⁴¹. Tinham, portanto, relevância o bastante para que suas querelas fossem incutidas às pautas das reuniões parlamentares. Seguimos o princípio de que é na esfera política que as questões sociais devem ser articuladas e legisladas³⁴². Vale salientar, também, que em seu manifesto de 1891 e nas propagandas que veiculou por todo país, o PRP demonstrou-se ciente de várias importantes

³³⁷ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, 1995. p. 16.

³³⁸ DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População de Portugal (1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

³³⁹ FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, João Ferreira de; CABRAL Manuel Villaverde. Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal. *Análise Social*, vol. XII (45), nº 1, p. 41-63, 1976.

³⁴⁰ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

³⁴¹ REIS, Jaime. O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, Vol. XX (1.º), n.º 80, p. 7-28, 1984. p. 28.

³⁴² ROSANVALLON, Pierre. *op. cit.* p. 12.

agendas social-democráticas³⁴³. Acreditamos, por isso, ser válido demonstrar como se apresentaram as causas do trabalhador rural nas discussões, discursos e propostas de lei desta instituição. Não pudemos, no entanto, deixar de indicar os silêncios por parte dos parlamentares com relação a diversas querelas.

A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

A Assembleia Nacional Constituinte assumiu em 1911 a tarefa de tecer a primeira constituição republicana de Portugal. Seu trabalho representou passo fundamental para a legitimação dos republicanos no poder, sendo condição *sine qua non* para o reconhecimento do governo por parte de diversos países estrangeiros³⁴⁴. Foi, também, responsável por estabelecer as bases do Direito, além da forma de distribuição e organização dos poderes.

Estas responsabilidades encontravam-se nas mãos de 234 deputados eleitos em 28 de Maio de 1911, com predominância do Partido Republicano e completa ausência de representantes monárquicos³⁴⁵. Junto a eles estavam os ministros do Governo Provisório, que frequentavam de maneira sazonal as reuniões. Tinham por fim fornecer relatórios e notícias dos andamentos do regime, além de auxiliar nos trabalhos e debates. A instituição reuniu-se entre junho a agosto do mesmo ano e registrou suas pautas em atas diárias. O perfil da maioria dos parlamentares era de políticos inexperientes, dos quais apenas 10% haviam exercido algum cargo na Monarquia³⁴⁶. Possuíam faixa etária inferior a 41 anos (51,9%), sendo os deputados com idades entre os 41 e 50 o segundo maior segmento (24,4%)³⁴⁷. Eram predominantemente nascidos na província (60,4%), número que ultrapassava os advindos dos três grandes centros urbanos - Lisboa, Porto e Coimbra - juntos (18,1%)³⁴⁸. Por fim, atividades profissionais mais presentes eram do ramo militar (23,7%), jurídico (18,5%) e médico (18,5%)³⁴⁹. Tal composição mostrava a força do clientelismo republicano, advindo

³⁴³ MARQUES, A. H. de Oliveira. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 289-290.

³⁴⁴ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 80.

³⁴⁵ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 89.

³⁴⁶ ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos. Os Deputados da 1ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico. *Revista de História das Idéias*, Vol. 27, Coimbra, 2006, p. 401.

³⁴⁷ ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos. *op. cit.* p. 404.

³⁴⁸ ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos. *op. cit.* p. 402.

³⁴⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos. *op. cit.* p. 409.

mais das profissões liberais e urbanas³⁵⁰. Assim formou-se a Assembleia Nacional Constituinte de 1911.

Logo em sua instalação houve, por parte da instituição, uma preocupação com os simbolismos de transição de regime. Logo na primeira reunião, Teófilo Braga, presidente do governo provisório, passou o poder para a Assembleia Constituinte. Seus políticos declararam instalada, por aclamação, a República, com os novos símbolos nacionais: bandeira verde encarnada e o hino *A Portuguesa*. Nota-se também a preocupação em colocar na ata da reunião o ato do então presidente da casa, Braamcamp Freire, de sair à varanda e decretar aos populares do lado de fora as boas novas do governo³⁵¹.

Sobre os debates, que ali se apresentaram, a historiografia tende a sublinhar as questões acerca da natureza do regime. Especificamente, é apontada como ponto central a escolha do papel restrito legado ao presidente, subordinando o executivo nacional ao legislativo, sendo este último representado por Senado e Congresso. Tais medidas, já se encontravam nos planos republicanos, além da primeira ser uma demanda popular após o governo João Franco³⁵². Na Constituinte, foi confirmada a laicidade do Estado através da Lei de Separação, princípio que já estava em prática no Governo Provisório³⁵³. Porém, é válido sublinhar o não cumprimento de algumas aspirações democráticas que adornaram o Programa do Partido Republicano de 1891. Assim, nos pautando nas análises de Castro Leal, podemos concluir que no Manifesto-Programa os direitos fundamentais decorrentes de uma visão “solidarista” estavam mais vinculados do que na Constituição de 1911, onde havia o predomínio da visão individualista dentro do “paradigma liberal”, socialmente progressivo, configurando um “demoliberalismo”³⁵⁴. O ideal de isonomia foi dissolvido se comparado ao Manifesto-Programa, no qual se defendia o sufrágio universal e um modelo de organização política associacionista de municípios e de províncias. No entanto, a Constituição de 1911 estabeleceu o Estado Unitário e a legislação eleitoral regulamentou um sufrágio restrito e capacitário, eliminando o quesito censitário, mas ficando aquém do “tempo da propaganda” republicana³⁵⁵.

³⁵⁰ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

³⁵¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 19-06-1911. p. 4.

³⁵² WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 91-92.

³⁵³ Cf. CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, Vol. XXIV (1.º), n.º 100, p. 211-273, 1988.

³⁵⁴ LEAL, Ernesto Castro. Republicanismo e Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1911. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. Vol. VII, Nº 20, Juiz de Fora, ago./nov./2012: p. 17-18.

³⁵⁵ LEAL, Ernesto Castro. *op. cit.* p. 17-18.

NOTA ACERCA DOS PRINCIPAIS DEBATES CONSTITUINTES

Baseados em nossas análises das atas constituintes, passamos a destacar algumas querelas sobre as quais se estenderam maiores debates. Podemos concluir que estas, por sua recorrência ou pelos ânimos que despertaram, eram questões tidas como fundamentais para os rumos da nação, mostrando assim quais eram as principais preocupações dos políticos que legislavam sobre Portugal.

Duas das questões políticas mais aparentes são as já citadas: presidencial e bicameral. A grande preocupação era que o poder, detido nas mãos de um só político, o induzisse à tirania. Ao ponto que, quando Alexandre Braga propôs a capacidade de dissolução do Parlamento por parte do executivo como forma de equilibrar os poderes, ganharam coro reações negativas diversas³⁵⁶. Perseverava na mente dos deputados a experiência ditatorial de João Franco³⁵⁷. Tal designação garantia, também, o pleno exercício das práticas clientelistas. Este posicionamento, em que o presidente não possuía poder de veto nem de dissolução, levou a República a ser considerada, por alguns historiadores, como um “sistema de governo parlamentar de assembleia”³⁵⁸.

Necessário assinalar, no entanto, que, no referente ao número de aparições, o tema mais frequente foi o próprio regimento interno da Assembleia e as propostas de Constituições. Logo nas primeiras reuniões, problemas surgiram com relação à forma de votação, às prioridades, ao tempo de duração máximo de cada discurso, até sobre a ordem das pautas e número de propostas apresentadas³⁵⁹. A confusão com relação ao tempo e a ordem em que os deputados poderiam falar foi tão incongruente e suscitou tantos questionamentos que o deputado Dantas Baracho³⁶⁰ chegou a ironizar a situação:

E a proposito permita-me a Assembleia que eu aluda a uma interessante secção do mesmo jornal, [...] onde o cronista Vautel refere o que se pratica em Minas Gerais com os selvagens conhecidos pelos Botocudos. Entre eles não ha restrições para o uso da palavra, nem de ampulhetas, nem de contadores... (Risos). No grande conselho da tribo o que fala mantem uma perna no ar, e assim continua enquanto se pode sustentar num pé só, porque acaba de falar tão depressa o coloque no chão. Ora o *Matin* não pede contador, aplica o Regimento dos Botocudos...(risos prolongados)³⁶¹.

³⁵⁶ WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985. p. 93.

³⁵⁷ WHEELER, Douglas. *op. cit.* p. 91.

³⁵⁸ ARAÚJO, António de; CHORÃO, Luís Bigotte. Política e Direito nos Alvores da I República. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 132.

³⁵⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 20-06-1911.

³⁶⁰ General de Divisão, eleito pelo círculo nº 25 (Figueira da Foz).

³⁶¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 03-07-1911, p. 22.

Ainda no aspecto burocrático, muito debates ocorreram acerca de títulos a serem concedidos aos heróis da revolução, em uma tentativa de garantir o apoio clientelista de diversos membros históricos. Os deputados acabaram apoiando a cedência de honrarias, mas negando uma bonificação em dinheiro ou pensões para os mesmos. Um problema parecido se suscitou com relação aos auxílios financeiros a serem fornecidos aos deputados constituintes. Muitos se negaram a aceitar devido ao custo à nação, enquanto outros alegavam que não tinham condições de trabalhar e exercer atividades parlamentares, requisitando o mesmo. Os pagamentos foram garantidos, mas mais do que isso, como nos mostra a historiografia, um terço dos deputados acabou contemplado com algum cargo público vitalício e bem remunerado³⁶². O que se percebe nas discussões é que os novos políticos possuíam já a noção dos déficits orçamentais de Portugal e, por saberem que muitos olhos se voltavam para os andamentos de suas reuniões e que o sistema econômico era precário, faziam questão de recorrentemente sublinhar tal agravante nas condições nacionais, sempre relegando a culpa aos seus antecessores monárquicos. Colocavam-se assim como preocupados com o cenário e que o caso era de alto interesse governamental.

Debates sobre as invasões estrangeiras e ameaças de contrarrevolução eram os responsáveis por trazer clima de tensão às reuniões. Desde as primeiras reuniões, os grupos monárquicos foram identificados conspirando fora do território português, mais especificamente na Galícia, região fronteira com a Espanha. Paiva Couceiro, um antigo oficial do exército, era identificado como líder do grupo, sendo tratado como o grande inimigo da República. Chegavam às reuniões diversos relatórios de espionagens, indicando a formação de hostes para uma possível invasão. Apesar do alarde, os membros do governo sempre se mostraram tranquilos quanto à capacidade do regime em se sustentar no poder. Interessante na questão foi notar que houve um esforço por parte dos deputados em se desvincular da ideia de que eles mesmos foram conspiradores em tempos passados. A fim de buscar um argumento para criar distanciamento entre ambos, os republicanos alegaram que os apoios estrangeiros para as ações monárquicas e os possíveis financiamentos da família real caracterizavam aquele movimento como desprovido de escrúpulos.

Outro tema que trouxe tensões à Assembleia foi da laicidade do Estado. Apesar da concordância de uma maioria quanto à sua necessidade, a Lei de Separação do Estado e da Igreja gerava controvérsias sobre sua extensão e quanto ao rigor de sua aplicação.

³⁶² LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Divergências como a rigorosidade da lei acerca da possibilidade de se usarem vestes talares nas ruas, sobre sua extensão quando se discutiu se as regras também serviriam para os representantes de ordens monásticas estrangeiras, além de diversas manifestações sobre as punições a serem impostas aos infratores do novo código. Não faltaram denúncias a padres e monges que desrespeitavam a lei sem qualquer medo de represálias. As críticas mais contundentes e recorrentes foram resumidas por Eduardo Abreu³⁶³ enquanto discursava em resposta a Bernardino Machado. O deputado sublinhou que não se poderiam tomar as posses da Igreja sem antes realizar um inventário completo das mesmas e que pagar uma pensão a todos os níveis do clero em Portugal era um absurdo e uma incongruência com o tesouro nacional³⁶⁴. Mesmo entre os que se colocavam contra, a lei foi aprovada. A questão era tida como essencial para os novos rumos que se queria dar à nação, sublinhando-se diversas vezes o caráter libertário que carregava. Porém, a historiografia nos mostra que esta visão não foi condizente com a realidade e que o Estado, em muito, intrometia-se nos assuntos temporais e mesmo clericais da Igreja³⁶⁵. A questão causou incomodo até nos religiosos que apoiavam o republicanismo.

Diversos assuntos econômicos também foram prontamente abordados. Demonstrava-se conhecimento e preocupação para com os rumos da economia, em especial da indústria extrativista. Os debates, apesar de divergentes em seus temas principais, convergiam acerca de seus intuitos: sanar a baixa produção, reduzir as altas taxas de importações e alterar as leis de regulação ou protecionismo. O trigo, o azeite, o tabaco e a cortiça foram os produtos que mais suscitaram debates. Lembramos que as abordagens sobre os trabalhadores serão tratadas no próximo tópico. Porém é importante sublinhar que estas questões econômicas habitaram as discussões, mostrando que os políticos reconheciam a situação crítica em que se encontrava a agricultura. Um dos motivos é que os gêneros alimentícios haviam rareado e encarecido ao ponto do deputado Manuel José da Silva³⁶⁶ sublinhar em seu discurso que: “os indivíduos denunciados como detentores de gêneros alimentícios sejam entregues aos tribunais, a fim de responderem pelo crime de promotores da desgraça pública”³⁶⁷.

³⁶³ Médico, eleito pelo círculo nº 48 (Angra do Heroísmo).

³⁶⁴ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 21-06-1911, p. 8-10.

³⁶⁵ Cf. CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, Vol. XXIV (1.º), n.º 100, p. 211-273, 1988; REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sergio Ribeiro. República e Religião, ou A Procura de uma Separação. In: AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 141-183.

³⁶⁶ Empregado comercial, eleito pelo círculo nº 10 (Porto).

³⁶⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 6.

O próprio Ministro das Finanças, José Relvas³⁶⁸, apontava que “as questões que devem merecer-nos maior atenção são as económicas”³⁶⁹. A princípio, o problema do azeite e da cortiça geraram debates mais extensos. O primeiro ganhou força devido à má safra e retenção de produto por parte de alguns armazéns. Disto acarretou uma escassez, culminando em alterações consideráveis no preço³⁷⁰. Chegou-se ao ponto de ser proposta a isenção das taxas de importação do azeite espanhol, a fim de baixar os preços e de exportá-lo como sendo português para o Brasil³⁷¹. O segundo ocorreu por conta de uma lei da época da monarquia, que condicionava a exportação da cortiça ao processo industrial de refinamento. Tal procedimento detinha as exportações da cortiça em bruto. O problema todo envolvia diversos elementos, os principais eram: os produtores rurais e os industriais. A discussão se deu sobre duas figuras centrais: o referido José Relvas e o deputado Jacinto Nunes³⁷². O primeiro defendendo a manutenção da lei, para que se equilibrassem os interesses de todas as classes envolvidas. O segundo pretendia a extinção da mesma, sob o argumento de que a indústria nacional era capaz de tratar apenas 25% de sua produção, perdendo-se muito nesse processo. A questão mostrou a difusão que tinham os temas debatidos em reunião, pois os operários corticeiros enviaram ofício pedindo que apenas o ministro lidasse com o assunto³⁷³, chegando mesmo um grupo a fazer procissão até o Parlamento aos gritos de “morras” à Jacinto Nunes³⁷⁴. Em pouco tempo as intervenções sobre esta questão cessaram, mostrando que a lei prevaleceu.

O que se viu, no entanto, foi que os principais produtos agrícolas postos à discussão não eram valorizados em forma bruta. Os debates se acaloraram sobre o refino de gêneros, mas não se demoraram em incentivar uma maior qualidade em sua produção agrícola. As propostas, notadamente, preferiam criar legislações protecionistas e reguladoras a investir no processo de produção. Tais propostas, como identificado por Leon Poinsard, não serviam senão como paliativos, que em nada alteravam a realidade da situação³⁷⁵. Mostra do cenário foram as discussões a respeito dos cereais. A produção interna, especialmente do trigo, não correspondia à demanda, mesmo estando sob a alçada da Lei dos Cereais, datada do fim da monarquia. Ainda que toda a produção nacional tivesse de ser comprada pelos moageiros

³⁶⁸ Ministro das Finanças, proprietário e agricultor, eleito pelo círculo nº 18 (Vizeu).

³⁶⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 5.

³⁷⁰ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 7.

³⁷¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 7.

³⁷² Advogado e proprietário, eleito pelo círculo nº 44 (Beja).

³⁷³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 25.

³⁷⁴ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 10-07-1911. p. 16.

³⁷⁵ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

antes de se recorrer ao estrangeiro, o artigo era importado aos montes. Para que se tenha proporção da gravidade da crise, os deputados chegaram mesmo a propor o acréscimo de outros cereais à mistura do pão, para ao menos torná-lo mais acessível³⁷⁶. Esta discussão mostrou-se incapaz de desenvolver uma solução para o problema, acabando por manter-se praticamente intacta a legislação vigente.

Ainda na área agrícola, houve propostas com relação à sua infraestrutura. Os terrenos incultos foram parte da preocupação de alguns constituintes. Perante os seguidos problemas na produção de gêneros alimentícios, vastos terrenos sem utilidade causavam a revolta de deputados que defendiam uma melhor e maior utilização das terras. Alguns projetos foram mesmo enviados à avaliação da comissão de agricultura, porém poucos alteraram o panorama do campo³⁷⁷. Podemos destacar que se a medida tivesse sido levada a cabo com total vigilância, se apresentaria de grande valia para o problema da economia rural portuguesa³⁷⁸. Seu grande defensor foi o deputado Ezequiel Campos³⁷⁹ que, ao apresentar a referida proposta, discursou:

Toda a nação que tem terra arável inculta ou apenas desbravada, e que importa pão e exporta parias está profundamente desequilibrada. A necessidade, urgente mais que nenhuma outra, de produzir no país as substâncias e matérias-primas que de longa data sempre temos importado, deixando o nosso solo inculto; a impossibilidade de equilíbrio nas finanças, e de pagamento da dívida nacional sem nos aproximarmos d'aquele equilíbrio de produção e consumo; o estado alarmante da nossa emigração, vergonhosa pelo êxodo apressado de uma legião de incapazes, com o país em charneca, ou apenas em cultura rudimentar, por grandes descampados com as serranias escavadas por léguas e léguas, a má orientação do nosso ensino e a péssima tendência da nossa atividade, sempre acorrentada ao lugar do orçamento, tem sido exposta largamente no livro, na conferencia, no folheto e nos frustrados projetos de lei de fomento, para que seja necessário trazer para aqui, quer uma erudição fácil que a ninguém aproveita, quer um estendal de misérias Moraes, económicas e financeiras aterradoras, que só por si, ainda que com cores leves esboçadas, nos fariam hesitar na praticabilidade da salvação nacional, se um conjunto de circunstancias, de que havemos de lançar mão, não nos habilitasse a esperar uma mudança completa da orientação moral e política na economia e nas finanças portuguesas³⁸⁰.

O mesmo deputado tratou de salientar outro grande mal dos campos portugueses: a falta de água. Os sistemas hídricos eram muito mal explorados em Portugal. Ezequiel Campos foi ávido defensor da construção de canais e vias pluviais que chegassem aos pontos mais

³⁷⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 21-08-1911. p. 5.

³⁷⁷ SÁ, Vítor de. Projectos de reforma agrária na I República. *Análise Social*. Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 591-610, 1983.

³⁷⁸ Cf. ESTÊVÃO, João Antunes. A florestação dos baldios. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 1157-1260, 1983.

³⁷⁹ Engenheiro Civil, eleito pelo círculo nº 13 (Santo Tirso).

³⁸⁰ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 31-07-1911. p. 3.

áridos do país, especialmente o Alentejo. Para o último, buscava “a abertura de um grande canal, que ligasse o Guadiana com o Tejo e o Sado”³⁸¹. Além de outro, relacionado àquele, deveria vir de Rodam, com a altitude de 90 ou 100 metros³⁸². Dando prosseguimento ao projeto seria possível empregar mão de obra em sua construção. Também se teriam condições de arar terrenos antes incultiváveis, valorizando a terra. Através da água mais abundante e dos empregos com a obra pública, pretendia recolonizar o país e evitar a fuga de braços gerada pela emigração. Os deputados, majoritariamente, acreditaram que a República não tinha dinheiro para executar tais empreendimentos. Para muitos, a responsabilidade sobre o projeto deveria ficar com os grandes agricultores da região, mais que do governo³⁸³. Ezequiel perseverou em sua proposta, que acabou aceita pelos deputados. Porém o projeto, como o dos incultos, não foi posto em prática³⁸⁴.

Por fim, destacamos os debates acerca do sufrágio. Já anteriormente especificamos que a legislação eleitoral de Portugal se fez pautada na exclusão dos analfabetos que não fossem chefes de família. Contudo, apesar dos parlamentares, em sua maioria, serem favoráveis ao controle do recenseamento, houve quem se pusesse contra tal postura e tentasse manter as promessas do Manifesto do Partido Republicano de 1891³⁸⁵. Diversos foram os argumentos para a não introdução do sufrágio universal. Como exemplo, podemos citar as falas do deputado José Barbosa³⁸⁶, que em duas ocasiões exprimiu os principais argumentos da Assembleia sobre o projeto: “uma forma imperfeita e infiel de exprimir as vontades da nação”³⁸⁷ e “fixemos a capacidade eleitoral, evitemos que haja caciques comandando analfabetos, levando-os a votarem pela sua vontade”³⁸⁸. Nas atas constam repetidos “apoiados” a este discurso e a outros de conteúdo equivalente. É possível que estes deputados se pautassem nas ideias de Afonso Costa para o assunto. O líder do PRP afirmava que a República não se faria com cordeiros, prática que atribuía aos monárquicos. Para ele, os analfabetos acabariam por ser comandados por caciques, justificando sua não participação política³⁸⁹. Como veio a se perceber depois, esta postura foi apenas artifício retórico para que

³⁸¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911.

³⁸² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911.

³⁸³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911.

³⁸⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

³⁸⁵ LEAL, Ernesto Castro. Republicanismo e Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1911. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. Vol. VII, Nº 20, Juiz de Fora, ago./nov./2012, p. 17-18.

³⁸⁶ Advogado, pelo círculo nº 17 (Oliveira De Azeméis).

³⁸⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 20.

³⁸⁸ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 21.

³⁸⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1972.

se instalasse um novo clientelismo em Portugal, mas nas mãos do Estado, isolando as lideranças opositoras ao invés de dar fim às práticas corruptas³⁹⁰. Outros parlamentares da época já discordavam desta postura. O principal defensor do sufrágio universal foi Antonio Caetano Egas Moniz³⁹¹. Acreditava que a condição de analfabeto não excluía a consciência cívica desta população³⁹². Dava primazia aos direitos individuais dos habitantes de Portugal e suas ilhas adjacentes, seja quem fosse, como estava consignado no programa republicano de 1891. Resumia sua convicção ao dizer que:

É indispensável que se consigne no artigo 72.º ou em qualquer entre o sufrágio universal. [...] Analfabetos, ou não, porque todos têm o mesmo direito; e alguns analfabetos há que têm mais consciência e mais conhecimentos do que indivíduos que sabem ler e escrever³⁹³

Atrelando o recenseamento à alfabetização, os republicanos retomaram e debateram em diversas ocasiões a questão da educação em Portugal. De modo geral as discussões eram pautadas no ideal de que, através do fim do analfabetismo, se conseguiria um povo mais moderno que, por conseguinte, se identificaria com a República. Nestas ocasiões, não poucas vezes se usou da palavra “ignorante” para descrever os povos da província, em especial os localizados ao norte. A preocupação para com esta região, em particular, devia-se às ameaças de contrarrevolução vindas da Galícia, como já abordamos. Perante esta situação, a única saída para a inclusão do povo era investindo em educação. Mas não faltaram reclamações. Não quanto à necessidade de desenvolver o setor do país, mas quanto às dificuldades de se colocar tais reformas em prática.

Várias foram as denúncias acerca das condições precárias em que se encontravam as escolas do país. Também se falou de instituições que possuíam verba e estrutura, mas faltavam professores. Depois de inúmeras queixas parlamentares sobre a situação das escolas, e nenhuma proposta de solução, o deputado Carvalho Mourão³⁹⁴ levantou-se para explicar os principais problemas da educação nas províncias em Portugal. O chefe da circunscrição educacional do norte, ele apontou a ausência de profissionais qualificados como a principal causa do atraso e da precariedade³⁹⁵. Repetidos concursos eram feitos, mas os cargos que interessavam a uma massa de 3 mil professores desempregados, eram referentes à Lisboa e

³⁹⁰ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

³⁹¹ Médico e Lente da Faculdade de Medicina de Lisboa, eleito pelo círculo nº 16 (Estarreja).

³⁹² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 10-07-1911. p. 27.

³⁹³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 10-07-1911. p. 11.

³⁹⁴ Inspetor da 3ª Circunscrição Escolar, eleito pelo círculo nº 8 (Bragança).

³⁹⁵ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 7-9.

Porto³⁹⁶. Para a província, o deputado denunciou uma abstinência de candidatos aptos a exercer a função, levando a escolas desertas e desprovidas de função³⁹⁷. Mas ainda não deixava de apontar que a condição da maioria dos prédios e materiais de ensino era precária. Contudo, atribui isso ao regime antecessor, algo que nos parece justo visto que as falas ocorrem com menos de um ano de governo dos republicanos.

Normalmente, junto às questões educacionais suscitaram-se discussões sobre a função da propaganda. Na impossibilidade de fazer as reformas necessárias em curto prazo e, através do ensino, mudar o pensamento tradicional dos povos da província, a propaganda era posta como alternativa viável. Muito usada nos tempos de oposição, este recurso foi fundamental na ascensão republicana no cenário nacional como já foi aqui apresentado. Várias vezes foram reiteradas que as missões de republicanos que percorriam principalmente o norte do país eram a solução para o descrédito e desconhecimento de muitas partes com relação à República. O deputado Eusébio Leão³⁹⁸ foi quem fez um dos discursos mais importantes sobre o assunto, resumindo os trabalhos destas missões e sua relação com a educação:

O que eu queria dizer à Câmara é que essas missões de propaganda andam por lá, constituídas por republicanos devotadíssimos, entre os quais alguns padres, que desde muito tempo, e de combinação com o Diretório do partido, por lá andam fazendo uma propaganda assídua e eficaz, empregando muito trabalho e demonstrando um desinteresse acima de todos os elogios. Essas missões encontram-se agora no distrito de Braga, depois de terem percorrido o distrito de Villa Real Outra missão, segundo fui informado por telegrama recebido hoje, vae por assim dizer seguindo as pisadas da anterior. Devo, porém, dizer que estas missões de propaganda são necessárias, indispensáveis mesmo (Apoiados), mas é preciso muito mais que isso. Nós precisamos mandar oradores para aquelas aldeias explicar o que é a República e dizer àqueles povos o que pretendemos; e é preciso também que nas localidades por onde foram eleitos os Deputados, eles oportunamente se apresentem aos seus eleitores de forma tal que o país possa, por assim dizer, ficar coberto de missões de propaganda. [...] Tudo foi, repito, à custa do Diretório, nem um só real saiu dos cofres do Estado. Mas, meus senhores, é preciso muito mais do que essa propaganda pelas missões; e essa propaganda tem que fazer se, abrindo escolas, (Apoiados) que são muito necessárias. [...] Por este meio, isto é, fundando escolas é que a propaganda se pode fazer³⁹⁹.

Através destas ponderações podemos ter uma dimensão geral do que os deputados consideravam problemas da nação. Assim, podemos passar à especificidade dos trabalhadores rurais.

³⁹⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 7-9.

³⁹⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 7-9.

³⁹⁸ Médico e Governador Civil de Lisboa, eleito pelo círculo nº 40 (Portalegre).

³⁹⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 06-07-1911. p. 5.

OS DEBATES E PROPOSTAS ACERCA DO TRABALHADOR RURAL

Nosso intuito neste tópico é de abordar as discussões acerca do trabalhador rural e assim entender quais os rumos que os deputados, pretendiam tomar quanto à parcela populacional predominante no país⁴⁰⁰. Para tanto, abordaremos as propostas que efetivamente trataram deste grupo, para no próximo tópico investigar o “silêncio” sobre os mesmos. Vale salientar que nosso foco recai sobre o proletariado e semiproletariado agrícola que, apesar de numericamente mais abrangente, era o ponto mais frágil de um sistema de exploração do trabalho.

Para esta pesquisa nos utilizamos da nomenclatura do Censo de 1911. Em suas estatísticas sobre as profissões, concluiu que dos 5,96 milhões de habitantes de Portugal, 3,44 milhões se identificaram com o grupo profissional “Trabalhador Rural”, representando 57,7% do total. A média pouco se altera se calcularmos que apenas 2,58 milhões de pessoas se apresentaram como ainda em exercício de sua profissão. Perante este universo, 1,44 milhões se declararam rurais, abrangendo 55,7% do total, dentre outras onze grandes divisões profissionais possíveis. Significa dizer que os mesmos eram numericamente superiores aos ativos da segunda e terceira ocupações profissionais juntas – respectivamente os 21.1% que se ocupavam da indústria e 5,9% ligados ao comércio⁴⁰¹. Podemos comparar estes dados com os fornecidos por Oliveira Marques. Para o autor, devido à falta de metodologia na pesquisa estatística, se ignoraram vários profissionais que migravam entre campo e indústrias para manter seu sustento. O número total de dependentes do campo, de qualquer espécie, teria beirado, então, os 75%. O historiador aponta ainda que, na economia portuguesa, cerca de 80% dos exportados eram produtos primários, com pouco ou nenhum refino, enquanto a manufatura correspondia a 11,7% do total⁴⁰². Ao cruzarmos estas informações tomamos proporção da importância demográfica e econômica representada pelos rurais, seja como população de fato ou mão de obra do setor com maior primazia no panorama nacional.

Oliveira Marques observa que, dentre os que se declararam trabalhadores rurais, havia os proprietários, principalmente do norte⁴⁰³. No entanto, como demonstrado no Capítulo 2, poucos sobreviviam de seus rendimentos próprios. Poinard endossou esta tese com seus

⁴⁰⁰ DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População de Portugal (1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

⁴⁰¹ Dados extraídos da publicação: DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População de Portugal (1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

⁴⁰² MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). p. 176-177.

⁴⁰³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.* 1991.

perfis econômicos⁴⁰⁴: proprietários ou rendeiros de grandes explorações representavam a menor parte desta população. Seus interesses convergiam para o aumento no preço dos gêneros e baixo custo de produção⁴⁰⁵. A maioria não estava interessada em investir na terra, já que poucos deles habitavam-na⁴⁰⁶. A base desta produção estava calcada nos proletários e semiproletários rurais, que careciam de educação técnica e melhores condições de trabalho. Para eles não havia sequer legislação relacionada ao trabalho. O processo de intermear os interesses de tal segmento ficava a cargo das poucas associações rurais existentes⁴⁰⁷. Baseados no próprio Poinsard, pautamos a presente análise sobre estas populações, acreditando que pela referida importância, deveriam ser o alvo das propostas republicanas.

Somente em duas localidades o trabalhador rural era numericamente inferior: Lisboa e Porto. Nestes distritos, a proporção dos industriais era de 30,2% e 37,3%, respectivamente, contra 25% e 33,6% dos rurais. A República foi decretada exatamente nestes dois centros urbanos e ali manteve seu foco de governo. Portanto, se percebem mais referências e maior conhecimento dos deputados para as questões destas localidades e de seus trabalhadores. Também é relevante dizer que o operariado urbano era mais bem organizado em relação a manifestações e greves⁴⁰⁸. Estes fatos contribuem, a nosso ver, para uma explicação do por que as propostas e debates acerca do trabalhador rural não constaram entre os tópicos mais recorrentes na Assembleia Constituinte.

É importante salientar que, já durante as reuniões constituintes, começaram em Portugal a haver greves rurais, as quais discorreremos mais profundamente quando abordarmos as consequências da Assembleia. Nestas manifestações, os trabalhadores do campo exigiram melhorias nas condições e nos salários de seu ofício⁴⁰⁹. A maior parte das exigências foi atendida de maneira provisória pelos grandes proprietários, porém novamente ignoradas meses depois. O que mais importou no movimento, portanto, foi a visibilidade que trouxe para as causas rurais. Diversos dos discursos feitos sobre tal segmento trabalhista trouxeram alguma menção ao movimento, dando indícios de que a percepção só ocorreu

⁴⁰⁴ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

⁴⁰⁵ MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), nº 2, p. 288-314, 1976.

⁴⁰⁶ POINSARD, Léon. *op. cit.*

⁴⁰⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11). Sobre as Associações Rurais Cf. INSO, Egidio Rijo. *A associação na agricultura*. Lisboa: Imp. Manuel L. Torres, 1911.

⁴⁰⁸ CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Sec. XX*, Lisboa: Editorial, Presença, 2000.

⁴⁰⁹ CABRAL, Manuel Villaverde, *op. cit.*

graças aos grevistas. Assim, tendo um contexto mais geral da situação que se passava dentro e fora da Assembleia podemos compreender melhor o que se discutiu.

O primeiro e, provavelmente, mais importante projeto acerca dos trabalhadores rurais se deu através do deputado Caldeira Queiroz⁴¹⁰. O surgimento desta pauta se fez em meio à referida greve rural. A sua importância se dá devido a quatro fatores: o discurso, o primeiro artigo, o projeto em si e seu destino. Nesta proposta, abordaremos cada um de seus tópicos, por se tratar de uma das únicas a utilizar o Trabalhador Rural sem usá-lo como recurso discursivo ou se contentar em apontá-lo como um “ignorante”⁴¹¹.

Assim discursou o deputado:

Entre as dificuldades de diversa natureza que, como é natural e era de prever, têm vindo erigindo de espinhos o caminho da Republica Portuguesa, destaca-se uma que se me antolha de capital importância pela influência decisiva que tem na economia nacional. Refiro-me à greve rural que surgiu num ponto e de ali tem ido alastrando como nodosa de azeite, causando embaraços e prejuízos que é preciso encarar com olhos de ver. Eu compreendo e justifico a eclosão d'esta greve. O povo trabalhador, falho por completo de instrução e educação cívica, marco do desleixo persistente e propositado dos governos da monarquia, em geral escravizado gleba como verdadeiro servo medieval, explorado, mal pago e pior alimentado, acolheu a implantação da Republica como a aurora de uma nova era em que justiça lhe seria feita, e em que as iniquidades e injustiças sociais, das quais tanto era vítima, desapareceriam de um para o outro momento. E, sem atender às condições do momento, nem medir o alcance funesto que para ele próprio adviria da sua atitude exageradamente reivindicadora, sem espirito de maldade e unicamente levado pela sua ignorância, congregada com a justa ancia de melhoria, lançou-se na greve, apresentando reclamações em muitos pontos inaceitáveis. O povo trabalhador foi além da meta que, no atual momento, podia e devia atingir. Pela força das circunstancias, em muitas partes, os salários elevados foram aceites pelos lavradores; mas esse facto determina necessariamente, para já, elevação no preço dos gêneros, e no futuro retraimento nos trabalhos agrícolas, o que fatalmente acarretará crises de falta de trabalho. Isto é: as primeiras vítimas da não aplicação de um justo meio termo serão os próprios trabalhadores. Por outro lado à situação miserável, desgraçada, em que, em muitas, partes se encontrava a maioria dos trabalhadores rurais, não poderia manter-se; urge, portanto procurar a formula que concilie os interesses de uns e de outros, interesses que devem ser conjugados e não antagônicos. Foi sob esse ponto de vista que elaborei o projeto de lei, que tenho a honra de enviar para a mesa, mais como ponto de partida para o estudo ponderado d'esta importante questão, do que com a pretensão estulta de solucionar por completo um problema tão grave e tão complexo. Nós, como representantes da Nação, temos o dever de empregar todos os esforços para que se harmonizem os interesses de todos os cidadãos, e como democratas, cabe-nos a obrigação de evitar que a uma tirania se substitua outra tirania, porque todas elas são igualmente odiosas e prejudiciais. Devo ainda dizer que é minha convicção que só a orientação sindicalista poderá adoçar as arestas mais cortantes do conflito entre o

⁴¹⁰ Médico, eleito pelo círculo nº 41 (Elvas).

⁴¹¹ Termo mais usado para descrevê-los.

capital e o trabalho, e que, portanto é apenas a título provisório que, com o projeto junto, se procura atenuar, tanto quanto possível, o mal estar atual⁴¹².

O que se pode notar é que o parlamentar estava ciente da situação precária em que viviam os trabalhadores rurais. Primeiramente exibiu um cenário de suas condições, onde o povo trabalhador vivia em péssimas condições, além de carecer de melhor instrução e educação cívica. Mostrou, assim, o esquecimento das classes políticas com relação aos direitos individuais e se preocupou em apontar as condições em que se encontrava tal grupo, não os considerando apenas como mal instruídos. Foi, também, um dos únicos a lembrar das esperanças que os rurais tinham para com o advento da República, em um messianismo utópico incentivado pelos propagandistas. Defendeu ainda os movimentos grevistas, apesar de alertar sobre um possível processo inflacionário dos gêneros alimentícios, que acarretaria na escassez de emprego por parte dos mesmos trabalhadores. A questão, portanto, era complexa e envolvia diversos interesses que deveriam ser ouvidos, discutidos e resolvidos. No entanto, o projeto não suscitou tal ânimo na Assembleia. Enquanto outras propostas, de igual complexidade, necessitaram ser revistas inúmeras vezes, se arrastando por reuniões a fio, esta sequer voltou à pauta, denotando certo desinteresse ou desconhecimento dos parlamentares.

Seguido ao discurso vinha o projeto de lei:

Artigo 1.º É criada em cada paróquia uma comissão denominada Comissão Paroquial de Trabalhos Agrícolas, constituída por sete membros: três trabalhadores, três lavradores, e o presidente da junta de paróquia que será o presidente nato da comissão.

1.º São trabalhadores todos os que se empregam em trabalhos agrícolas; são lavradores os que empregam assalariados em explorações agrícolas.

2.º São anuais as funções d'esta comissão.

3.º São gratuitos os cargos d'esta comissão.

4.º É obrigatório o desempenho dos cargos d'esta comissão, salvo caso de doença comprovada por atestado medico ou ausência da paróquia.

5.º Será secretario da comissão o da junta de paróquia que por isso perceberá uma gratificação, em harmonia com a intensidade de trabalho, arbitrada pela junta e paga pelo cofre d'esta.

Art. 2.º No dia 1 de setembro de cada ano reunir-se-ão os trabalhadores em local escolhido previamente, e, por votação nominal, escolherão os seus representantes. Em local diferente, e à mesma hora, procederão os lavradores de maneira idêntica.

1.º Feitas as duas eleições, reunir-se-ão nesse mesmo dia ou eleitos e ficará instalada a comissão.

2.º A comissão reunir-se-á na sala das sessões da junta de paróquia, e todo o seu expediente e arquivado será entregue à guarda do respectivo secretario.

3.º Além das reuniões necessárias para o desempenho das funções que neste decreto lhe são atribuídas, e que terão lugar logo após a instalação, a comissão reunirá extraordinariamente, em qualquer dia e a qualquer hora, quando algum ou alguns dos seus membros o julgar conveniente, para que

⁴¹² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 03-07-1911. p. 4.

ela cumpra a missão social que lhe é conferida neste decreto. O aviso para a reunião será feito de véspera a cada um dos membros da comissão, pelo secretario da junta de paróquia, indicando a hora em que ela se deve realizar, o membro ou membros que fazem o convite, e o motivo da convocação.

Art. 3.º São atribuições da comissão:

- 1.º Elaborar um cadastro de todos os trabalhadores com indicação das idades e espécies de trabalho agrícola a que se dedicam.
- 2.º Elaborar um cadastro de todos os lavradores com indicação relativa e aproximada da importância e extensão das suas lavouras.
- 3.º Fixar os salários que vigorarão durante esse ano - ano de trabalho - de 1 de setembro a 31 de agosto, tendo em vista todas as condições: qualidades produtivas do terreno, carestia da vida, horas de trabalho, espécie de trabalho agrícola a que se dedicam, violência do trabalho, e, enfim, todos os que possam ter influencia nas decisões a tomar. A importância do salario variará segundo as épocas do ano.
- 4.º Distribuir os trabalhadores pelas diferentes lavouras, proporcionalmente à importância e extensão d'estas, quando haja crise de trabalho, procurando ser equitativa nessa distribuição não só no que respeita ao numero de trabalhadores, mas também no que respeita à capacidade de trabalho de cada um.
- 5.º Resolver as questões que surjam entre lavradores e trabalhadores, quando se relacionem mais ou menos proximamente com assuntos de trabalho.
- 6.º Eleger o seu deputado ao tribunal de apelação.

Art. 4.º Na procura de braços para os diferentes trabalhos agrícolas, os lavradores dirigir-se-ão ao cadastro dos trabalhadores e ali recrutarão os que lhe forem precisos, por ordem de inscrição.

- 1.º Na elaboração do cadastro dos trabalhadores, a comissão, que decerto bem conhece todos os paroquianos, procurará ser o mais possível justa, promovendo a inscrição, misturadamente, de todos os trabalhadores qualquer que seja a sua capacidade de trabalho;
- 2.º Para o efeito do salario os trabalhadores dividem-se em três categorias: rapazes dos doze aos dezoito anos de idade; homens dos dezoito aos sessenta e velhos dos sessenta em diante;
- 3.º Quando provadamente um homem, ou por doença ou pela idade, estiver incapaz de produzir trabalho, terá inscrição especial para ser pensionado pela caixa dos inabilitados que em cada paróquia se estabelecerá segundo disposições ulteriores;
- 4.º É considerado paroquiano para o efeito da inscrição no cadastro todo o trabalhador que, à data da elaboração do mesmo cadastro, residir na paróquia;
- 5.º Enquanto houver homens inscritos no cadastro, não podem os lavradores recorrer a braços estranhos à paróquia;
- 6.º Todas estas disposições se aplicam ás mulheres que terão um salario equitativamente inferior.

Art. 5.º Na sede do concelho reunir-se-á, quando for necessário, um tribunal de apelação constituído por um deputado de cada comissão paroquial, presidido pelo juiz de direito, se for comarca, ou pelo de paz não o sendo, que julgará, em ultima instância, os recursos levados das decisões da comissão de trabalho paroquial;

- 1.º O Deputado de cada comissão parcial de trabalho é eleito por esta logo após a sua instalação;
- 2.º As resoluções do tribunal de apelação são tomadas por maioria relativa;
- 3.º Em caso de empate o vogal mais velho terá voto de qualidade.

Art. 6.º Disposições gerais:

- 1.º Os cadastros e a fixação de salários estarão concluídos até o dia 8 de setembro;
 - 2.º À porta da Junta de Paroquia serão afixadas cópias dos trabalhos da comissão;
 - 3.º As resoluções da comissão são por maioria relativa;
 - 4.º Na legislação introduzir-se-ão penalidades para as que não cumprirem este decreto.
- Art. 7.º Fica revogada toda a legislação em contrario.⁴¹³

Logo no artigo primeiro se lê que são trabalhadores todos os que se empregam em trabalhos agrícolas e lavradores os que empregam assalariados em explorações agrícolas. A nosso entender, tal trecho mostra a gravidade em que se encontravam as legislações sobre o campo. O problema era tamanho que foi necessário, logo de início, esclarecer a terminologia correta para se referir aos que empregam e são empregados. No caso “lavradores” e “trabalhadores rurais”, respectivamente. Em nenhum outro projeto ou discussão, ocorreu algo do gênero. Para um leigo que observasse esta discussão poderia até parecer que se tratava de uma nova camada emergente no país, que carecia de maiores detalhamentos para os que, por ventura, pudessem ainda desconhecer-lá. Porém, a realidade que o projeto abordava era concernente à maior divisão profissional do país.

Fica evidenciada, ao nos depararmos com tal projeto, a pouca preocupação, que houve por parte da Assembleia, para com os trabalhadores rurais e suas querelas. Esclarecemos, também, que o projeto foi lançado em julho, quando mais da metade dos trabalhos constituintes já haviam decorrido. Note-se que muito já se havia discutido acerca do operariado urbano, sem que houvesse a necessidade de especificar que “operário” é quem se emprega nas fábricas e indústrias, enquanto “patrão”, “burguês” ou “industrial” é quem detém a posse deste meio de produção. A nosso ver, isto ocorreu por se tratar de um tema que era comum a todos os presentes, além de já ser claramente definido em legislações anteriores, diferentemente do que acontecia com os rurais. O restante das discussões apenas endossa nosso argumento, já que nenhum outro projeto se principiou em esclarecer quais as terminologias adequadas, quando o assunto abordado era de conhecimento geral dos deputados.

É igualmente importante o projeto em si. Em resumo, ele propõe a organização do trabalho no campo e o associacionismo em proporções paroquiais. No artigo terceiro, se esclarecem as atribuições destas comissões como: tabelar os preços dos salários a serem pagos no ano produtivo vigente, servir de intermediárias para a contratação de funcionários, por meio de um cadastro dos trabalhadores e lavradores referentes aquela paróquia, e conciliar

⁴¹³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 03-07-1911. p. 4.

querelas que possam surgir entre as partes no que se refira a assuntos do trabalho. Representava, portanto, uma proposta de organização do trabalho local, através de um órgão fiscalizador e mediador responsável. Era uma tentativa, provida de algum idealismo, de criar uma primeira legislação trabalhista para os rurais. Para que possamos compreender o quão rústico era o processo que se tentava regularizar, recorreremos aos escritos de Jorge Coutinho, defensor da causa operária que visitou algumas partes da província em meio às greves rurais dos alvares da República, que estão compilados no texto de José Barreto⁴¹⁴:

Desde épocas muito afastadas que a forma usada pelos operários para se fazerem contratar para trabalhar se assemelham muito ao contrato coletivo. Todos os domingos vêm à praça em procura de patrão [...] O trabalho rural, nos dois grandes períodos de sementeira e colheita, que compreendem dois terços do ano, oscila de semana para semana, devido a circunstâncias sempre instáveis, originadas no bom ou mau tempo; e daí, conforme o aperto de trabalho, assim os preços sobem ou descem de semana para semana, facto que é aproveitado por operários e patrões. A praça é como que um leilão de carne humana, um mercado de escravos. Localidades há onde o costume tradicional leva os operários a submeter-se a verdadeiras baixezas, como, por exemplo, a *molhadura*. Molhadura é o copo de aguardente que o patrão manda dar aos operários que arrematou e mediante o qual eles ficam impossibilitados de se deixar arrematar por outro patrão, embora o leilão acuse repentinamente uma alta de preços. É claro que este facto, a maior parte das vezes, dá origem a contendas entre os operários, pois que uma parte não se submete pelo simples copo de aguardente, enquanto a outra, mais tradicionalista e mais medrosa, quer trabalhar perdendo dinheiro [...] Quando as circunstâncias da sementeira ou da colheita exigem um imediato emprego e braços, é que os operários têm ocasião de fazer-se valer como mercadoria; e então é ver os rendeiros em volta deles, dirigindo-lhes remoques, num misto de galanteria e chulice, como se estivessem na presença dum rancho de raparigas, tentando, convencê-los a sair da praça pelo mais baixo preço; mas aqueles, senhores da situação e porque sabem do seu ofício, não saem, fazendo subir os preços o mais alto possível, com visível descontentamento dos seus arrematantes [...] Em todo o caso, a situação dos operários é sempre miserável, porque o que ganham no bom tempo não chega de modo nenhum para cobrir as dificuldades ocasionadas pelo mau; e daí o não se encontrarem nunca satisfeitos, acrescentando ainda que os patrões, quando não precisam de trabalho feito, se vingam deles insolentemente.⁴¹⁵

Era nestes moldes o cenário do trabalho rural em muitas terras portuguesas. Um emprego caracterizado pela sazonalidade, à mercê das variações de produção, e feito de maneira informal. Escalados em praças, através de “leilões de carne humana” e usando como contrato e garantia de serviço a “molhadura”, um copo de aguardente a servir como palavra. Um esquema sujeito a confusões, atritos, erros e falhas constantes. A isto se pretendia dar

⁴¹⁴ BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.

⁴¹⁵ COUTINHO Jorge. In: BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984. p. 529.

uma regulamentação com a proposta de Caldeira Queiroz. Por esta iniciativa, também, que configuramos tal proposta como sendo uma das mais relevantes para os trabalhadores rurais. Através de um cadastro de trabalhadores e lavradores, fixação de salários para o ano produtivo, distribuição equitativa de postos de trabalho, criação de uma caixa para os inabilitados, categorização dos trabalhadores segundo a idade e resolução das questões que envolvessem as duas partes interessadas quanto a assuntos de trabalho, pretendia-se dar fim às práticas informais de contratação, criando um órgão regulador local na figura das Comissões Paroquiais de Trabalhos Agrícolas.

O projeto, no entanto, também estava envolto em certos idealismos e “ignorâncias” que atravancavam sua efetividade. Ao não mencionar a responsabilidade da República em mediar o processo de formação das associações rurais e agrícolas, deixava vaga a aplicabilidade da proposta. Constaría assim como um incentivo federal à prática de iniciativas privadas. Já no artigo sexto, onde se lê “à porta da Junta de Paroquia serão afixadas copias dos trabalhos da comissão”⁴¹⁶, se ignora que em uma província, quase unanimemente analfabeta, poucos seriam aptos a acompanhar o processo. Ao propor a fixação de uma data para serem reunidos todos os trabalhadores e lavradores, a fim de elegerem seus representantes na comissão, não levava em conta a quase impossibilidade de praticar tal ajuntamento humano. Também quanto aos cargos a se exercerem, propunha que fossem livres de remuneração, o que acarretaria em gastos nulos para o Estado, mas igualmente afastaria muitos dos envolvidos que sequer se interessariam pela posição.

O projeto defendia uma proposta de organização local sob o respaldo de uma legislação nacional. Em outras palavras, nos parece que se fazia uma sugestão, na forma de lei, para que fossem abandonadas por iniciativa própria de trabalhadores e lavradores, práticas informais enraizadas nos costumes locais, a fim de uma maior organização a ser posta em prática de maneira quase espontânea. E ainda, mas não menos importante, incentivava populações, na beira da miséria, que pagassem uma contribuição de seu salário, semelhante à sindical, com fins de erguer fundos para os inabilitados. Tudo, sem o intermédio do Estado, nem a nomeação de funcionários competentes e bem pagos para fiscalizar os andamentos destes trabalhos.

O projeto de Caldeira Queiroz, portanto, apresentava pontos importantes sobre a crise do trabalho rural, mas não era, de modo algum, uma solução pronta, devido a diversos irrealismos. Assim, nos encaminhamos para o quarto ponto a ser tratado neste projeto: seu

⁴¹⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 03-07-1911. p. 4.

destino. A nosso ver, as falhas aqui apontadas não requeriam muito esforço para serem percebidas. Bastaria que houvesse certo grau de conhecimento das causas dos trabalhadores rurais para que, no debate que se deveria seguir, os parlamentares contribuíssem com mudanças nos pontos referidos, levando-o a uma melhor elaboração. No entanto, o que se lê no prosseguir da proposta é: “Foi admitido e mandado enviar à comissão de legislação operaria”⁴¹⁷. Não houve mais qualquer referência a mudanças no projeto. Portanto, a primeira tentativa de legislar os assuntos dos trabalhadores rurais não voltou à pauta constituinte, nem foi debatido pelos parlamentares em reunião. Os rumos tomados pelo projeto na comissão que foi legado – da qual o próprio Caldeira Queiroz fazia parte – nos são desconhecidos. Porém, em nossas pesquisas, não pudemos encontrar referências a qualquer “Comissão Paroquial de Trabalhos Agrícolas” em Portugal.

Seria incorreto, porém, afirmar que não haviam associações organizadas de trabalhadores rurais. Já Oliveira Marques aponta que estas eram poucas, mas ativas⁴¹⁸, tanto que, em 1912, organizaram o I Congresso dos Trabalhadores Rurais⁴¹⁹. A existência de tais instituições pode ser reafirmada por sua presença nas atas constituintes. A principal ocorreu quando o deputado Pimenta de Aguiar⁴²⁰, relatou que recebeu uma comissão da “Associação de Trabalhadores Agrícolas de Évora”, enviada por seus correligionários com o fim de relatar seu apoio ao regime⁴²¹. Apesar de não se tratar de uma proposta de lei em si, decidimos sublinhar esta ocasião por dois motivos. Primeiro, por representar que estas populações tinham condições de fazer ouvir seus problemas, o que agrava a tese de que houve uma preferência parlamentar por ignorá-los. Segundo, nos foi impossível imaginar que se organizou uma comissão para ir até Lisboa, encontrar o representante eleito de Évora na Assembleia Constituinte, com o único intuito de lhe comunicar tal apoio. Se assim o fosse, bastaria que enviassem uma correspondência à Assembleia declarando tal posicionamento, como muitas outras instituições o fizeram. Também endossa nossa tese o fato de que tal pronunciamento foi feito em julho, época em que já havia diversos focos de greve rural no próprio Alentejo⁴²². Portanto, concluímos, sobre esta menção, que as associações trabalhistas do campo não apenas conheciam seus representantes e tinham meios de se fazer comunicar

⁴¹⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 03-07-1911. p. 4.

⁴¹⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

⁴¹⁹ SÁ, Vítor de. Projectos de reforma agrária na I República. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 591-610, 1983.

⁴²⁰ Proprietário e Agricultor, eleito pelo círculo nº 42 (Évora).

⁴²¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 06-07-1911. p. 6.

⁴²² PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 477-511, 1983.

com eles, como efetivamente o fizeram. Porém, acreditamos que qualquer reivindicação que se tenha feito foi ignorada por parte do deputado Pimenta de Aguiar, já que esta foi a única vez que o mesmo se pronunciou acerca dos trabalhadores rurais em reuniões da Assembleia Nacional Constituinte.

Os trabalhadores rurais voltaram a fazer parte das discussões quando se pôs em pauta a questão corticeira. Vários dos debates que ocorreram sobre o tema, levaram em consideração unicamente os operários do segmento industrial, seus patrões e os lavradores como partes interessadas no assunto. Foi quando o deputado José Mendes Cabeçadas⁴²³ incluiu os trabalhadores rurais. Defendeu em seu discurso a necessidade do Ministro das Finanças resolver com urgência o caso e que, para isso, convocasse todas as populações que da cortiça se mantinham. Sublinhou, assim, a necessidade da presença dos rurais, para que fosse composto um o cenário completo ao afirmar que:

Peço a S. Exa. que convoque as classes interessadas para dar remédio a esta situação insustentável que não satisfaz cabalmente os operários, prejudica o país e sacrifica a lavoura, não querendo referir-me, quando falo em lavoura, somente àqueles que obtêm dinheiro pela venda da cortiça, mas também àqueles que esgravatam a terra, trabalhando duramente, e que dos proprietários de montados de sobre recebem o seu salário. Refiro-me evidentemente aos trabalhadores rurais⁴²⁴.

Seu argumento era sustentado pelo deputado Jacinto Nunes⁴²⁵ que, ainda na mesma sessão, usa-o para reforçar sua tese contrária à lei que impedia a total exportação da cortiça em bruto. O parlamentar completou em discurso subsequente que: “A questão corticeira deve ser resolvida em harmonia com os interesses dos trabalhadores rurais, que são para cima de 600 mil homens”⁴²⁶. O interesse dos mesmos na questão havia de ser mais que evidente. O aumento da produção de cortiça poderia lhe trazer melhores salários e empregos⁴²⁷. No entanto, os trabalhadores rurais não foram muito suscitados. Assim, é importante desconfiar das motivações do deputado Jacinto Nunes em apoiar os mesmos nesta ocasião. O parlamentar já havia debatido largamente com o Ministro José Relvas, porém, até o comentário de José Mendes Cabeçadas, o deputado jamais havia retomado a relevância dos trabalhadores rurais. Isto nos leva a crer no oportunismo de seu apoio, ao identificar mais um argumento para defender seu ponto de vista. Já Cabeçadas, ao incluir rurais em seu discurso, ainda que passageiramente, os identificava como força de produção e os legitimava enquanto

⁴²³ Oficial da Marinha, eleito pelo círculo nº 47 (Silves).

⁴²⁴ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 23.

⁴²⁵ Advogado e proprietário, eleito pelo círculo nº 44 (Beja).

⁴²⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 07-07-1911. p. 23.

⁴²⁷ Fazemos esta afirmação com base nas regras de subida e descida de preços, descrita por Jorge Coutinho.

parte interessada, além de relevante, para a questão que se debatia independente das possíveis reivindicações dos mesmos.

A educação dos trabalhadores rurais também foi objeto das discussões nas reuniões. Nos três projetos, que serão apresentados aqui seguindo sua cronologia, o tema foi o que mais trouxe foco a estas populações. Para a compreensão da importância de tais medidas contextualizamos a questão. Leon Poinsard percorreu na primeira década do século XX os campos de Portugal e propôs em sua obra, *Portugal Ignorado*, soluções para a agricultura nacional. Uma delas foram as chamadas granjas-escolas, onde se ensinaria, de forma rápida e simples, técnicas agrícolas e métodos de produção, algo bastante específico a suas funções⁴²⁸. Estas unidades percorreriam o país, como faziam as missões de propaganda. O autor recomendava, ainda, um incentivo do Estado para a compra de ferramentas e maquinários, que modernizassem minimamente a produção⁴²⁹. Afinal não só o arcaísmo era responsável pelo mal da agricultura nacional, faltavam, além de ferramentas mais eficientes, adubos e estrumes em quantidades adequadas para o plantio⁴³⁰. Apesar de o livro *Portugal Ignorado*, concluído em 1911, ter conseguido sua publicação apenas 1913, acreditamos que suas propostas não eram inovadoras. Além de Poinsard, autores como Basílio Teles⁴³¹ e José da Silva Picão⁴³², dentre outros, já defendiam o melhor aproveitamento das populações de trabalhadores rurais e uma exploração da agricultura mais adequada a Portugal. A preocupação com tais grupos também era comum em outros países e ambientes da Europa⁴³³.

Sob este prisma, o deputado Manuel de Souza da Câmara⁴³⁴, talvez motivado por tais análises, propôs uma educação específica para os trabalhadores rurais através de uma escola móvel de olivicultura e “eleotechnia”⁴³⁵. Segundo sua concepção, o azeite vinha tomando grande proporção como produto de exportação nacional⁴³⁶. Assim, fazia-se necessário um aprimoramento das técnicas agrícolas de sua produção. Sabendo que os métodos utilizados até então eram rudimentares, pretendeu a criação da escola móvel no Alentejo, com um professor,

⁴²⁸ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto, Magalhães e Moniz, 1912. p. 62.

⁴²⁹ POINSARD, Léon. *op. cit.* p. 64.

⁴³⁰ POINSARD, Léon. *op. cit.* p. 64.

⁴³¹ TELES, Basílio. *Carestia da vida nos campos : Cartas a um lavrador*. Porto: Edição Lello & Irmão, 1904.

⁴³² PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*, 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.

⁴³³ MEDEIROS, Fernando. Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34. *Análise Social*, Vol. XXIII (1.^o), n.^o 95, p. 97-116, 1987.

⁴³⁴ Agrônomo e Lente do Instituto Superior de Agronomia, eleito pelo círculo n.^o 45 (Extremoz).

⁴³⁵ Técnica de produção de azeite. Tradução pode ser Elaiotecnía, Eleotecnía ou Óleotecnía.

⁴³⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 3.

um ajudante e dois trabalhadores rurais⁴³⁷. Os custos seriam da conta do Estado, mas se mostrariam diminutos devido ao pouco pessoal⁴³⁸. O professor – um agrônomo ou engenheiro agrônomo – e o ajudante – um regente agrícola – seriam contratado através de concurso e iriam para a Itália, a fim de aprender as técnicas que eram consideradas as mais avançadas da Europa à época⁴³⁹. Após dois anos estes seriam efetivados. Entre suas atribuições estavam ministrar palestras e cursos aos operários rurais e lavradores. Escolheriam ainda dois trabalhadores com prática em poda e enxerto para os treinariam com as técnicas, a fim destes se tornarem auxiliares nos trabalhos⁴⁴⁰. Dentre suas outras atribuições estavam: estudar o solo, as práticas de plantio e as possíveis doenças, tudo em conjunto com o Instituto Superior de Agronomia. Este último forneceria seus laboratórios e centros de estudo para as análises⁴⁴¹. Se, ao fim de três anos, não surtisses efeitos os trabalhos desta escola móvel, esta seria desfeita e seus funcionários distribuídos entre o funcionalismo público⁴⁴².

O projeto, admitido e enviado à comissão de agricultura, apesar de ser específico à produção de azeite, apresentou uma proposta importante para os trabalhadores rurais, já que a educação escolar não lhes parecia relevante para o bom exercício de suas funções⁴⁴³. Assim, o ensino prático, ministrado por agrônomos e colegas de profissão melhor preparados era uma forma, a nosso entender, bastante eficiente de tirar tais populações do arcaísmo. Poderiam assim melhorar e valorizar o campo em Portugal. Era um teste, mas sua apresentação pode ter aberto um precedente positivo.

Talvez motivado pelo projeto anterior, o deputado Thomaz Cabreira⁴⁴⁴ propôs, em uma mesma reunião, duas propostas de lei envolvendo a educação prática dos trabalhadores rurais. Seguindo a ordem cronológica, a primeira dizia respeito a Faro, criando ali uma estação agrícola.

Considerando que Portugal deve valorizar, ao máximo, a sua riqueza agrícola; Considerando que o Algarve é uma região agrícola de caráter especial cujos produtos são principalmente destinados à exportação; Considerando que na cultura algarvia se empregam ainda métodos rudimentares que é preciso substituir; Considerando que esta substituição só se pode fazer por uma larga difusão do ensino agrícola:

Proponho o seguinte projeto de lei:

⁴³⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 4.

⁴³⁸ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 4.

⁴³⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 4.

⁴⁴⁰ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 4.

⁴⁴¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 5.

⁴⁴² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 24-07-1911. p. 5.

⁴⁴³ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

⁴⁴⁴ Lente da Escola Politécnica, Engenheiro e Oficial da Infantaria, eleito pelo círculo nº 46 (Faro).

Artigo 1.º É criada, no distrito de Faro, uma estação agrícola, destinada a instruir os Lavradores e operários rurais e aperfeiçoar os métodos de cultura algarvia.

§ único. A estação agrícola compreende:

- a) Um campo experimental;
- b) Uma escola agrícola móvel;
- c) Um laboratório para a análise de terras;
- d) Uma oficina de embalagem de produtos agrícolas⁴⁴⁵.

O restante dos artigos do projeto explicava as funções, funcionários e vencimentos de cada um dos empreendimentos. A unidade contaria com profissionais capacitados em agronomia ou engenharia agrônômica⁴⁴⁶. O campo experimental faria uma análise das terras e dos cultivos que melhor lhe adaptassem, além dos métodos adequados a cada tipo de produção, distribuindo os resultados gratuitamente em folhetos aos Sindicatos Agrícolas⁴⁴⁷. A escola móvel difundiria a instrução agrícola por meio de palestras e trabalhos práticos. Caso o cultivo fosse para exportação, também se incluiria um curso sobre embalagem agrícola. Este trabalho também não deveria gerar custos aos requisitantes. A oficina de embalagem, além de ensinar os trabalhadores, deveria fabricar embalagens aos particulares.

A proposta foi admitida e enviada à comissão de agricultura, se mostrando uma das mais bem organizadas e plausíveis dentre as apresentadas na Assembleia. Previa a criação de um centro de educação rural ainda mais completo e abrangente que o da proposta de Manuel de Souza da Câmara. Denotou-se conhecimento acerca das necessidades de instrução prática a estas populações. Tanto que as palestras seriam ministradas por agrônomos de formação, mas os cursos práticos eram da responsabilidade de trabalhadores rurais contratados e previamente formados para auxiliar os trabalhos. Também é notável a preocupação em instalar um campo experimental, a fim de observar quais técnicas e cultivos melhor se adaptariam aos solos algarvios. Não se especificou quem custearia o projeto, ficando subentendido que seria o distrito de Faro, onde se instalaria. A iniciativa era muito própria às demandas da época, porém destaca-se que esta foi a única em que se planejou criar um ambiente específico para o estudo e disseminação das melhorias agrícolas.

Ainda preocupado com o ensino agrícola, o deputado Thomaz Cabreira bem percebeu que o trabalhador rural não mandava seu filho à escola por não ver nela um fim prático para a função que eles haveriam de cumprir na lavoura. Pensando nisso, o parlamentar propôs a seguinte lei:

⁴⁴⁵ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-08-1911. p. 5.

⁴⁴⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-08-1911. p. 5.

⁴⁴⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-08-1911. p. 5.

Considerando que a agricultura é o principal ramo da riqueza nacional; Considerando que é conveniente que o ensino agrícola principie com a escola primária nas populações rurais; Considerando que o ensino da agricultura na escola primária é um incentivo para que o lavrador mande os seus filhos à escola; Considerando que o estabelecimento das escolas primárias agrícolas deve ser da iniciativa das corporações administrativas locais; Proponho o seguinte projeto de lei:

Artigo 1.º São autorizadas as câmaras municipais a fundarem ou transformarem as suas escolas primárias, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, em escolas primárias agrícolas.

§ único. As câmaras devem fornecer, além da casa para a escola, um pequeno terreno para jardim experimental, e tomarem o compromisso de pagarem ao professor ou professora da escola primária agrícola, uma gratificação suplementar de 5\$000 réis mensais, que dobrará no fim de dez anos de bom e efetivo serviço, e de darem um compendio de agricultura a cada aluno ou aluna da escola⁴⁴⁸.

Obvio que se dependia da iniciativa municipal alcançar tais mudanças na grade. É necessário, também, lembrar que a educação na província, o principal alvo da proposta, sofria com a falta de professores. A contratação de agrônomos para as escolas primárias seria difícil em diversas localidades pela pouca oferta de profissionais no período. Mas a iniciativa era válida, enquanto incentivo à construção de uma educação alternativa e mais atrativa ao homem do campo. O público-alvo, em tese, eram os filhos dos trabalhadores rurais, dando-lhes desde cedo uma educação profissional mais especializada. O artigo sexto ainda previa que quando atingissem a maioridade os alunos se uniriam aos professores em associações pós-escolares, promovendo conferências de associativismo e propaganda agrícola⁴⁴⁹. Estas seriam responsáveis por concursos, cujos prêmios ficariam à cargo do Estado, julgando as melhores instalações rurais da região, entre outros quesitos do gênero⁴⁵⁰. A proposta era mais idealista que a anterior, por depender da iniciativa municipal. Não contava, também, com a falta de profissionais dispostos a tais funções, nem com a dificuldade de fiscalizar os bons andamentos destes trabalhos feitos na esfera nacional, mas em nível municipal. No entanto, tinha sua importância. Ficavam consignados estes termos em legislação nacional, tornando mais simples a criação destas Escolas Primárias Agrícolas.

Ponto importante destas últimas discussões foi, também, o associacionismo. Em diversos debates ele aparece como possibilidade incentivada pelo governo, mas nunca mediada e fomentada por ele. Neste contexto, é importante ressaltar que os deputados da República cumpriram uma de suas primeiras propostas do Programa de 1891: de incentivar o associacionismo, seja ele produtivo, de consumo, crédito ou qualquer outra espécie. No

⁴⁴⁸ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-08-1911. p. 6.

⁴⁴⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-08-1911. p. 6.

⁴⁵⁰ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-08-1911. p. 6.

entanto, os mesmos fugiram do ponto principal da ideia, que era de garantir o incentivo financeiro e organizacional inicial a tais projetos. Sem isso, todas as propostas não possuíam mais que um caráter retórico e idealista, desprovido-as de real aplicabilidade.

Outra grande questão que envolveu os rurais foi com relação à infraestrutura do campo português. O deputado Ezequiel Campos⁴⁵¹ apontou para a questão hidráulica, principalmente no Alentejo. Sendo, este último, dotado de uma geografia com pouca abrangência de águas, quis o deputado incentivar a construção de canais para melhorar a irrigação local. Repetiu em diversos discursos a importância da questão, mas destaca-se dentre suas intervenções uma proposta com ampla viabilidade de prática.

O ambicioso projeto foi importante em diversos aspectos. Primeiro, em seu discurso, o parlamentar traçou um panorama da situação social-econômica de Portugal. Mostrou que a uma valorização das indústrias urbanas, como vinha se debatendo, poderia ser caminho bastante infrutífero. Argumentava o parlamentar que as fabricas estavam abarrotadas, mal se podia empregar mais gente. Os lanifícios acumulavam tamanho estoque que, para ele, poderiam “fechar as portas [...] por dois ou três anos, sem que o consumo sinta falta de artigos”⁴⁵². Caso fosse promovido um incentivo financeiro ao setor, o provável efeito seria uma “maquinização” do processo, colocando ainda mais pessoal nas ruas. Mesmo nas colônias se encontravam poucas possibilidades⁴⁵³. Desta forma, Ezequiel Campos criticou a postura adotada pelos parlamentares e propôs que os braços desocupados de Portugal se empregassem na construção do canal.

Ainda que tal solução trabalhista fosse temporária, traria ainda muitos benefícios. Com melhor irrigação, as terras portuguesas teriam melhor aproveitamento. O problema climático já era apontado por estudiosos, com destaque para Poincard, mas não se havia visto até então nenhuma proposta apta a ser posta em prática. Além de apontar um projeto possível, Ezequiel Campos defendeu sua aplicabilidade com base no exemplo dos Estados Unidos. Naquele país, transformou-se um verdadeiro deserto em terras cultiváveis. Com a construção do canal, seria possível fomentar a agricultura alentejana, trazendo maior produção e empregos para a região.

Assim, tal projeto atingia diretamente os trabalhadores rurais, enquanto interessados na expansão da agricultura nacional, lhes gerando melhores oportunidades. Traria maiores condições até para o pequeno proprietário, que deixaria de buscar água em locais distantes e de depender das variações climáticas. A proposta previa também a possibilidade de navegação

⁴⁵¹ Engenheiro Civil, eleito pelo círculo nº 13 (Santo Tirso)

⁴⁵² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 6.

⁴⁵³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911.

pelas referidas terras, melhorando o escoamento. É provável que apenas a abertura dos canais não se apresentasse como solução para todos os problemas, mas definitivamente faria avançar a questão econômica. Ezequiel Campos apontava isso em sua retórica, na qual fazia uma importante crítica ao andamento dos trabalhos parlamentares:

[A questão hidráulica], porem, tem de merecer a atenção de todos porque, como já disse, tem sido o maior estorvo à nossa vida economica [...]. E esta Assembleia Constituinte não tomou de certo a herança de ocupar-se apenas de discussões e interesses mesquinhos: carece de fazer o estudo das nossas questões economicas e financeiras. São estas, e até as questões de interesse social, as que merecem a principal atenção dos Governos mais adeantados. E por isso ficará bem que nós, que temos de organizar a nossa desmantelada economia, entremos a serio na questão social tambem⁴⁵⁴.

Citamos também um projeto do deputado Garcia da Costa⁴⁵⁵ para a infraestrutura portuguesa. Propunha um empréstimo para a construção de uma via férrea entre Évora e Reguengo. Ao defender o projeto, citou a importância que tal maquinário teria no transporte da produção, tornando-o mais rápido e barato. Assim, acreditava estar incentivando o cultivo agrícola na região e auxiliando os trabalhadores rurais:

É enorme o valor e riqueza agrícola da região servida por este troço entre Évora e Reguengos, o qual, abrangendo a extensão de 40 quilômetros, vae servir os concelhos de Reguengos e Mourão, grande parte dos de Évora e Redondo e ainda parte do Alandroal, não esquecendo as importantes relações económicas que a parte vinha da Espanha mantem com o nosso país. [...] Em resumo: nenhum encargo real e efetivo para a fazenda municipal ou publica, e com a construção da linha férrea a região será eficazmente beneficiada por uma circulação mais rápida e produção mais valiosa; e esta produção mais intensa e valorizada contribuirá imenso para libertar a lavoura das múltiplas dificuldades e encargos que a assoberbam, podendo assim satisfazer as reclamações dos trabalhadores rurais no que elas tiverem de razoável e justo.⁴⁵⁶

Houve um tempo de diferença entre o envio do projeto e sua discussão. Ao ser retomada a proposta de lei, o deputado falou novamente sobre a importância em construir a linha e pediu caráter de urgência. Também voltou a usar os trabalhadores rurais a fim de sustentar seu argumento:

A construção da linha é agora uma necessidade urgentíssima, se atendermos à crise gravíssima que está atravessando quase todo o distrito de Évora, por virtude das reivindicações das classes jornaleiras; estas, mal orientadas e mesmo enganadas por especuladores, impuseram reclamações a que a classe dos proprietários teve que dar a solução que mais justa se lhe afigurou naquela situação tumultuaria, mas que logo a todos se mostrou como sendo de caráter transitório, visto que o contrario seria a ruina da lavoura alentejana com todas as gravíssimas consequências que de ai resultariam. Por seu lado,

⁴⁵⁴ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p.7.

⁴⁵⁵ Médico, eleito pelo círculo nº 43 (Extremoz).

⁴⁵⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 17-08-1911. p. 23.

os proprietários, desunidos, na sua maioria incultos e não compreendendo, portanto, todos os benefícios que lhes adviriam da associação de classe, a ponto de quase depreciarem as que existem, nunca pensaram em que os trabalhadores rurais pudessem um dia reclamar melhoria de situação, e mais uma vez a sua imprevidência os levou ao embate d'essas reivindicações sem estai em preparados para, conscientemente, as podeli em atender. Vem então como meio de defesa o proposito de não semear este ano senão as terras alqueivadas, fazendo para o ano alqueives muito mais pequenos e dando tudo isto em resultado o haver uma grande diminuição de trabalho, que muito irá agravar a crise que todos os anos assoberba este distrito. Ora se a construção da linha começa-se já a ser uma realidade, muito se modificaria esta situação, que pode ser gravíssima, não só pelas razões que ficaram expostas no final do relatório, mas também pelo grande numero de braços que se empregariam, tirando se da miséria centenas de desgraçados, que para o mês que vem começam a não ter trabalho, continuando assim durante todo o inverno. Como esclarecimento acerca da importância da região atravessada pela linha ainda, ainda lia a acrescentar que só o Sindicato de lieguengos teve este ano na sua conta corrente 130 contos no ativo e 129 contos no passivo, apesar de os principais proprietários poucas ou nenhuma transações lá fazerem; com respeito ao transporte de mercadorias ainda ha a notar que atualmente cada tonelada paga 70 réis e logo que a viação seja acelerada paga apenas 35 réis em pequena velocidade⁴⁵⁷.

Sob a ótica de Garcia da Costa, o trabalhador rural, revoltado com sua situação, se beneficiaria da linha férrea tanto de forma direta quanto indireta. A primeira ocorreria, pois se subentendia que seria deles a mão de obra utilizada para a construção do empreendimento, aproveitando do período de desemprego sazonal típico do inverno. A segunda, devido ao trem desenvolver melhores condições de escoamento e, por conseguinte, aumentar e valorizar a produção rural. Este efeito geraria mais trabalhos aos rurais e uma possível melhora nos vencimentos. Entendemos, porém, que construir uma linha férrea não era uma resposta válida para as greves rurais.

Há certo idealismo em acreditar que a criação do trecho refletiria em melhoras de condições para os trabalhadores rurais. Isso, caso ocorresse, seria uma consequência em longo prazo. Se fosse possível esperar por melhorias, não estariam os trabalhadores em greve. Quanto à utilização dos mesmos para a construção em si é possível que surtisse efeito positivo perante as dificuldades que surgiam no inverno. Mas nos parece pouco produtivo utilizar a mão de obra de trabalhadores rurais em um empreendimento no qual eles certamente jamais tiveram contato e que duraria um tempo bastante restrito. Também sublinhamos que a quantidade de trabalhadores rurais era grande e certamente excedia a demanda. Assim contemplar-se-ia apenas uma parcela dos mesmos, deixando muitos na mesma situação.

⁴⁵⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 17-08-1911. p. 23.

Garcia da Costa voltou a tratar dos trabalhadores rurais, em abordagem muito parecida com a anterior, mas sob um contexto diferente. Discutia-se a questão cerealífera e o protecionismo com relação ao trigo. Iniciou-se o debate quando o Ministro do Fomento, Manuel Brito Camacho⁴⁵⁸, propôs uma lei na qual o Estado ficaria responsável por regular o manifesto, rateio e a moagem da produção nacional de trigo. Isto acarretou em uma série de manifestações por parte dos deputados. A de Garcia da Costa tratava da necessidade dos produtores aderirem aos sindicatos e ao associacionismo, como forma de melhor lidar com as reivindicações dos trabalhadores rurais em greve⁴⁵⁹. As melhorias de condições requeridas por tais populações, em sua concepção, teriam que ser feitas em caráter transitório, pois acarretariam na falência da agricultura nacional⁴⁶⁰. Sua ideia era que estas associações trariam desenvolvimento para o campo, tornando desnecessárias as leis protecionistas.

Esta, porém, não foi a única manifestação, no debate cerealífero, a citar os trabalhadores rurais. Rovisco Garcia⁴⁶¹ acreditava que as leis protecionistas foram de fundamental importância para a agricultura nacional⁴⁶². O aumento de produção desde sua elaboração seria a prova disso⁴⁶³. Para o deputado, também houve uma diminuição dos terrenos incultos no Alentejo para o cultivo do trigo⁴⁶⁴. Postulou, então, que faltavam apenas algumas melhorias na agricultura, principalmente a alentejana. Estas se fariam ao unir as referidas legislações a programas de incentivo com vistas de modernizar e aumentar a malha viária, além da construção de um largo sistema de irrigação⁴⁶⁵. Através das referidas medidas se alcançaria a resolução dos problemas nacionais de falta de gêneros e da emigração⁴⁶⁶. Para Garcia, a causa da emigração era a falta de oportunidades no país. Através da manutenção das leis protecionistas e das medidas que propôs, o deputado acreditava estar também favorecendo lavradores e trabalhadores rurais, com o consequente aumento da produção. Sublinhava que estas populações já vinham se beneficiando de tais medidas desde os tempos de sua promulgação, na monarquia⁴⁶⁷.

As duas menções ocorreram apenas em discurso, sem propostas de aproveitamento de tais populações. Ficam aqui consignados como situações em que a Assembleia lembrou-se

⁴⁵⁸ Ministro do Fomento e Médico Militar, eleito pelo círculo nº 45 (Aljustrel).

⁴⁵⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 12.

⁴⁶⁰ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 12.

⁴⁶¹ Médico, eleito pelo círculo nº 42 (Évora).

⁴⁶² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 10.

⁴⁶³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 10.

⁴⁶⁴ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 10.

⁴⁶⁵ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 10-11.

⁴⁶⁶ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 10-11.

⁴⁶⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 10.

dos rurais, mesmo que como recurso argumentativo. As crenças de que as mudanças propostas por ambos os deputados poderiam chegar a atingir diretamente os trabalhadores rurais, apesar de apresentarem algum sentido, pareciam ser meramente especulativas. No entanto, demonstraram preocupação para com o grupo, apesar de explicitar que a motivação maior ficava por conta das greves, que eclodiam no panorama nacional.

Por fim, os trabalhadores rurais também fizeram parte, ainda que reduzida, na discussão sobre o Senado. Pretendia-se que tal câmara fosse composta por nomes indicados por delegados de algumas profissões, sendo esta formada por representantes de classes⁴⁶⁸. No entanto, a exclusão de diversas camadas de trabalhadores e a falta de especificidade da lei não permitiram sua aprovação. No texto final da Constituição, as duas câmaras seriam eleitas por sufrágio direto. Porém, isto só se deu após largas discussões. Apenas uma menção se fez aos trabalhadores rurais. O deputado Barbosa de Magalhães⁴⁶⁹ colocou que: “E dando-se representação à classe operária, porque se não dá igualmente à classe dos trabalhadores rurais? Tão dignos de consideração são os operários rurais, como os outros”⁴⁷⁰. Talvez o uso destas populações seja mero recurso argumentativo por parte do deputado. Contudo, podemos pensar sobre a possível exclusão dos rurais na questão da representatividade no Senado – algo que não se daria com os operários urbanos. Seria mera especulação prever se haveriam delegados dos trabalhadores rurais, caso a proposta das classes fosse aprovada. Ou, ainda, se o papel dos mesmos voltaria a ser debatido na questão. No entanto, se não fosse por Barbosa de Magalhães, a maior divisão profissional do país sequer entraria na discussão, em detrimento de outras menos numerosas. Situações como esta, onde a Assembleia debateu sobre as querelas que se abatiam sobre os grupos profissionais do país, mas ignorou as causas dos trabalhadores rurais não foram raras e é a elas que damos o nome de “silêncios”.

OS SILÊNCIOS E EXCLUSÕES NAS DISCUSSÕES

Ao analisarmos a fonte de nosso trabalho, identificamos diversas propostas e discussões as quais, apesar de serem do interesse das camadas rurais, não lhes faziam referência. Isto foi recorrente em nossas pesquisas e acreditamos se tratar de uma questão fundamental para a compreensão da discussão que aqui se faz. Abordaremos neste tópico, portanto, o que chamamos de “silêncio” por parte dos deputados da Assembleia Nacional

⁴⁶⁸ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 03-08-1911. p. 18.

⁴⁶⁹ Advogado, eleito pelo círculo nº 17 (Oliveira de Azeméis).

⁴⁷⁰ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 04-08-1911. p. 16.

Constituinte. Consideramos como tal, os debates que se deram em assuntos de claro interesse dos trabalhadores rurais, mas nos quais os mesmos não foram citados ou incluídos.

Os casos mais flagrantes estavam relacionados à legislação trabalhista e social. Um dos primeiros projetos em que se demonstrou a falta de conhecimento e de preocupação política para com os trabalhadores rurais foi o que propôs acerca dos acidentes de trabalho. Estevam de Vasconcellos⁴⁷¹ fez discurso defendendo que o atraso de Portugal com relação a esta questão era inaceitável⁴⁷². Já havia apresentado proposta de lei semelhante anos antes, durante a monarquia, mas ao vê-la negada, decidiu repensar sobre ela e estender e aprofundar seu trabalho⁴⁷³. Em um destes aprimoramentos tratou de especificar as áreas a que a legislação abrangeria, acreditando resolver futuros problemas:

Especifico as indústrias a que se estende a responsabilidade dos acidentes de trabalho porque a concepção de que todas devem considerar-se incluídas na lei poderá parecer à primeira vista a formula mais equitativa e sensata de resolver o problema, mas daria lugar a confusões sucessivas e questiúnculas irritantes, muito particularmente num país refratário até hoje a toda a legislação social.⁴⁷⁴

Seguiu-se então a referida proposta de lei sobre os acidentes de trabalho, sobre a qual o deputado tanto se debruçou. Para os fins de nosso trabalho o primeiro artigo é o que mais nos concerne. Nele foram definidos todos os agraciados com a referida lei:

Artigo 1.º Terão direito à assistência clínica, medicamentos e indemnizações consignadas nos artigos 2.º e 3.º d'esta lei, sempre que sejam vítimas de um acidente de trabalho sucedido por ocasião do serviço profissional e em virtude d'esse serviço os operários e empregados das fabricas, oficinas e estabelecimentos industriais onde se faça uso de uma força distinta da força humana, das minas e pedreiras; das fabricas e oficinas metalúrgicas e de construções terrestres e navais; dos serviços de construção, reparação o conservação de edificios; dos estabelecimentos onde se produzem ou se utilizam industrialmente matérias explosivas ou inflamáveis, insalubres ou toxicas; de construção, reparação e exploração de vias férreas, portos, estradas, canais, diques, aquedutos e outros trabalhos similares; de transportes por via térrea, marítima e navegação interior; dos trabalhos de limpeza de poços e de esgotos; dos armazéns de depósitos de carvão, lenha e madeira de construção; dos teatros em relação ao seu pessoal assalariado; das corporações de bombeiros; dos estabelecimentos de produção de gás e eletricidade, colocação e conservação das redes telegráficas e telefônicas; dos trabalhos de colocação, reparação e desmontagem dos condutores elétricos e para-raios; dos serviços de carga e descarga.⁴⁷⁵

⁴⁷¹ Médico, eleito pelo círculo nº 44 (Beja).

⁴⁷² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-06-1911. p. 4.

⁴⁷³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-06-1911. p. 4.

⁴⁷⁴ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-06-1911. p. 4.

⁴⁷⁵ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-06-1911. p. 4-5.

Não se encontra em todo o corpo do texto referência alguma aos acidentes de trabalho que podiam ocorrer na lavoura. Como anteriormente abordamos, a situação arcaica da agricultura nacional, à qual se submetiam a maioria dos trabalhadores rurais, era muito propícia a tal tipo de incidente⁴⁷⁶. O restante dos artigos do projeto ficava consignado a este primeiro. Portanto, estava se excluindo, de uma legislação trabalhista fundamental, as querelas da maior divisão profissional do país. Nota-se uma preocupação em abranger uma quantidade grande de profissões que, na verdade, eram grupos minoritários. A indústria, desde o discurso, mostrou-se a maior preocupação dos parlamentares. Nenhuma referência se fez aos trabalhadores rurais, deixando-os excluídos de uma possível tentativa de reivindicar legalmente algum ressarcimento em caso de acidente de trabalho. Subsequente à proposição desta pauta, poderia haver complementos, quem se levantasse para corrigir e alterar estes pontos. Ninguém, nem nas reuniões seguintes, se preocupou em pedir a alteração desta lei, incluindo categorias ignoradas anteriormente. Por fim, foi enviada à comissão do trabalho⁴⁷⁷ sem suscitar nenhuma outra discussão.

A legislação social surgiu novamente em questão, mas sob outra abordagem: as horas de trabalho. A proposta feita por Alfredo Ladeira⁴⁷⁸ defendia “que em todos os trabalhos executados sob a imediata superintendência do Estado ou das municipalidades, no continente ou nas ilhas adjacentes, fique desde já estabelecido o dia normal de oito horas de trabalho diário”⁴⁷⁹. A nosso entender, a regulamentação mostra a precariedade das leis trabalhistas em Portugal. Fazia-se necessária uma iniciativa por parte do Estado de corrigir as horas de trabalho dos funcionários sob sua superintendência. Aqui não se citam os operários industriais diretamente no corpo da proposta. Os rurais nem sequer em discurso. Esta proposta de lei, mais do que um esquecimento, demonstra o quão atrasada estava a nação em termos de preocupações com seus servidores em todos os níveis.

Algumas propostas de lei foram feitas em caráter de urgência. Contando dentre elas, as que se referiam às legislações sociais e trabalhistas. Podemos entender, por exemplo, o caso do ramo “construção civil”. O deputado Manuel José da Silva⁴⁸⁰ declarou que a ausência de um regulamento de segurança no trabalho era inaceitável e inadiável⁴⁸¹. Em seu discurso defendeu a urgência do tema, alegando que havia, dentre operários e mestres, mais de 20 mil

⁴⁷⁶ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.

⁴⁷⁷ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-06-1911. p. 5.

⁴⁷⁸ Operário Canteiro, eleito pelo círculo nº 35 (Lisboa (Ocidental)).

⁴⁷⁹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 23-06-1911. p. 8.

⁴⁸⁰ Empregado Comercial, eleito pelo círculo nº 10 (Porto).

⁴⁸¹ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 6.

que exerciam função na área⁴⁸². Disse também que tal grupo há muito desejava melhoras em suas condições de trabalho e que creram na República para trazer tais mudanças⁴⁸³. Se estas eram condições fundamentais para tornar a necessidade de uma legislação trabalhistas urgente, os trabalhadores rurais, que eram mais de 2 milhões facilmente poderiam ser contemplados. Porém não eram o alvo de amplos artigos de segurança no trabalho ou sequer tinham o respaldo de uma lei que lhes fornecesse garantias quanto a isso. Se as condições de trabalho de 20 mil eram uma preocupação emergencial, a de 2 milhões não se mostrou igualmente relevante aos olhos parlamentares. Se a situação dos urbanos podia ser tratada como “urgência”, cremos que a dos rurais, nesse contexto de argumentação, já se encontrava em estado de “desgraça pública”.

As discussões econômicas também merecem ser abordadas. Os debates acerca dos cereais, azeite, cortiça e qualquer outro do gênero constituíram os principais contextos que suscitaram propostas e discursos envolvendo os trabalhadores rurais. Apesar disso, poucos deputados trataram destas camadas em comparação ao número de vezes que tais temas geraram discussões na Assembleia. Considerando que eram eles os extratores e produtores de fato das matérias primas nacionais, seriam, então, a divisão profissional mais importante nos referidos assuntos. No entanto, foram pouco lembrados. As propostas de solução para tais questões envolviam diversos métodos, os principais deles: a redução das taxas aduaneiras a fim de baratear a importação, o incentivo ao aumento e melhoria na malha viária e a construção de canais de irrigação. A questão também raramente suscitou, por parte dos deputados, a ideia de uma valorização dos trabalhadores rurais como eixo de solução para a questão – à exceção dos três projetos anteriormente citados. A incapacidade, ou falta de interesse, dos deputados em ver nesta população a real solução para os problemas agrícolas caracteriza, para nós, um silêncio por parte da Assembleia.

Acreditamos, portanto, não estar cometendo nenhum anacronismo ao considerar que houve um silêncio em diversas ocasiões por parte dos parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte com relação aos trabalhadores rurais. Como explicação, tendo por base nossas pesquisas, algumas hipóteses podem ser aventadas. Primeiro uma ignorância dos deputados quanto a real situação destas populações, visto que eram todos jovens políticos com carreiras mais voltadas aos centros do país. Segundo, e talvez decorrente dos mesmos motivos do primeiro, uma preocupação maior com o âmbito urbano, crendo ser ali que residiria o progresso da nação. Ambas as teses partem do princípio de que havia duas políticas nacionais:

⁴⁸² Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 6.

⁴⁸³ Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, 11-07-1911. p. 6

uma com foco na província e no campo, outra baseada no fomento à indústria como forma de evolução da nação portuguesa⁴⁸⁴.

A terceira hipótese reside na força política dos grandes proprietários de terras, alguns deles chegando a serem políticos influentes. O interesse dos mesmos estaria na manutenção das desigualdades e brechas na lei, a fim de garantir a dependência clientelista dos trabalhadores rurais em relação a seus favores caciquistas. É importante ressaltar que o caciquismo na província cresceu e se alimentou das ausências deixadas pelo Estado centralista⁴⁸⁵. Assim, não havendo uma clara legislação que abrangesse estas populações, ficaria mais fácil manter acordos obscuros, as trocas de favores e a compra de votos, que davam sustentação à sua influência na província.

A quarta estava relacionada à organização das resistências. Os operários urbanos possuíam uma maior e mais bem estruturada, resistência e organização para manifestações e reivindicações. A tradição destas camadas em fazer ouvir suas querelas⁴⁸⁶, possivelmente auxiliou para que as mesmas fossem mais bem abordadas pelos deputados. Lembramos também que com o novo caciquismo republicano, os profissionais liberais ganharam maior poder sobre o sistema clientelista. Justamente assim, é possível que as propostas, que focaram mais nos operários urbanos do que nos rurais, tenham sido no sentido de atender as promessas feitas, pelos novos poderosos, para esta clientela. Seria esta uma quinta hipótese.

Por fim, nossa sexta hipótese, recai sobre um ponto debatido pelos deputados em plenário. Havia a tendência dos mesmos em acreditar que as melhorias das condições para os rurais alteraria um sistema tradicional de trabalho, gerando um aumento de custos para os produtores. Deste cenário, conseqüentemente, acarretaria uma inflação nos gêneros do setor primário da economia nacional, já em crise. Esta possibilidade, dentre as apresentadas, foi a mais abertamente defendida pelos políticos nacionais, para justificar sua postura em relação aos direitos dos trabalhadores do campo.

Perante tais apontamentos, nossa conclusão é de que a exclusão dos rurais se deu, não por algum destes fatores em específico, mas pelo conjunto dos mesmos. É plausível interpretar que todas as possibilidades arroladas tiveram, com menor ou maior influência, seu papel dentre as motivações dos deputados em silenciar sobre algumas questões dos trabalhadores rurais.

⁴⁸⁴ SERGIO, António. *Ensaio – Tomo II*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

⁴⁸⁵ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

⁴⁸⁶ CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

A REPÚBLICA DOS REPUBLICANOS: ENTRE O PROGRAMA DE 1891 E A LEGISLAÇÃO DE 1911

Perante o cenário apresentado, é possível fazer um balanço acerca das propostas dos republicanos inseridas no Manifesto-Programa de 1891 e as legislações discutidas ou mesmo inseridas na Constituinte em 1911. O fazemos, tendo por base que o PRP, que dominou as cadeiras da Assembleia, foi o mesmo que comandou uma campanha pela queda da monarquia, já que os rompimentos internos só se deram no final de 1911. Vale salientar que, qualquer apoio popular às causas do movimento até sua chegada ao poder, no 5 de outubro, se deu com base nas propostas de 1891 veiculadas através de propaganda por todo o Portugal.

O primeiro ponto a ser questionado é justamente aquele que mais se destacou no Programa de 1891: a liberdade. O conceito, sintetizado no ideal de isonomia do Estado, buscando garantir a autonomia individual, foi completamente abandonado pelo governo republicano já em princípios do regime. Ao excluir da Constituição o sufrágio universal, um dos três pilares da isonomia apregoada pelo PRP, demonstrou-se a falta de compromisso dos deputados com sua própria agenda. Sabemos que a lamentável prática de descumprir as promessas é comum entre os governos, mas vale ressaltar que a liberdade e a isonomia caracterizavam ideais norteadores de todo o projeto político do partido. Tendo abandonado parte fundamental do Programa, o PRP deu mostras, ainda em seus primeiros passos no poder, que havia abandonado qualquer vínculo com os ideais que o alçaram ao comando do país. Garantia, assim, os interesses exclusivistas de seus membros e uma fraudulenta forma de manutenção de seu poderio. Demonstrava, já em seu primeiro ano, que o regime mantinha o mesmo caráter autoritário da Monarquia, já que a liberdade, grande divisor entre ambas, acabava por ser também cerceada.

Ao continuar a leitura do Manifesto-Programa seguem outras incompatibilidades. No tocante às liberdades civis, alguns pontos importantes tiveram aplicação reduzida. A questão dos incultos suscitou-se na Assembleia. No entanto, sua plena utilização passava por sobre diversos interesses e acabou por ficar aquém do elaborado, com diminuição de 37,5% para 17,3% em finais do governo⁴⁸⁷. O desenvolvimento de associações cooperativas de consumo, produção, edificação e crédito teve destino similar. Dentre as propostas de incentivo debatidas pelos deputados, nenhuma propôs que o Estado arcasse com um fundo inicial. Deixou-se que a questão tivesse um reconhecimento público, mas dependesse exclusivamente da iniciativa privada, indo contra o objetivo inicial.

⁴⁸⁷ LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e. Estatística e Produção Agrícola em Portugal (1848-1914). *Análise Social*, vol. XXXIII (149), nº 5, p. 935-968, 1998.

A agenda sobre as liberdades políticas, no entanto, apresentou o maior número de propostas preteridas. Principiava o artigo pela garantia, reforçada, do sufrágio universal. Esta, como já abordamos, acabou claramente rejeitada pelos políticos que a propuseram. Também a descentralização administrativa acabou abandonada. O governo do PRP mostrou-se centralizador, com um Estado forte, detentor de todas as esferas de poder que pôde garantir o controle. Por fim, mas não menos importante, o “direito de resistência aos atos ofensivos das leis” e a “liberdade de associação, reunião e representação”, ficaram garantidos pela constituição. Mas a prática destes princípios se mostrou diferente.

O aparelho repressor do Estado republicano acabou por ser tão grande, ou até maior que o monárquico, como se pôde perceber pela forma com que se trataram as greves e manifestações⁴⁸⁸. Para além do exército, a Guarda Republicana, a Carbonária, os batalhões de voluntários, atuaram como milicianos violentos e intolerantes com qualquer perturbação da ordem pública. Grevistas foram tratados como inimigos da pátria. Durante os conflitos no campo, como poderemos ver a seguir, as associações de trabalhadores rurais foram prontamente fechadas e os manifestantes impedidos de se reunir e ameaçados de prisão, espancamento ou perseguição pelos grupos armados⁴⁸⁹.

Assim, podemos também repensar a tese defendida por Teresa Nunes que, analisando as questões trabalhistas na Assembleia Constituinte, postulou que a República cumpriu um conjunto de promessas feitas no Manifesto-Programa, não se encontrando alheia à crise do trabalho em Portugal⁴⁹⁰. Tal abordagem, apesar de válida e comprovável, não compreende, a nosso ver, a realidade e a totalidade da questão. Os deputados do PRP, de fato, percebiam as questões trabalhistas e as inseriram no Manifesto-Programa, assim como em pontos da Constituição, vide a regulamentação dos acidentes de trabalho e outras legislações. No entanto, ao mesmo tempo em que cumpriram algumas agendas, abandonaram outras de igual importância.

As possíveis soluções da crise do trabalho, quando vieram, foram restritas e abordaram majoritariamente as classes industriais e urbanas, ignorando a massa rural que sustentava boa parte da economia nacional. E mais, o proletariado no período, mesmo quando contemplado pela legislação, mostrou nas ruas que apesar de percebida, a crise não foi, nem de perto,

⁴⁸⁸ PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 477-511, 1983; CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

⁴⁸⁹ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op. cit.*; CABRAL, Manuel Villaverde. *op. cit.*; PEREIRA, José Pacheco. As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), n.º 1.º-2.º, p. 135-156, 1980.

⁴⁹⁰ NUNES, Teresa. A construção do Estado republicano e a “crise de trabalho” na Assembleia Nacional Constituinte (1911). *História (São Paulo)*, Vol. 33, n.º 2, p. 273-287, 2014.

solucionada. O governo, ao invés de repensar a questão optou por silenciar os trabalhadores, que se apartaram do regime ainda nos primeiros anos⁴⁹¹. Também salientamos que a imagem do agricultor como salvador nacional, que a autora alega ser apresentada pela Constituinte⁴⁹², de fato existiu, mas apenas como idealização e artifício retórico, não como o norteador da prática legislativa que se fazia parecer.

Concluimos, portanto, que o PRP, desde seu manifesto, não era alheio à situação nacional. Pretendeu-se inovador, pautado na liberdade e atento aos problemas do proletariado. Porém, chegando ao governo, acabou por cumprir apenas parte da antiga agenda, ignorando importantes pontos de seus próprios ideais e tornando-se tão autoritário, fraudulento, excludente e centralizador quanto alegava ser o regime anterior. O agricultor foi relegado ao papel de “ignorante”, que precisava ser doutrinado. Das classes trabalhadoras só serviam as subservientes, pois as que se revoltassem eram tratadas como inimigos da pátria, incompreensíveis que seriam da grandeza do que se estava fazendo pela nação. Assim, concluimos que o PRP e a Assembleia Constituinte, quando levaram à legislação promessas anteriores, o fizeram muito aquém do prometido. Também, caso tenham percebido as querelas do proletariado, prontamente fizeram vistas grossas às mesmas. Por fim, se pretenderam ser a representação do conceito liberdade e isonomia, apregoado por eles mesmos, falharam quase que por completo.

AS CONSEQUÊNCIAS DOS DEBATES

Perante as diretrizes adotadas pelos deputados da Assembleia Nacional Constituinte, se criaram as bases da legislação portuguesa. É possível afirmar que foi através de suas políticas públicas que se ditaram e organizaram os diferentes setores do país. Assim, pautados nestas informações, podemos entender como se compôs o quadro econômico e social da República. Em específico, no referente a nosso objeto de estudo, é possível traçar um panorama acerca da situação dos trabalhadores rurais nos anos que se seguiram às mudanças do regime.

Meses após a proclamação da República, já em meio aos trabalhos da Assembleia Constituinte, os rurais perceberam que nada tinha mudado. Após anos de propaganda culpando a monarquia pelos males que se abatiam sobre o campo, os republicanos não haviam

⁴⁹¹ CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

⁴⁹² NUNES, Teresa. A construção do Estado republicano e a “crise de trabalho” na Assembleia Nacional Constituinte (1911). *História (São Paulo)*, Vol. 33, nº 2, p. 273-287, 2014.

ainda se voltado aos problemas do mesmo⁴⁹³. Neste contexto, muitos trabalhadores se indignaram com o novo regime, que nada lhes trazia de mudanças. Assim surgiram as manifestações⁴⁹⁴. Os movimentos grevistas de 1911 começaram com alguns casos isolados para depois, em pouco tempo, espalharem-se por todo Alentejo e Ribatejo, tratando de tornar visíveis os homens da província. Não era a primeira vez que os rurais tomavam parte ou lideravam grandes movimentos populares⁴⁹⁵. Porém, as reivindicações haviam mudado, tomando caráter econômico e denunciando a carestia da vida do campo.

Foi no inverno de 1910, cercado de miséria, que os trabalhadores começaram a receber notícias da proclamação da República⁴⁹⁶. Com o passar dos meses, notando que nada se alterara, surgiram movimentos revoltosos isolados. Quando chegou o verão de 1911, período das ceifas, as reivindicações tiveram seu auge⁴⁹⁷. Houve duas diferentes frentes de atuação, uma no Alentejo e outra no Ribatejo. Ambas, em comum, defendiam as causas mais urgentes aos trabalhadores rurais: melhorias salariais, que colocassem fim aos tempos de carestia; prioridade para a contratação dos homens do próprio concelho; e restrição aos maquinários agrícolas⁴⁹⁸. Não se viram discursos de reforma agrária, mostrando o caráter proletário e trabalhista do movimento⁴⁹⁹.

Também é válido ressaltar que tais demandas não foram fruto de vastos debates entre os grevistas, mas da precariedade nas condições de trabalho, muito comum às diversas localidades⁵⁰⁰. No entanto, dentre as manifestações, encontravam-se algumas peculiaridades. O Ribatejo, terra onde já haviam ocorrido conflitos de menor dimensão, mas de igual propósito, as reivindicações foram mais restritas, com valores financeiros que ambas as classes pudessem se comprometer⁵⁰¹. Já no Alentejo, onde o trabalhador sempre fora mais tradicional e menos reivindicativo, exigiu-se grandes alterações salariais, rapidamente aceitas por produtores intimidados⁵⁰².

Viram-se no período que eram intensas as disputas e ameaças de ambos os lados. A organização, que surgiu quase repentinamente, levou diversos observadores à província. Um

⁴⁹³ PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 477-511, 1983.

⁴⁹⁴ COUTINHO Jorge. In: BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.

⁴⁹⁵ Os maiores sendo a Maria da Fonte e a Patuléia. Vide: TENGARRINHA, José. *Movimentos populares Agrários (1751-1825)*. Lisboa: Europa-América, 1995. 2 vols.

⁴⁹⁶ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op.cit.*

⁴⁹⁷ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op.cit.*

⁴⁹⁸ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op.cit.* p. 488.

⁴⁹⁹ CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000. p.245.

⁵⁰⁰ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op.cit.* p. 493.

⁵⁰¹ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op. cit.*

⁵⁰² PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op.cit.*

deles, o sindicalista Jorge Coutinho, atentou para o fato de que eram nas praças públicas, onde ocorriam os já referidos “leilões de carne”, que tiveram lugar as principais manifestações⁵⁰³. Os revoltosos chegavam a fechar as saídas para as propriedades, a fim de que ninguém “furasse” a greve⁵⁰⁴. Os que tentavam fazê-lo eram tratados com violência. Em Évora, chegou-se ao ponto de surgir uma guerrilha⁵⁰⁵. Também Pacheco Pereira, aponta que eram recorrentes as ameaças de incêndio por parte dos grevistas⁵⁰⁶. A situação ameaçava ainda mais os proprietários, que já arcavam com os prejuízos do atraso nas colheitas. O furor foi tamanho que muitas das propostas envolvendo os trabalhadores rurais, feitas na Assembleia Constituinte, tiveram como preocupação sanar as reivindicações grevistas.

Entretanto, tão rápido como vieram, os movimentos se dissiparam perante as conquistas alcançadas. Para além dos salários, diversas localidades conseguiram mudanças como o maior uso de trabalhadores locais em detrimento de migrantes e a promessa de mais empregos e menor sazonalidade⁵⁰⁷. No entanto, nos meses seguintes, a Guarda Nacional Republicana passou a ocupar a província⁵⁰⁸. Assim, mais seguros, os proprietários passaram a declinar em suas promessas de melhorias, em específico no Alentejo. Isso levou os trabalhadores a organizarem um segundo movimento, para fazer valer as mudanças anteriormente conquistadas⁵⁰⁹. Porém, o governo considerou o movimento como traidor da pátria e usou de larga violência contra os manifestantes. Esta postura encontrava respaldo em declarações como as de Afonso Costa, que não se continha em dizer que reformas sociais, em um país tão atrasado, resultariam em uma ainda maior desorganização⁵¹⁰.

Em princípios de 1912, o cenário alentejano estava repleto de violência e brutalidade. A maneira como os republicanos conduziram a situação causou repulsa na maior parte dos jornais da época⁵¹¹. Para dar fim às greves e agradar aos proprietários, foram designados até batalhões de voluntários, radicalizando a repressão. As medidas iam contra a lei de greve proclamada pela própria República. As associações de trabalhadores, então requisito para a

⁵⁰³ COUTINHO Jorge. In: BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.

⁵⁰⁴ CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

⁵⁰⁵ CABRAL, Manuel Villaverde. *op. cit.*

⁵⁰⁶ PEREIRA, José Pacheco. As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), n.º 1.º-2.º, p. 135-156, 1980.

⁵⁰⁷ CABRAL, Manuel Villaverde, *op. cit.*

⁵⁰⁸ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op. cit.*

⁵⁰⁹ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *op. cit.*

⁵¹⁰ CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. vols. I e II, Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.

⁵¹¹ PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 477-511, 1983.

manutenção da greve, foram imediatamente fechadas. Nem o apoio dos operários urbanos fez diferença no cenário.

Para justificar suas ações, o governo acusava os grevistas de estarem conspirando com os adeptos da monarquia, para abalar o regime. A questão, que envolvia demandas econômicas antes prometidas pela República, tornou-se social, apartando o povo do regime. Aos trabalhadores revoltosos, pouco havia para fazer. Já não tinham mais o fator surpresa, nem estavam em tempos de ceifas. As poucas melhorias alcançadas foram bastante inferiores às acordadas anteriormente. Por sua vez, o governo deixava claro quais eram seus meios de ação e sua orientação econômico-social⁵¹².

Para além das questões do proletariado, outras facetas apontam para a não valorização do meio rural por parte dos republicanos. Ao observarmos os dados de Lains, podemos comparar os avanços e entraves da agricultura portuguesa no período⁵¹³. A falta de investimentos e a legislação deficiente fizeram com que os gêneros agrícolas caíssem de produção, quando comparados os últimos anos da monarquia⁵¹⁴ aos primeiros anos da república⁵¹⁵. O trigo, fundamental para o equilíbrio orçamentário nacional, sofreu queda de 15% no período. O mesmo ocorreu com a carne⁵¹⁶ e o vinho⁵¹⁷. Já o milho – cujos dados constam completos apenas entre 1909-1910 e 1914-1915 – apresentou valores 43% mais baixos. Apenas a cortiça teve aumento de 11% em sua produção⁵¹⁸. As estatísticas apresentadas mostram a ineficiência dos republicanos em tratar da economia rural com sua devida importância, o que contribuiu com os sucessivos balanços negativos que se apresentaram até 1926⁵¹⁹.

Outro grande projeto da República também acabou ficando muito aquém do que se esperava. Excluídos os analfabetos do recenseamento, os governistas prometeram foco maior na erradicação desta questão em Portugal. No entanto, o que se viu foi um decréscimo de 5% no analfabetismo entre 1910 e 1920⁵²⁰. A justificativa foi de que havia falta de profissionais

⁵¹² PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 477-511, 1983.

⁵¹³ LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e. Estatística e Produção Agrícola em Portugal (1848-1914). *Análise Social*, vol. XXXIII (149), n.º 5, p. 935-968, 1998.

⁵¹⁴ Contam-se os anos entre 1906 a 1910, sendo incluso este último por conta de a República ter sido proclamada apenas em Outubro, enquanto o ano agrícola fecha em Setembro.

⁵¹⁵ Contam-se os anos entre 1911 e 1915.

⁵¹⁶ Queda de 9,4%.

⁵¹⁷ Queda de 13%.

⁵¹⁸ LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e. *op. cit.*

⁵¹⁹ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria F. (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta Da China, 2009.

⁵²⁰ FERRAZ, José M. O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*, Vol. XI (2.º-3.º), n.º 42-43, p. 454-471, 1975.

que se dispusessem a trabalhar fora dos grandes centros, indo habitar as longínquas localidades da província. Nem mesmo o ensino técnico sofreu grandes alterações. Uma das esperanças para a agricultura nacional era formarem-se especialistas no setor, a nível superior. Mas os institutos agrícolas diplomaram não mais de 5 mil pessoas em toda a república⁵²¹. A nosso ver, outro sinal do descaso que se impôs ao campo. O ensino industrial e comercial, já mais valorizado pelo regime, formou mais de 130 mil pessoas no mesmo período⁵²².

As únicas mudanças que se puderam ver na educação foram mesmo no sentido da laicização do ensino. Perante as reformas da época, pretendia-se formar um cidadão positivo, amante da República e de seu país⁵²³. Substituíram-se os ídolos católicos pelos “grandes homens” de Portugal⁵²⁴. A única forma de ter os direitos respeitados, como mostrava o educador republicano João de Barros, era através da consciência cívica, advinda da educação básica⁵²⁵. Expressava-se, assim, a ideologia dos governantes de que não haveria cidadãos, sem que houvesse a devida instrução. Endossavam o culto à pátria, o respeito às leis e a moral da energia, pelo qual todos deveriam ser incentivados a valorizar o esforço próprio. Assim, pretendiam tornar as crianças nostálgicas quanto ao passado da República e aliados dela em um futuro próximo. Incutir a eles a noção de que poderiam ser os próximos heróis da pátria⁵²⁶.

O que ocorreu na Constituinte e nos anos que se seguiram pode ser considerado como mostra do esquecimento que se abateu sobre uma parcela populacional com grande potencial para o fomento da nação. Assim, podemos considerar como proféticas as palavras que Leon Poincard escreveu sobre a República em um apêndice, datado de 1913, de seu livro *Portugal Ignorado*. Sendo um defensor das causas rurais e tendo percorrido a extensão nacional em suas pesquisas, o sociólogo francês, ao tratar da Constituição e da legislação aprovadas em 1911, postulava que:

A constituição de 1911, considerada sob o ponto de vista puramente teórico, parece aceitável; de resto ela não passa de um documento copiado de modelos conhecidos e não fundado nas necessidades reais do país. [...] Como já dissemos, esta constituição conserva um caráter artificial e incompleto por não ter sido estabelecida sobre um bom regime de administração local. [...] Dá ao poder político uma autoridade demasiada pela excessiva centralização, e ao mesmo tempo expõe-no a influências anárquicas, submetendo-o ao domínio direto dos partidos. Os quais partidos não passam de fracções de

⁵²¹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

⁵²² MARQUES, A. H. de Oliveira. *op. cit.*

⁵²³ PINTASSILGO, Joaquim. A República e a educação: do ideal às realizações. *A República e a educação: do ideal às realizações*, Setúbal: Gi.COM-IPS, 2009. p. 25-37.

⁵²⁴ NUNES, Teresa. A construção do Estado republicano e a “crise de trabalho” na Assembleia Nacional Constituinte (1911). *História (São Paulo)*, Vol. 33, nº.2, p. 273-287, 2014.

⁵²⁵ BARROS, João de. *Educação e democracia*. s.e., 1916.

⁵²⁶ NUNES, Teresa. *op. cit.*

uma só seita, porquanto houve o cuidado de afastar das Camarás os homens dos antigos agrupamentos, até mesmo os aderentes, cuja concorrência acharam de boa política evitar. E d'aqui resulta que o governo está sendo exclusivo monopólio dos representantes d' uma minoria da nação. [...] Uma situação d'estas é anormalíssima, fazendo sempre prevalecer os interesses exclusivistas sobre o interesse geral. O país não pôde deixar de se ressentir profundamente d' um sistema que é radicalmente falso e contrario às leis sociais. D'aqui resultará necessariamente uma política mesquinha, abusiva e tão estéril como a dos antigos partidos rotativos. As mesmas causas produzirão, aqui como em toda a parte, os mesmos efeitos. [...] Foi o abuso da política que tolheu os movimentos aos governos monárquicos, e o mesmo há de suceder ao regime atual, permanecendo o país numa situação angustiosa, enquanto que as classes dirigentes procurarão, para o salvar, mais as lutas estéreis da política do que as fontes benéficas e fecundas do trabalho⁵²⁷.

Concluimos então que a República não apresentou as características de ruptura que havia prometido. Não foi realmente progressista, abandonando pretensos ideais de melhorias sociais e econômicas⁵²⁸. Representou a continuidade de uma série de artifícios ilegítimos para sua manutenção no poder: como fraudes e práticas clientelistas baseadas nos caciques. Prosseguindo com velhos hábitos e exclusões, frustrou expectativas de muitas populações que a apoiaram. No entanto, não foi totalmente conservadora. Foi capaz de fazer alterações no cenário político nacional que, para bem ou mal, aproximaram o país de diretrizes que se estavam em voga no período⁵²⁹. Seu erro, no entanto, foi não saber alias tais tendências às peculiaridades de Portugal⁵³⁰. Por essa conjuntura de fatores, acabou enfraquecida, deslegitimada e, por fim, derrubada.

⁵²⁷ POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912. p. 279-281.

⁵²⁸ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

⁵²⁹ LOPES, Fernando Manuel Farelo. *op. cit.*

⁵³⁰ POINSARD, Léon. *op. cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do republicanismo teve início já na Monarquia Parlamentar. Nascido dentro de um contexto internacional, os republicanos, agregados sob a sigla do Partido Republicano Português (PRP), souberam aproveitar da crise de legitimação que recaiu sobre a coroa e seu governo em finais do século XIX. Através da propaganda, imputaram aos monarcas a culpa dos males que se abatiam sobre a nação, utilizando-se da instabilidade do regime e de questões políticas que feriam o sentimento nacional, como o Ultimato inglês de 1890.

Conquistaram adeptos tanto por seu programa de governo, com promessas de liberdade e democracia, como por ser a única alternativa de fato, em um sistema, até então, dominado por partidos monárquicos que pouco diferiam entre si. O republicanismo tornou-se assim uma esperança messiânica, agregando as expectativas de reformas políticas e sociais necessárias para o ressurgimento de Portugal enquanto potência. Quando seus ideais já haviam se espalhado pelos grandes centros portugueses, os defensores da causa da República foram à luta. Sua chegada ao poder ocorreu através de uma revolução, nas cidades de Lisboa e do Porto, a 5 de outubro de 1910. Já bastante inseridos na mentalidade política dos núcleos urbanos e de algumas partes da província, não tiveram grandes problemas em depor a desacreditada monarquia.

Muito cedo, porém, o povo português percebeu que a mera mudança de regime não alteraria a situação do país. O Partido Republicano descumpriu grande parte de seu programa democrático e não levou à prática o voto universal, do qual era tão ávido defensor. A província, a princípio, mal teve notícias da mudança de sistema político. Cresceu a “adesivagem” – fenômeno de aderência dos antigos funcionários e caciques monárquicos ao novo partido predominante, a fim de manterem seus cargos. Assim, desiludiram-se os republicanos “históricos”. Seriam os primeiros frustrados com o regime, mas não os últimos. Logo surgiram as primeiras divergências internas. O PRP rompeu-se em três partidos menores: os Democráticos, de Afonso Costa, os Evolucionistas, de António José de Almeida e os Unionistas de Brito Camacho. Ainda assim, a República conquistou o reconhecimento das nações estrangeiras e alcançou certa segurança interna. Porém, isto veio a custos altos, já que o governo impunha o medo como forma de garantir a autoridade. O fazia através da Guarda Republicana e de suas forças paramilitares, das quais a Carbonária era o principal expoente.

Radicalizando sua maneira de governo e de controle nacional catalisou oposições na mesma medida. Primeiro dos monárquicos, com Paiva Couceiro, que conspiravam e preparavam incursões vindas do norte do país e da vizinha Espanha. Depois, conquistou o repúdio do clero e de seus defensores com a Lei de Separação do Estado e da Igreja, levada a cabo com diversos abusos de poder. Por fim, as camadas trabalhadoras, igualmente ignoradas em suas demandas, faziam-se ouvir através de greves e manifestações, cada vez mais recorrentes.

O sistema político abriu espaço para uma intermitente instabilidade que acabou mesmo por lembrar a Monarquia Parlamentar. O descrédito do regime após sua instauração deveu-se principalmente a quatro fatores: às políticas públicas impopulares e incompatíveis com o cenário português; ao demasiado extremismo e radicalismo do PRP; à continuidade das práticas clientelistas, acolhendo os antigos caciques monárquicos; e ao não cumprimento do programa político, veiculada em propagandas nos tempos de oposição. Tal crise de legitimidade fragilizou o poder público, agravando os questionamentos à capacidade governativa do mesmo.

Um dos grupos que rapidamente se mostrou insatisfeito foram os trabalhadores rurais, foco do nosso trabalho. Já nos primeiros anos da República, manifestaram-se em revoltas que se espalharam por todo o Portugal, mas que tiveram mais força no Ribatejo e Alentejo. Em suas reivindicações, constava a melhora nas condições de trabalho, dos vencimentos e do custo de vida. Eram motivados pela decepção que se abateu, ao perceberem que a República, messianicamente, não lhes traria nada de novo. Endossaram então a lista dos descontentes com o novo regime, levando suas bandeiras a serem mais vistas pelas classes políticas, afrontando a situação que lhes impunha a burguesia rural.

A compreensão das querelas rurais e de como a República lidou com elas passa obrigatoriamente pela observação do lar destas camadas: a província portuguesa, majoritariamente composta de explorações agrícolas. Nelas, seja por iniciativa própria ou assalariada, se empregava a maior parte da população. Havia certa heterogeneidade na forma como isso ocorria. Na região litorânea predominavam pequenas propriedades, onde rurais, sem os necessários capitais e conhecimentos, extraíam o que podiam da terra, tentando dela sobreviver. Já as grandes explorações, predominantes no Alentejo, apresentavam maior rentabilidade graças aos grandes fundos que ali se investiam. Ali os níveis de produção, mesmo ainda muito defasados em relação ao restante da Europa, apresentavam os maiores índices do país. Para manter estas explorações, seus proprietários recorriam às massas de proletários rurais, advindas das vilas e aldeias que se aglomeravam ao redor destas terras.

Portanto, de maneira geral, Portugal apresentava grande variação no tamanho das propriedades, apenas os problemas de infraestrutura eram basicamente os mesmos.

O distanciamento das grandes cidades, onde se tomavam as decisões políticas, já impunha certo esquecimento às causas do campo. Saindo dos grandes centros, existiam não mais que raras e inadequadas estradas que seguiam para o interior. Sendo o povo ali, em sua maioria, analfabeto, os jornais se tornavam ineficientes e as notícias também tardavam a chegar. Para além destes, podemos citar ainda diversos outros problemas como: a falta de irrigação; a susceptibilidade às influências caciquistas dos grandes proprietários; extensões de terrenos incultos; dificuldades no transporte de cargas; e ineficácia no refino de produtos. Assim, havendo tanto por se fazer e sendo a província tão apartada dos grandes centros, era difícil de imaginar que o governo fosse investir nas melhorias tão necessárias para o aumento da produção.

Apesar da situação de quase abandono político, o campo constituía a base da economia portuguesa. Não se atingia um balanço econômico favorável sem contar com as altas exportações de produtos primários. Havia muita demanda dos produtos nacionais, no entanto, para supri-la adequadamente, eram necessárias mudanças e melhorias no país, que ultrapassavam a questão da infraestrutura. Era fundamental qualificar o produtor: seja o lavrador, seja o trabalhador. Para isso, o sociólogo Poinard chegou a propor que se construíssem granjas-escolas, com uma educação técnica e prática, voltada a ensinar as novas técnicas agrícolas. Apontou, ainda, para as vantagens possíveis da disseminação das associações, tanto agrícolas quanto rurais. Porém, nada de muito significativo foi feito em tempos monárquicos. Já na República, muito se prometeu sobre estes temas, mas pouco se cumpriu, como se pode perceber pela queda nas produções agrícolas durante seu período.

Neste contexto, o que se via era uma terra subutilizada e uma população que, dela dependendo, ficava à mercê de qualquer acaso. As camadas rurais dividiam-se em quatro segmentos: proprietários fundiários, rendeiros capitalistas, pequeno campesinato e assalariado agrícola. Destes, os dois primeiros se caracterizavam enquanto patrões, que se opunham em interesses aos dois últimos, que compunham a enorme massa de proletariado e semiproletariado agrícola, explorados nas relações de produção.

Estes grupos prejudicados acabavam habitando as aldeias e vizinhanças rurais e, apesar do sentimento comunitário, sofriam para subsistir quando vinham tempos de escassez e desemprego. Muitos rurais eram levados a se empregar em obras públicas, minas de carvão e indústrias urbanas, a fim de tentar fugir da carestia. Outros, com ainda menos perspectiva de crescimento local, embarcavam para o além-mar, cujo principal destino era o Brasil. Para os

que ficavam, restavam baixos salários, produções ruins e até mesmo a fome. Por conta disto, alguns acabavam recorrendo ao crime para complementar as finanças familiares.

Importante ressaltar, no entanto, que tais grupos não eram completamente passivos à sua situação de exploração. No Ribatejo, grupos de trabalhadores rurais mantinham manifestações recorrentes contra os excessos dos patrões. No século XIX, revoltas na província, com ampla participação de tais grupos, abalaram o cenário nacional, com destaque para a Maria da Fonte. Quando ameaçadas algumas populações também reagiam de forma violenta e criminosa, com incêndios e assaltos às grandes propriedades.

Em princípios do século XX, os rurais acreditaram ser a mudança de regime, apregoada pelos propagandistas do PRP, capaz de salvá-los de sua situação precária. Assim, depositaram suas esperanças nos novos líderes. Estes, porém, não apresentaram nenhuma solução imediata. Frustrados, os trabalhadores desenvolveram uma organização para, enfim, defenderem a si próprios. Enquanto isso, em junho de 1911, iniciavam-se os trabalhos da Assembleia Constituinte, para elaboração da legislação da República. Sua importância residia no fato de que estava se debatendo ali o que os deputados entendiam como os problemas a serem solucionados pelo regime. Em julho, transcorridas boa parte das reuniões desta instituição, e vendo que nada se alterara, os trabalhadores rurais proletários e semiproletários foram à luta. Com grande foco no Ribatejo e Alentejo tiveram início as greves rurais. As manifestações variaram em grau de violência e exigências, mas focaram nas melhorias de condições para as populações mais exploradas. Fizeram-se ouvir e tais movimentos foram importantes para suas causas, ainda que tenham sido prontamente erradicados pela promessa de atendimento das demandas ou pela repressão.

Uma das principais consequências do movimento foi que a maior parte das discussões na Assembleia Constituinte, envolvendo os trabalhadores rurais, citou a greve, demonstrando preocupação apenas em criar propostas para solucionar o movimento. Nossa expectativa, ao analisar a instituição que legislava pela primeira vez os rumos da nação, era de encontrar diversos debates incluindo a camada profissional majoritária do país. No entanto, podemos dizer que apesar de não ter havido total silêncio por parte dos deputados, se considerarmos a importância numérica e econômica destes trabalhadores, pouco se propôs.

O número de projetos e discussões que envolviam estas camadas foi reduzido em relação a outras questões. Acreditamos que isto ocorreu devido a fatores como: a ignorância de alguns deputados acerca das questões que competiam a estas populações; a noção de que melhorias na situação dos mesmos acarretariam em um aumento de custos para os lavradores e uma consequente inflação nos preços dos gêneros alimentícios, já em crise; a crença de que

reformas sociais se dariam, mas não nos primórdios do regime e sim quando sua posição financeira se tivesse estabilizado; a tendência a ver nas classes urbanas e no fomento à indústria a real salvação para o atraso econômico de Portugal; a falta de uma maior postura reivindicativa das camadas rurais em relação à sua situação; e, ainda o interesse dos caciques na manutenção das brechas na lei, para que eles pudessem manter sua influência clientelista sobre tais povoados. Sublinhamos que esperar uma postura mais incisiva por parte dos políticos não seria um anacronismo. Autores como Leon Poinard, Basílio Teles, José Picão e outros já apontavam o melhor aproveitamento destas camadas como um ponto chave para a agricultura e economia nacional.

Tratando de forma mais específica, os projetos voltados ao trabalhador rural vieram no sentido de: incentivar o associacionismo e a organização econômica dos mesmos; criar escolas de fomento agrícola, com ensino técnico específico; utilização sazonal de seus serviços em obras públicas; ou, ainda, melhorar a infraestrutura da província para beneficiar toda a agricultura. Importante, também, salientar que nem todas as referências aos trabalhadores rurais constaram em temas tocantes a eles. Muitas vezes, a camada mais numerosa do país foi usada como recurso argumentativo, por alguns deputados, para defender pontos que nem sempre tinham muita ligação com a mesma. Outra questão a se destacar foram os “silêncios” da Assembleia: discussões em que os rurais eram parte interessada, mas não foram mencionados, como a lei sobre acidentes de trabalho, que contemplou apenas os operários urbanos.

Concluimos, perante o que foi aqui analisado, que os trabalhadores rurais não eram prioridade para a Assembleia Nacional Constituinte e os políticos republicanos. O foco das poucas políticas trabalhistas no período recaiu sobre do operariado urbano, fruto de um governo pautado nos grandes centros. A desvalorização da massa proletária e semiproletária dos campos portugueses ajudou a compor um cenário de deslegitimação política da República e do PRP, já em seus primeiros anos. Endossamos, portanto, a tese de que o regime implantado em 1910 acabou seguindo os caminhos de seu predecessor no que se refere a diversas políticas, em especial a trabalhista rural. Novos rumos, velhos hábitos, talvez por isso, seu destino tenha sido o mesmo de seu predecessor.

FONTES

AUTORES CONTEMPORÂNEOS

- AGOSTINHO, José. *Galeria Republicana I: Dr. Antonio José d'Ameida*, Lisboa: Typographia Bayard, 1906.
- BARROS, João de. *Educação e democracia*. s.e., 1916.
- BARROS, João de. *A República e a Escola*, s.e., Lisboa, 1914.
- FERREIRA, Cap. Menezes. *João Ninguém: Soldado da Grande Guerra, Impressões Humorísticas do C.E.P.*, 1917-1918.
- COSTA, Afonso; ALMEIDA, António José de. *Ultimatum: Folhetim Acadêmico*, Coimbra, 1890.
- DESCONHECIDO. *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa: Ferreira Ltda. Editores, 1911.
- DESCONHECIDO. *Eccos da Revolução*. Lisboa: Typographia Almeida & Machado, 1910.
- DESCONHECIDO. *Historia da revolução: fielmente descripta: 5 d'outubra* Lisboa: Typographia Eduardo Roza, 1910.
- INSO, Egydio Rijo. *A Associação na Agricultura*. Lisboa: Imprensa Manuel Lucas Torres, 1911.
- NASCIMENTO, Adriano do (dir.). *Almanach da República*. Coimbra: O Reclamo, 1913.
- MACHADO, Bernardino. *Da monarchia para a república*. Coimbra: Typographia França Amado, 1905.
- PICÃO, José da Silva. *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-aletejanos (concelho de Elvas)*. 2.^a Ed., Lisboa: Neogravura, 1947.
- POINSARD, Léon. *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*. Porto, Magalhães e Moniz, 1912.
- REDOL, Alves. *Gaibéus*. Caminho, 1939.
- TELES, Basílio. *Carestia da vida nos campos : Cartas a um lavrador*. Porto; Edição Lello & Irmão, 1904.
- VELLOSO, Rodrigo. *Perfis Forenses: Dr. Affonso Costa*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1911.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Atas da Assembleia Nacional Constituinte (1910-1911)

- DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População de Portugal (1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.
- DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População de Portugal (1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro Tavares de. Comportamentos eleitorais em Lisboa, (1878-1910). *Análise Social*, Vol. XXI (1.º), n.º 85, p. 111-153, 1985.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos. Os Deputados da 1ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, Vol. 27, p. 399-417, 2006.
- AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAIÃO, Manuel (ed.). *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Colibri, 2004.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução a História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- BARRETO, José. Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911). *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 523-540, 1984.
- BRANDÃO, Maria Fátima. O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800-1900. *Análise Social*, Vol. XXVI (3.º-4.º), n.º 112-113, p. 613-628, 1991.
- BRANDÃO, Maria Fátima; FEIJÓ, Rui Graça. Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. *Análise Social*, Vol. XX (4.º), n.º 83, p. 489-503, 1984.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Sec. XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- CABRAL, Manuel Villaverde. Situação do operariado português, nas vésperas da implantação da República. *Análise Social*, Vol. XIII (2.º), n.º 50, p. 419-448, 1977.
- CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*. Vol. XVII, p. 163-194, 1999.
- CARVALHO, David Luna de. *Os Levantes da República 1910-1917*. Lisboa: Afrontamento, 2011.
- CATROGA, Fernando. A República Una e Indivisível. (No Principio era a Província). *Revista de História das Idéias*, Vol. 27, p. 171-249, 2006.
- CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, Vol. XXIV (1.º), n.º 100, p. 211-273, 1988.
- CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. vols. I e II, Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.
- COIMBRA, Artur Ferreira. *Paiva Couceiro e a Contra-Revolução Monárquica*. Braga: Universidade do Minho, 2000.
- CRISTO, Alexandre Homem. *O Conceito de „República” na Historiografia da I República portuguesa (1910-1926) desde 1974*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.
- DOMINGUES, Joaquim. Visão Messiânica do Advento da República. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga: Faculdade de Filosofia, Tomo XLVI, Fasc. 4, out. / nov., p. 479-512, 1990.

- ESTÊVÃO, João Antunes. A florestação dos baldios. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 1157-1260, 1983.
- FERRAZ, José M. O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*, Vol. XI (2.º-3.º), n.º 42-43, p. 454-471, 1975.
- FERREIRA, Maria F.S.M. Modernização e conflito no mundo rural do sec. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte. *Revista da Faculdade de Letras – História – Universidade do Porto*, n.º 5, p. 27-43, 2004.
- FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, João Ferreira de; CABRAL Manuel Villaverde. Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal. *Análise Social*, vol. XII (45), n.º 1, p. 41-63, 1976.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado, São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.
- GOMEZ, Hipólito de la Torre. *Conspiração contra Portugal 1910-1912*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- HERCULANO, Alexandre. A Emigração (1873-1875). *Opúsculos IV*. Lisboa, 1879.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Idéia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.
- JUSTINO, David. A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910 – algumas estimativas provisórias. *Análise Social*, Vol. XXIII (3.º), n.º 97, p. 451-461, 1987.
- LAINS, Pedro. Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada. *Análise Social*, Vol. XXII (2.º), n.º 91, p. 381-419, 1986.
- LAINS, Pedro. O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial». *Análise Social*, Vol. XXIII (3.º), n.º 97, p. 481-503, 1987.
- LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e. Estatística e Produção Agrícola em Portugal (1848-1914). *Análise Social*, vol. XXXIII (149), n.º 5, p. 935-968, 1998.
- LEAL, Ernesto Castro. *Partidos e programas - o campo partidário português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- LEAL, Ernesto Castro. Republicanismo e Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1911. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. vol. VII, n.º 20, Juiz de Fora, ago./nov., p. 4-18, 2012.
- LOPES, Fernando Manuel Farelo. A revista «Pela Grei» (doutrina e práticas políticas). *Análise Social*, Vol. XVIII (3.º-4.º-5.º), n.º 72-73-74, p. 759-772, 1982.
- LOPES, Fernando Manuel Farelo. Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República. *Análise Social*, Vol. XXVI (2.º), n.º 111, p. 401-415, 1991.
- LOPES, Fernando Manuel Farelo. *Poder e Caciquismo na I República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Almedina, 2009.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Col. Nova História de Portugal, v. 11).

- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. (Col. Nova História de Portugal, v. 9).
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Guia da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MARTINS, Conceição Andrade. Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, Vol. XXXII (3.^o), n.^o 142, p. 483-535, 1997.
- MARTINS, Fernando (coord.). *Diplomacia & Guerra: política externa e política de defesa em Portugal o final da monarquia ao marcelismo: actas do 1.^o Ciclo de Conferências*, Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- MARTINS, J. P. Oliveira. A emigração portuguesa. In: *Fomento rural e emigração* (1893). 3.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- MEDEIROS, Fernando. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. *Análise Social*, vol. XII (46), n.^o 2, p. 288-314, 1976.
- MEDEIROS, Fernando. Grupos domésticos e *habitat* rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34. *Análise Social*, Vol. XXIII (1.^o), n.^o 95, p. 97-116, 1987.
- MENDES, José M. Amado, Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e o suas repercussões no desenvolvimento (séc. XIX-XX). *Revista de História das Idéias*, Vol. 18, Coimbra, p. 187-229, 1996.
- MÓNICA, Maria Filomena, *A Queda da Monarquia: Portugal na Viragem do Século*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- MÓNICA, Maria Filomena. Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX. *Análise Social*. Vol. XVI (3.^o), n.^o 63, p. 499-518, 1980.
- MOORE JR., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.
- NUNES, Teresa. A construção do Estado republicano e a “crise de trabalho” na Assembleia Nacional Constituinte (1911). *História (São Paulo)*, vol. 33, n.^o 2, p. 273-287, 2014.
- PEREIRA, Ana Paula de Brito. As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*, Vol. XIX (3.^o-4.^o-5.^o), n.^o 77-78-79, p. 477-511, 1983.
- PEREIRA, José Pacheco. As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), n.^o 1.^o-2.^o, p. 135-156, 1980.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- PINTASSILGO, Joaquim. A República e a educação: do ideal às realizações. *A República e a educação: do ideal às realizações*. Setúbal: Gi.COM-IPS, p. 25-37, 2009.

- PINTO, António Costa. Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República. *Penélope*, n.º 19-20, p. 43-70, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (Col. História de Portugal, v. 6).
- RAMOS, Rui. *D. Carlos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- RAMOS, Rui. João Franco: uma educação liberal (1884-1897). *Análise Social*, Vol. XXXVI (Outono), n.º 160, p. 735-766, 2001.
- RAVARA, António Pinto. A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930). *Análise Social*, Vol. XXIV (4.º-5.º), n.º 103-104, p. 1161-1184, 1988.
- REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- REIS, Jaime. A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, Vol. XXIII (2.º), n.º 96, p. 207-227, 1987.
- REIS, Jaime. A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice. *Análise Social*, Vol. XXII (5.º), n.º 94, p. 903-928, 1986.
- REIS, Jaime. Aspectos da história monetária portuguesa da segunda metade do século XIX. *Análise Social*, Vol. XXIX (1.º-2.º), n.º 125-126, p. 33-54, 1994.
- REIS, Jaime. Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930. *Análise Social*, Vol. XVIII (2.º), n.º 71, p. 371-433, 1982.
- REIS, Jaime. O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, Vol. XX (1.º), n.º 80, p. 7-28, 1984.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, 1995.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria F. (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta Da China, 2009.
- RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SÁ, Vítor de. Projectos de reforma agrária na I República. *Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, p. 591-610, 1983.
- SERGIO, António. *Ensaio – Tomo II*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.
- SERRA, João B. Elitês locais e competição eleitoral em 1911. *Análise Social*, Vol. XXIII (1.º), n.º 95, p. 59-95, 1987.
- SILVA, Armando B. Malheiro da. A escrita (vária) da história da I República Portuguesa. *Ler História*, n.º 38, p. 197-254.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. *Análise Social*, Vol. XXIII (4.º), n.º 98, p. 687-719, 1987.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa. *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- TELO, António José. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: A regra do jogo, volume 1: 1980, volume 2: 1984.
- TELO, António José. *Primeira República – Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

- TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2001.
- TENGARRINHA, José. Sobre a politização dos campos portugueses: fins do Antigo Regime, princípios do Liberalismo. *Revista Cátedra Jaime Cortesão*, São Paulo, nº1 (1º), p. 223-225, 2006.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. Da UnB, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido. *A “República Velha” (1910-1917)*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido. Crentes e conversos: a República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911). *Análise Social*, Vol. XI (1.º), n.º 41, p. 17-30, 1975.
- VALENTE, Vasco Pulido. Moderados e radicais na I República: da conciliação ao terror (Outubro de 1910-Agosto de 1911). *Análise Social*, Vol. XI (2.º-3.º), n.º 42-43, p. 232-265, 1975.
- VALENTE, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. 3ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- VALENTE, Vasco Pulido. Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Vol. XXVII (1.º), n.º 115, p. 7-63, 1992.
- VALENTE, Vasco Valente. A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911). *Análise Social*, Vol. IX (2.º), n.º 34, p. 293-316, 1972.
- VALENTE, Vasco Valente. Henrique Paiva Couceiro - um colonialista e um conservador. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), p.767-802, 2001.
- WHEELER, Douglas. A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, Vol. XIV (4.º), n.º 56, p. 865-872, 1978.
- WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1985.